O IMPARCIAL 97 anos

Ano XCIV Nº 37.109 SÃO LUÍS-MA, TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2024 | CAPITAL E INTERIOR R$ 2,00


@OImparcialMA

@imparcialonline
@oimparcial

98 99144-5641

Democracia em jogo?

Se o Brasil fosse uma república de bananas, os fatos do último fim de semana teriam provocado um tsunâmi político no planalto central, em Brasília. Mas como a democracia brasileira já provou em 08 de janeiro de 2023 que seus fundamentos estão fortes, a tentativa do multibilionário Elon Musk de afrontar o ministro do STF Alexandre de Moares, ameaçando não cumprir suas decisões, serviu para três coisas: excitar mais a extrema-direita, encravada no bolsonarismo, render-lhe um robusto processo na suprema corte, e maior controle sobre a desinformação por fake news na plataforma X (antigo Twitter).

Empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição, diz Barroso

OPORTUNIDADES: Ambev abre inscrições para programa de estágio em São Luís

Brandão prioriza escutas com agricultores familiares para realização do Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (Pages)

Opinião

O voto jovem nas eleições de 2024

WILSON PEDROSO
É consultor eleitoral e analista político com MBA nas áreas de Gestão e Marketing

PSB torna-se a maior bancada na Câmara de São Luís

O voto jovem nas eleições de 2024

WILSON PEDROSO
É consultor eleitoral e analista político com MBA nas áreas de Gestão e Marketing

O voto para menores de 18 anos é opcional no Brasil e um direito de todos os adolescentes com 17 ou 16 anos completos na data da eleição. O voto facultativo é uma oportunidade importante para que os jovens exerçam a cidadania e participem do processo eleitoral.

Estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral indicam que houve um crescimento de 14% no número de jovens eleitores, com idades de 16 a 17 anos, neste ano de 2024, em comparação com as eleições municipais de 2020. Apenas nos meses de janeiro e fevereiro, 417 mil menores de 18 anos solicitaram a primeira via do título de eleitor em todo país.

Desde 2012, a Justiça Eleitoral vinha registrando uma sequência de quedas entre o eleitorado nessa faixa etária em eleições municipais, o que demonstrava haver uma nova geração bastante afastada da politica e pouco interessada em ir às urnas. O crescimento observado nesse ano interrompe o histórico de redução do eleitorado jovem e é, portanto, uma boa notícia. Esse aumento já havia sido observado nas eleições presidenciais de 2022.

O maior interesse dos jovens pelo voto pode ser explicado sob dois aspectos principais. O primeiro deles é que em 2022 houve um aumento expressivo dos jovens eleitores impactados pela polarização instaurada no país. O forte clima de tensão entre grupos de esquerda e direita pode ter incentivado a participação dos jovens nas discussões políticas e no processo eleitoral em si.

O segundo fator que explica o crescimento das estatísticas é a forte atuação do TSE no sentido de atrair os jovens para o processo eleitoral, com realização de grandes campanhas publicitárias de incentivo à emissão do primeiro título.

Com uso das redes sociais e de influenciadores digitais, a Justiça Eleitoral conseguiu aumentar o engajamento entre o público jovem e, consequentemente, viu crescer a emissão do primeiro título entre os adolescentes em 2022 e também agora em 2024.

Embora o cenário seja bastante positivo, ao avaliarmos os dados de forma mais aprofundada, percebemos que o crescimento não é homogêneo no país. Os números de 2024 indicam que o estado com maior proporção de jovens eleitores é o Tocantins, seguido pelo Piauí e Paraíba. Com as piores estatísticas, estão o Distrito Federal, o Rio de Janeiro e São Paulo, com baixos números de eleitores menores de 18 anos. Ou seja, temos motivos para comemorar, mas ainda são evidentes os desafios para que mais jovens brasileiros se sintam atraídos pelos assuntos eleitorais.

É fundamental que partidos e lideranças políticas entendam os anseios da juventude e alinhem seus discursos com essas necessidades para que, de fato, consigam dialogar com os jovens eleitores. O adolescente de hoje é o eleitor de amanhã e merece respeito. Ele precisa efetivamente se sentir representado e compreendido para que nos próximos anos possamos comemorar estatísticas ainda mais positivas.

INSPEÇÃO PREDIAL:

O despertar para a cultura da prevenção

ROGERIO MOREIRA LIMA MESTRE E NAGIB DUAILIBE
(*)Eng. Eletric. e Doutor em Engenharia Elétrica Coord. da CAPA/CREA-MA Professor do PECS/UEMA Eng. Civ. Bel. Direito (**)Mestre em Ciência Jurídica Coord. da Comissão de Orçamento e Tomadas de Conta do CREA-MA

A inspeção predial tem por objetivo avaliar as condições técnicas de uso e funcionalidade de uma edificação. A entrega da edificação deve ser seguida do planejamento de manutenção, afinal existe a necessidade de conservação e melhoria de todo e qualquer bem adquirido, sobretudo pela perda do desempenho em razão do tempo e uso. A manutenção de uma edificação pode ser preventiva ou corretiva, sendo a primeira opção a mais barata e eficiente pois é capaz de mitigar ou mesmo evitar o risco de um sinistro.

Recentemente, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT editou a Norma NBR 16747:2020, que se ocupa com a diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento voltados para a inspeção predial.

Para a NBR 16747:2020, a inspeção predial é um processo que visa auxiliar na gestão da edificação e, quando realizada com periodicidade regular, contribui com a mitigação de riscos técnicos e econômicos associados à perda de desempenho. De acordo esta norma técnica, a periodicidade da inspeção predial deve se dar de acordo com as leis e regulamentos vigentes, bem como com a eventual recomendação do profissional da inspeção.

Estados e municípios podem legislar sobre a inspeção predial, no âmbito de suas competências (arts. 24 e 30 da Constituição Federal), de modo que, em São Luís, foi publicada a Lei nº 6.854/20, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistoria técnica, manutenção preventiva e periódica das edificações e equipamentos públicos ou privados.

Ainda que a legislação tenha surgido apenas nesses últimos anos, a inspeção predial, como exigência normativa, reforça o senso comum de sua importância para a segurança de todos.

É uma conquista da sociedade maranhense que contribui para despertar entre as construtoras, incorporadoras, proprietários, responsáveis, profissionais e administradores, além das autoridades competentes, a cultura da prevenção de sinistros e desastres, através de atividades técnicas desenvolvidas por profissionais habilitados.

A NBR 16747 quando trata das atribuições profissionais é precisa ao afirmar que a inspeção predial, devido ao seu caráter global, tem caráter multidisciplinar e pode demandar equipes de profissionais de diferentes formações.

No âmbito do Estado, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão – CREA/MA tem um papel crucial na fiscalização do exercício profissional e das atividades das(os) engenheiras(os).

Neste sentido, o CREA/MA se destaca no esforço estatal, a par de outros conselhos de fiscalização profissional, de prevenir e reprimir práticas irregulares: exercício ilegal da profissão, faltas éticas ou má conduta profissional.

Com planejamento da fiscalização, baseado no uso de moderno sistema de georreferenciamento, o CREA percorre o território maranhense vistoriando milhares de obras, instalações e serviços, observados critérios objetivos, tais como as características, natureza, complexidade e porte de cada edificação.

Ademais, os conselheiros do CREA/MA julgam mensamente centenas de autos de infração relacionados ao desempenho, por pessoas físicas e jurídicas, de atividades próprias de engenheiros, geólogos, geógrafos e meteorologistas registrados, aplicando-se penalidades, de acordo com a gravidade, que vão desde multas até o cancelamento definitivo do registro.

Ciente de sua missão institucional o CREA/MA é responsável por ações que priorizam a prevenção, a qual, como dito antes, caracteriza a inspeção mais barata e eficiente.

De forma pioneira, o CREA/MA elaborou e fez disponibilizar em seu site, para acesso do público, o Manual do Condomínio (https://www.crea-ma.org.br/pagina/view/154), desenvolvido por um grupo de engenheiros.

Outra ação desenvolvida pelo CREA/MA, que objetiva o fortalecimento da inspeção predial, se refere à criação da Comissão de Análise e Prevenção de Acidentes (CAPA), formada por engenheiros das diversas modalidades.

A CAPA é uma das duas únicas Comissões de Análise e Prevenção de Acidentes/Sinistros vinculadas aos CREAs, em todo o Brasil, que se ocupam com a fiscalização preventiva de edificações, em seus sistemas e subsistemas, elementos e componentes construtivos.

A Lei Municipal nº 6.854/2020, portanto, veio em boa hora, quando se cogita da união de esforços tendentes a evitar sinistros causados pela má gestão de uma edificação, que não recebeu ou teve uma deficiente inspeção predial.

O país tem viva a memória de casos escandalosos de exercício ilegal da engenharia, negligência, imprudência ou imperícia que envolveram a construção, manutenção ou reforma de edificações, sobretudo aquelas que comportam grande contingente de pessoas, a exemplo do Edifício Joelma, Palace II, shopping SP Market, Boite Kiss, etc.

Uma das maneiras mais singelas de se defender dos riscos da falta ou deficiência da inspeção predial de uma edificação consiste na exigência da placa de obra ou serviço, devendo a placa ser visível e legível ao público, identificando o(s) autor(es) do projeto e do(s) responsável(is) pela execução do(s) trabalho(s) (art. 16 da Lei 5.194/66).

Afinal de contas, aqui também é válida a sentença da sabedoria popular de que "é melhor prevenir que remediar".

Jogo de soma zero prejudica a Petrobras

Os interesses dos jogadores são opostos, e não cooperativos, suas perdas e danos são individuais, mas afetam direta e negativamente o valor de mercado da empresa

Não importa quem tem razão na disputa entre o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. A discussão sobre a gestão dos dividendos da empresa no contexto de uma disputa de poder entre facções políticas, como está se apresentando, é um jogo de soma zero. Ou seja, os interesses dos jogadores são opostos, e não cooperativos, suas perdas e danos são individuais, mas afetam direta e negativamente o valor de mercado da empresa.

A crise entre ambos deu lugar a uma disputa de poder entre o PSD, aliado do governo, e o PT, que pretende se aproveitar das divergências para emplacar no comando da Petrobras o atual presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Será mais um contraponto ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que sofre permanente "fogo amigo" dos petistas. Assim, terá repercussão geral no ambiente econômico e na credibilidade do governo junto aos investidores.

A polêmica entre Silveira e Prates pôs na ordem do dia, da pior forma possível, a troca de comando da empresa. A última reunião do atual Conselho de Administração será no próximo dia 19; assembleia geral para eleição dos novos conselheiros, em 25 de abril. Mesmo que Prates seja mantido no cargo, substituir Pietro Mendes, presidente do Conselho de Administração da Petrobras e aliado de Silveira, pelo ex-senador Aloizio Mercadante, economista desenvolvimentista, mostra a intenção de um grau de interferência política do PT na gestão da empresa que contraria as boas regras de gestão corporativa.

Há precedentes de erros estratégicos cometidos na gestão da Petrobras durante os governos do PT, que levam desconfiança ao mercado. Não se trata apenas do escândalo da Petrobras, mas também de uma concepção de expansão das atividades da empresa para setores que não são diretamente ligados à atividade-fim, a produção de energia. É o caso da Sete Brasil, empresa criada para fabricar sondas de exploração do pré-sal, que foi a joia da coroa do chamado "Petrolão" e causou enormes prejuízos à empresa.

Silveira também foi protagonista da crise provocada pela fracassada tentativa de emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega no comando da Vale. Embora possa agradar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sua atuação no "enquadramento"de estatais de sua pasta denota uma tendência de intervenção política na gestão da empresa. O Brasil tem uma cultura avessa à gestão de ativos públicos por critérios de excelência e meritocracia.

A gestão de ativos públicos pode impulsionar ou prejudicar o crescimento econômico. Muitos países sofrem com a falta de investimentos em infraestrutura porque gerenciam mal os seus ativos. Está provado que a democracia tem mais chances de atuar em prol do interesse comunitário quando os governantes se preocupam mais com os consumidores e entregam esses ativos à administração profissional e, para isso, lançam mão do que existe de melhor na gestão corporativa.

Um novo fracasso na gestão da Petrobras, como o que ocorreu nos governos petistas anteriores, pode arrastar a imagem do presidente Lula ladeira abaixo e resultar, mais à frente, na privatização integral da empresa. Não faltam exemplos de privatizações bem-sucedidas para a oposição construir uma narrativa com esse objetivo.

O IMPARCIAL
EMPRESA PACOTILHA SA
Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascenca II
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrobfreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

NOVO CENÁRIO

PSB torna-se a maior bancada na Câmara

Com o fim da mudança partidária, dez vereadores migraram para o PSB fortalecendo o partido no legislativo municipal. Nova composição pode impactar as eleições de 2024

SAMARTONY MARTINS

Após o encerramento da janela partidária, no último sábado (6), um novo panorama político surge na Câmara Municipal de São Luís. Com a liberdade para troca de partidos sem o risco de perda de mandato por infidelidade, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) estabelece-se como a maior legenda na casa legislativa da capital maranhense.

Com um total de onze vereadores, o PSB consolida sua influência e protagonismo na Câmara. Ou seja, o partido não só aumenta sua representatividade numérica, mas também fortalece sua capacidade de articulação e negociação dentro do legislativo municipal. Dos 31 vereadores, 22 parlamentares mudaram de legenda, enquanto que nove permaneceram no mesmo partido. Trocaram de legenda na janela partidária foram: Paulo Victor (PSDB para PSB); Francisco Chaguinhas (Podemos para PSD); Ribeiro Neto (PRD para PSB); Edson Gaguinho (União Brasil para PP); Beto (PMB para Avante); Andrey (Republicanos para PV); Antônio Garcez (Agir para PP); Álvaro Pires (PSDB para PSB); Chico Carvalho (Avante para PSDB); Concita Pinto (PCdoB para PSB); Daniel (PL para PSD); Domingos Paz (Podemos para DC); Dr. Gutemberg (PSC para Republicanos); Marcial Lima (Podemos para PSB); Marcos Castro (PMN para PSD); Marquinhos (PSC para União Brasil); Nato Júnior (PDT para PSB); Pavão Filho (PDT para PSB); Silvana Noely (PRD para PSB); Thyago Freitas (DC para PRD); Umbelino Júnior (PRTB para PSB) e Octávio Soeiro (Podemos para PSB).

Já os nove vereadores que optaram em permanecer em seus partidos foram: Aldir Júnior (PL); Marlo Botão (PSB); Fátima Araújo (PCdoB); Astro de Ogum (PCdoB); Raimundo Penha (PDT); Karla Sarney (PSD); Rosana (Republicanos); Zeca Medeiros (PRD) e Coletivo Nós (PT). Os quatro suplentes que ingressaram também no PSB foram: Sá Marques, Professora Eva, Ivaldo Rodrigues e Marcelo Poeta. Vale ressaltar que as movimentações durante este período de trocas partidárias apontam para uma reconfiguração significativa das forças políticas na capital maranhense, uma vez que o PSB é comandado no estado pelo governador Carlos Brandão, o que pode impactar no cenário político nas eleições de 2024 para Prefeitura de São Luís .

Um indício do impacto que estas mudanças partidárias podem ocasionar foi repercutido pelo deputado federal, Rubens Pereira Júnior (PT) que usou as redes sociais para falar sobre a nova composição política no legislativo municipal. "O fim das filiações partidárias colocou a candidatura de Duarte Jr num ótimo patamar: a maior bancada da Câmara de Vereadores, muitos partidos aliados, apoios de Brandão, Lula e Camarão, e ele tem uma grande base popular. Vamos crescer pode anotar!", avaliou o parlamentar.

GESTÃO SUSTENTÁVEL

Brandão prioriza escutas com agricultores familiares

(FOTO: BRUNNO CARVALHO)



GOVERNO DO MARANHÃO E FIDA REALIZARAM ESCUTA DO PAGES EM SANTA LUZIA

Em mais uma ação de fortalecimento da agricultura familiar, o governador Carlos Brandão participou, neste domingo (7), das escutas do Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (Pages), em Santa Luzia e Bela Vista. O projeto vai investir R$ 100 milhões do governo da Alemanha e mais R$ 100 milhões do Estado em pequenos agricultores, jovens rurais e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) na região Amazônica do Maranhão.

Serão beneficiados diretamente 37 municípios e mais de 80 mil pessoas. As escutas territoriais são uma exigência do próprio governador, que fez questão de receber as demandas das 37 comunidades beneficiadas. "Muito do que estava presente no projeto original não tinha vínculo com a realidade que os próprios produtores me apresentavam em nossos diálogos pelo Maranhão. Por isso, afirmei que só assinaria o projeto depois que fizéssemos a escuta de todas as comunidades. Pra esse projeto ter sucesso, vamos ouvir os agricultores familiares", afirmou o governador.

Os recursos do Pages serão destinados à ações com foco na redução da pobreza rural, no incentivo à produção e no combate ao desmatamento e à degradação ambiental.

Avanços na agricultura familiar

O projeto vem somar com outras iniciativas já realizadas pelo governo do Maranhão. Recentemente, o governador Carlos Brandão anunciou R$ 6 milhões em investimentos no Programa de Compras da Agricultura Familiar no Maranhão (Procaf), para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Além disso, Brandão também tem mantido um diálogo constante e aberto com a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (Fetaema), e, recentemente, recebeu a presidente e comitiva da Fetaema para ouvir demandas do setor.

O governador também anunciou recentemente a instalação de uma unidade do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) em Alcântara, para atender às comunidades quilombolas do município. E firmou, ainda, parceria com o Instituto Tukán, para instalar a primeira universidade em um território indígena no Brasil, em Amarante do Maranhão.



Xandão enfrenta o X da questão de Musk

Se o Brasil fosse uma república de bananas, os fatos do último fim de semana teriam provocado um tsunâmi político no planalto central, em Brasília. Mas como a democracia brasileira já provou em 08 de janeiro de 2023 que seus fundamentos estão fortes, a tentativa do multibilionário Elon Musk de afrontar o ministro do STF Alexandre de Moares, ameaçando não cumprir suas decisões, serviu para três coisas: excitar mais a extrema-direita, encravada no bolsonarismo, render-lhe um robusto processo na suprema corte, e maior controle sobre a desinformação por fake news na plataforma X (antigo Twitter).

É um autêntico tiro no pé. Um empresário estrangeiro que, por ser multibilionário, se acha no direito de interferir nas instituições do maior país da América Latina, não apenas para apoiar a extrema direita, como também tentar decidir sobre o que é censura nas mídias, ou quais são os limites da liberdade de expressão. Especialistas ouvidos pelo UOL não têm dúvida de que Elon Musk encontra-se no desespero pela queda no valor do X. Sem perda de tempo, Alexandre de Moraes determinou a abertura de inquérito pela Polícia Federal para apurar a conduta de Elon Musk, dono do X e da Tesla.

No documento à PF, enviado ainda no domingo, Moraes exige a apuração em relação aos crimes de obstrução à Justiça, inclusive em organização criminosa, e incitação ao crime. No sábado (6), o bilionário anunciou que estava retirando todas as restrições de contas no X determinadas pelo Judiciário brasileiro. Na ordem, o ministro cita "flagrante conduta de obstrução à Justiça brasileira, a incitação ao crime, a ameaça pública de desobediência as ordens judiciais, de ausência de cooperação da plataforma em desrespeito a soberania do Brasil, com reforço à conexão dolosa da instrumentalização criminosa. "As redes sociais não são terra sem lei e não são terra de ninguém", diz Moraes, para quem é "Inaceitável" redes sociais, em especial o X, desconhecerem a instrumentalização criminosa que vem sendo realizada pelas milícias digitais. Todo esse vendaval está ocorrendo no momento em que o Congresso pode votar a lei que regulamenta as fake news nas redes sociais, Jair Bolsonaro anuncia novo desafio à justiça com manifestação no Rio de Janeiro para seus apoiadores e quando os ministros do STF decidiram, por unanimidade, que as Forças Armadas não são um poder moderador, como defende a extrema direita – portanto não tem amparo constitucional para dar golpe de estado.

Para David Nemer, professor de Estudos de Mídia da Universidade da Virgínia, EUA, Musk adota "comportamento de cachorro acuado". Isso porque os negócios dele enfrentam algumas dificuldade. O seu X vale 70% menos do que em 2022, quando foi comprado por US$ 44 bilhões. Em janeiro deste ano, foi avaliada em apenas US$ 12,5 bilhões. No Brasil, um dos maiores mercados para a empresa, os negócios só tem despencado. A Tesla, dos veículos elétricos, também enfrenta dificuldades. Entre 2022 e 2023, o lucro de impostos caiu de US$ 13,7 bilhões para US$ 9,9 bilhões. E no Brasil, sua empresa Estarlink viu um edital bilionário para colocar de licitação, cancelado e a lei da Fake News está perto de ser votado no Congresso.

Fake news

Aqui e acolá notícias são plantadas sobre indecisão do governador Carlos Brandão em apoiar a candidatura do deputado federal de seu partido (PSB), Duarte Júnior, à prefeitura de São Luís. A pergunta é: Se não for Duarte, será quem para enfrentar Eduardo Braide?

Mobilizando

O partido Mobiliza, presidido no Maranhão pelo prefeito de Santa Rita Hilton Gonçalo, está em ritmo acelerado para instalar diretório municipais, filiar eleitores e indicar candidatos a prefeito e apoiar outros partidos em 60 cidade inclusive São Luís e Imperatriz.

"Parlamentares endossam delinquência política ao apoiar Musk"

Do jornalista Reinaldo Azevedo no Uol.

FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELLO

CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Fiscal, com base no artigo 32 do seu Estatuto, convoca o Conselho Fiscal para a 28ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 12 de abril às 09:00 horas, com a finalidade de analisar e deliberar sobre os Demonstrativos Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referente ao exercício de 2023.

São Luís, 08 de abril de 2024

Maria do Socorro Pereira Mendes da Silva
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA/MA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024. A Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra - MA, comunica aos interessados que realizará a seguinte licitação: Pregão Eletrônico Nº 07/2024, regido pelas Leis 14.133 de 1º de abril de 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 29, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023, DECRETO MUNICIPAL 01/2024 DE 08 DE JANEIRO 2024 OBJETO: Registro de Preço Para eventual Contratação de Empresas para Aquisição de ambulância, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa da Serra Negra/MA, conforme especificação no Termo de Referência. A data de abertura da sessão pública será no dia 19/04/2024, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.portalde-compraspublicas.com.br, O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos:www.portaldecompras publicas.com.br ou no https://www.transparencia.formosada serranegra.ma.gov.br outras informações poderão ser obtidas através do E-mail; cpl@formosadaserranegra.ma.gov.br e no endereço Av Joao da Mata e Silva S/N Vila Viana, Formosa da Serra Negra - MA, das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta feira. Formosa da Serra Negra/MA, em 08 de abril de 2024. **FERNANDA SOARES DE SOUZA** - Secretário Municipal de Saúde

---



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 1/2024 O MUNICIPIO DE POÇÃO DE PEDRAS, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, torna público que fará licitação na modalidade Concorrência. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 094/2021, de 21/12/2021, à Lei Complementar n° 123, de 14.12.2006, e alterações. OBJETO: Contratação de empresa especializada para obra de reforma do CENTRO ADMINISTRATIVO no município de Poção de Pedras/MA, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I e PROJETOS – ANEXO IA e as demais partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição. ABERTURA: 26 de abril de 2024 às 10:00 horas. INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Alto Brilhante, s/n – Centro – Poção de Pedras/MA, horário de 08:00 às 12:00 horas, Telefone: (99) 98534-1094 ou no endereço. No endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e por e-mail: pocaodepedrasmacpl@outlook.com ou na página www.pocaodepedras.ma.gov.br Poção de Pedras (MA), 08 de abril de 2024. **Gilfran Oliveira Pinto.** Secretário Mun. Infraestrutura, Obras e Urbanismo. Portaria nº 008/2023 GPM.


PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 76/2024. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer torna público que realizará no dia 23/04/2024 às 09:00h licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa ABERTO, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a seleção Contratação de Empresa para fornecimento de livros didáticos com a finalidade de atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré - MA, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: Portal Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Alto Alegre do Pindaré (MA), 08 de Abril de 2024. **Edivan Pinho Pereira** - Pregoeiro da PMAAP.


PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2024 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 69/2024. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, torna público que realizará no dia 23/04/2024 às 15:00h licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS, modo de disputa ABERTO, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços confecção de camisas, uniformes, entre outros serviços de malharia e serigrafia, sob demanda, para atender as demandas das secretarias do município de Alto Alegre do Pindaré-MA, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: Portal Compras Públicaswww.portaldecompraspublicas.com.br. Recebimento das propostas: A partir da publicação do Edital no Portal. O edital estará disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br, dentro do prazo legal. Alto Alegre do Pindaré (MA), 08 de Abril de 2024. **Edivan Pinho Pereira** - Pregoeiro da PMAAP


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2024. O Município de São José de Ribamar/MA, por intermédio da sua Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 02/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública, tipo Menor Preço, às 15h00min do dia 17 de maio de 2024, horário local, no prédio da Central de Licitações, Contratos e Convênios, localizado à Praça Matriz, nº 142, Centro, destinado à Contratação de Empresa para execução de serviços de pavimentação e drenagem urbana, na Rua Nossa Senhora da Vitória, situada na Região do Parque Vitória, do município de São José de Ribamar - MA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado, mediante a apresentação de mídia eletrônica, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 13h e no site: https://transparencia.saojosederibamar.ma.gov.br/licitacoes. Informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail cplceliccsjr@hotmail.com.São José de Ribamar/MA, 04 de abril 2024. **Carla Araujo Souza**. Agente de Contratação.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2024-SEMTUR. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar - MA, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, torna público aos interessados o aviso do credenciamento nº 03/2024, que tem por objeto a SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL, conforme especificações estabelecidas no Edital. Período de Inscrição: 11/04/2024 a 13/05/2024. O Edital está à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, localizada à Praça da Matriz, nº 78, Centro, São José de Ribamar - MA e no site http://www.saojosederibamar.ma.gov.br onde poderá ser consultado e obtido gratuitamente. São José de Ribamar - MA, 04 de abril de 2024. **Carla Araujo Souza**. Agente de Contratação.


EDITAL DE LEILÃO
"LEILÃO ON-LINE"


1°LEILÃO: 29/04/2024 Às 15h. - 2°LEILÃO:: 02/05/2024 Às 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **SÃO LUÍS – MA. BAIRRO SÃO FRANCISCO**. Rua Dos Ipês, n° 17. Apto n°404, (4°Pav) do Ed. Verona, c/ direito ao uso de uma vaga de garagem n°13. Área Priv. 57,01m². Matr. 32.392 do 1°RI Local. Obs.: Numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF) 1º Leilão: 29/04/2024, às 15h. **Lance mínimo: R$ 297.487,62** e 2º Leilão: 02/05/2024, às 15h. **Lance mínimo: R$ 255.156,45** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

---


PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90005/2024- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Município de São Raimundo das Mangabeiras -MA.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Copa/Cozinha e descartável e visando atender a demanda das secretarias do município de São Raimundo das Mangabeiras – MA.
MODALIDADE: PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: Do dia 09/04/2024, às 08h00min. ao dia 22/04/2024 às 08h59min. Horário de Brasília/DF.
ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA: Dia 22/04/2024 às 09h00min. Horário de Brasília/DF.
FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS.
ORÇAMENTO SIGILOSO (X) SIM ( ) NÃO
OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no https://www.gov.br/compras/, no sítio eletrônico da Prefeitura municipal de São Raimundo das Mangabeiras/MA: https://www.saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br/. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da CPL: cpl@saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br.

São Raimundo das Mangabeiras -MA. 08 de abril de 2024.

Camila Sousa Brito Rocha
Agente de Contratação/Pregoeira


AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 O MUNICÍPIO DE BERNARDO DO MEARIM, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/21, Decretos Municipais nº 01/2024, 02/2024, 03/2024, 04/2024, 05/2024, 06/2024. OBJETO: Contratação de empresa, sob registro de preços, para aquisição de material de limpeza, higiene e descartável visando atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de Bernardo do Mearim – MA.ABERTURA: 19 de abril de 2024 às 09h00min. INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município(https://ber-nardodomearim.ma.gov.br/transparência/) e na plataforma em que será realizado o Pregão Eletrônico (www.licitanet.com.br).Informações complementares, no endereço acima ou por e-mail: cclpmbm@hotmail.com.b Bernardo do Mearim/MA, 4 de abril de 2024. **FRANCISCO FÁBIO DOS SANTOS VIANA** - PREGOEIRO. - PORTARIA Nº 012/2024.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2024. O Município de São José de Ribamar/MA, por intermédio da sua Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 02/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública, tipo Menor Preço, às 09h00min do dia 17 de maio de 2024, horário local, no prédio da Central de Licitações, Contratos e Convênios, localizado à Praça Matriz, nº 142, Centro, destinado à Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Pavimentação em Vias Urbanas nos Bairros Jaguarema, Laranjal, Pindaí, Quinta, Trizidela da Maioba, Ubatuba, Cohabiano, Rio São João e São Benedito do Município de São José de Ribamar - MA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado, mediante a apresentação de mídia eletrônica, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 13h e no site: https://transparencia.saojo-sederibamar.ma.gov.br/licitacoes. Informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail cplceliccs-jr@hotmail.com. São José de Ribamar/MA, 04 de abril 2024. Carla Araujo Souza. Agente de Contratação.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2024. O Município de São José de Ribamar/MA, por intermédio da sua Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 02/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública, tipo Menor Preço, às 11h00min do dia 17 de maio de 2024, horário local, no prédio da Central de Licitações, Contratos e Convênios, localizado à Praça Matriz, nº 142, Centro, destinado à Contratação de Empresa para Execução de 3,1KM de Serviços de Pavimentação Urbana, na Região do Parque Vitória, do Município de São José de Ribamar - MA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado, mediante a apresentação de mídia eletrônica, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 13h e no site: https://transparen-cia.saojosederibamar.ma.gov.br/licitacoes. Informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail cplceliccsjr@hotmail.com.São José de Ribamar/MA, 04 de abril 2024. **Carla Araujo Souza.** Agente de Contratação.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO 105/2024. O Município de São José de Ribamar/MA, por intermédio da sua Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 02/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública, tipo Menor Preço, às 13h00min do dia 17 de maio de 2024, horário local, no prédio da Central de Licitações, Contratos e Convênios, localizado à Praça Matriz, nº 142, Centro, destinado à Contratação de Empresa para Execução de 5,5KM de Serviços de Pavimentação Urbana, na Região do Parque Vitória, do Município de São José de Ribamar - MA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado, mediante a apresentação de mídia eletrônica, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 13h e no site: https://transparencia.saojo-sederibamar.ma.gov.br/licitacoes. Informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail cplcelics-jr@hotmail.com.São José de Ribamar/MA, 04 de abril 2024. **Carla Araujo Souza.** Agente de Contratação.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO 230/2024. O Município de São José de Ribamar/MA, por intermédio da sua Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 02/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública, tipo Menor Preço, às 09h00min do dia 20 de maio de 2024, horário local, no prédio da Central de Licitações, Contratos e Convênios, localizado à Praça Matriz, nº 142, Centro, destinado à Contratação de Empresa para Execução de Obras e Serviços de Engenharia de Construção da Praça e Apoio Turístico da Campina, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado, mediante a apresentação de mídia eletrônica, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 13h e no site: https://transparencia.saojosederibamar.ma.gov-.br/licitacoes. Informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail cplceliccsjr@hotmail.com.São José de Ribamar/MA, 04 de abril 2024. **Carla Araujo Souza. Ag**ente de Contratação.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2024 SEMED. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar/MA, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que realizará Chamada Pública para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PARA O ANO LETIVO DE 2024. Período para entrega dos envelopes de habilitação e projeto de venda: 11/04/2024 a 02/05/2024, das 8h00min às 16h00min, no prédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, localizado à Estrada de Ribamar, MA 201, Km 15, Casa 02, Piçarreira, neste município. O Edital está à disposição dos interessados na Central de Licitações, Contratos e Convênios - CELICC, na Praça da Matriz, nº 142, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h às 13h e no site http://www.saojosederibamar.ma.gov.br onde poderá ser consultado e obtido gratuitamente. São José de Ribamar, 04 de abril de 2024. **Carla Araujo Souza.** Agente de Contratação.


PREGÃO ELETRÔNICO N° 90003/2024 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 43/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Município de SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS/MA.
OBJETO: Contratação, sob demanda, de empresa para o fornecimento parcelado de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar do ano letivo de 2024 do Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.
• **ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO:** Do dia 09/04/2024, às 08h00min. ao dia 22/04/2024 às 09h59min. Horário de Brasília/DF.
• **ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA:** Dia 22/04/2024 às 10h00min. Horário de Brasília/DF.
• **FONTE DE RECURSOS: R**ECURSOS ORDINÁRIOS
• **ORÇAMENTO SIGILOSO** ( ) SIM (X) NÃO
OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no https://www.gov.br/compras/, no sítio eletrônico da Prefeitura municipal de São Raimundo das Mangabeiras/MA: https://www.saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br/. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da CPL: cpl@saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br.

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 08 de abril de 2024.

Camila Sousa Brito Rocha
Pregoeira/ Agente de Contratação


PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90004/2024- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Município de São Raimundo das Mangabeiras -MA.
objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expedientes e pedagógicas, visando atender a demanda das secretarias do município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
MODALIDADE: PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: Do dia 09/04/2024, às 08h00min. ao dia 22/04/2024 às 14h59min. Horário de Brasília/DF.
ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA: Dia 22/04/2024 às 15h00min. Horário de Brasília/DF.
FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.539.660,50 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta centavos).
ORÇAMENTO SIGILOSO ( ) SIM (X) NÃO
OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no https://www.gov.br/compras/, no sítio eletrônico da Prefeitura municipal de São Raimundo das Mangabeiras/MA: https://www.saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br/. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da CPL: cpl@saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br.

São Raimundo das Mangabeiras -MA. 08 de abril de 2024.

Camila Sousa Brito Rocha
Pregoeira/ Agente de Contratação


República Federativa do Brasil
1º Registro de Imóveis de São Luís - MA
Registrador – Zenildo Bodnar


NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DEVEDOR FIDUCIANTE
1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS SÃO LUÍS/MA

PROTOCOLO Nº 251.556

CREDORA FIDUCIÁRIA: LOMBOK INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.766.771/0001-04. DEVEDORES FIDUCIANTES: **DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA,** inscrito no CPF nº 614.110.942-04 e **LUISA PATRICIA COSTA BEZERRA DE SOUZA,** inscrita no CPF nº 842.612.773-87.
IMÓVEL ALIENADO FIDUCIARIAMENTE: *Apartamento n° 153, Localizado no 11° Pavimento Tipo, da Torre 6, do Empreendimento Farol da Ilha Condomínio Clube Bloco Areias, Constituído Pelo Domínio Útil do Terreno Nacional Interior, Desmembrado da Área Denominada Rio Anil, á Avenida dos Holandeses* matriculado sob o nº 91.325, às fls. 109, do Livro 2-TD.

Kezia da Silva Cunha, na qualidade de Escrevente Autorizada, da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís, com fundamento no art.26, § 4, da Lei 9.514/97, FAZ SABER, que os devedores fiduciantes acima relacionados encontram-se em local ignorado, incerto ou inacessível, sendo assim, fica intimado pelo presente Edital, para ciência de que estamos autorizados na forma da Lei a promover a Consolidação da Propriedade da respectiva alienação fiduciária que onera o imóvel do qual detém a propriedade suspensiva e posse direta, acima referido.
Ficam, portanto, cientes de que têm o prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da publicação desta, para querendo purgar o débito e evitar a Consolidação da Propriedade, o que poderá ser feito no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona, situado à Rua das Andirobas, 040, Edifício Executive Lake Center, 6º Andar - Jardim Renascença, São Luís/MA, de segunda à sexta-feira no horário das 08:00 às 17:00 horas, ou nas agências da Credora Fiduciária: **LOMBOK INCORPORADORA LTDA.**

São Luís/MA, 29 de Janeiro de 2024.



KEZIA DA SILVA CUNHA
ESCREVENTE AUTORZADA


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

A JFMA torna público que realizará no dia **23/04/2024 às 10:00h** (horário de Brasília), através do site **www.comprasgovernamentais.gov.br**, licitação na modalidade PREGÃO, do tipo ELETRÔNICO, objetivando a **contratação de serviços de empresa especializada para a prestação dos serviços de vigilância armada e portaria, a serem executados de forma continuada e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com carga horária de 44 horas semanais e escala 12X36 horas, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços para atender as necessidades da Subseção Judiciária de Imperatriz**, conforme discriminação constante do Termo de Referência. O Edital poderá ser adquirido pelo e-mail **sepre.ma@trf1.jus.br**, ou ainda na Seção de Pregões, no 1° andar do Anexo II da Seção Judiciária do Maranhão, localizada na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, nesta capital, no horário das 09h00 às 18h00 – horário local, ou através da internet, no site **www.comprasgovernamentais.gov.br**. São Luís, 08 de abril de 2024. (98) - 3214 – 5754.

Rubem Silva Cruz
Pregoeiro da Justiça Federal

ALIMENTAÇÃO

À procura da marmita perfeita

Especialista dá dicas para quem quer otimizar o preparo das refeições apostando em um cardápio colorido com tudo o que tem direito

Imagine a cena: você chega em casa depois de um dia cheio, com fome e vai até a cozinha, mas não tem nada pronto. Recorre ao delivery ou tenta seguir alguma receita rápida? Para Ingrid Bárbara Feitosa, 25, essa realidade mudou com as marmitas. "Não gosto de cozinhar e a minha rotina é muito corrida. Ao chegar em casa e não ter algo pronto para comer, o estresse tomava conta. Depois que optei por fazer marmitas, tudo ficou mais fácil", conta a advogada, que garante que a estratégia dá certo com planejamento e organização. Apostando em um cardápio colorido com tudo o que tem direito quando se fala em proteínas, verduras, legumes e carboidratos, a jovem explica como faz para ter um prato pronto e saudável todos os dias. "Minha nutricionista faz as indicações do que posso comer e a partir disso monto as marmitas. Separo um dia do fim de semana para comprar os ingredientes e peço ajuda da minha mãe ou tia para cozinhar comigo. Faço em grandes quantidades para durar a semana toda e congelo. Quando chego em casa, é só tirar da geladeira e esquentar. O sabor é o mesmo e fica perfeito", afirma.



MARMITAS OFERECEM UM CARDÁPIO COLORIDO COM TUDO O QUE TEM DIREITO

A importância da conservação das marmitas



E para manter a qualidade das marmitas, a nutricionista Alana Miranda, explica a importância da conservação, pensando até no recipiente para colocar os alimentos. "O ideal é fazer uso de depósitos de vidro e refrigerar. Eles não soltam substâncias, não mancham, são lisos e fáceis de lavar. Se optar pelo plástico, escolha os que não foram produzidos com Bisfenol A (BPA), substância que contamina os alimentos e causa doenças", alerta.

A profissional revela, ainda, que só se deve montar as marmitas quando os alimentos esfriarem. "Se armazenados ainda quentes, eles podem criar vapor e ficar úmidos, perdendo a textura original, correndo um grande risco de azedar, além de aumentar as chances de multiplicação de bactérias", afirma. E atenção às folhas! O ideal é conservar na refrigeração já higienizadas e bem secas para não murcharem. Nas preparações, também é sempre bom evitar alimentos que estragam com mais facilidade, como alimentos derivados do leite.

Gostou da ideia e quer apostar nas marmitas como a Ingrid? Confira mais dicas que a especialista organizou para deixar a hora de comer ainda mais prática e saudável sem perder sabor:

- 1. Antes de tudo, faça um cardápio e a lista de compras conforme o planejado, verifique o que tem em casa. Isso poupa tempo e dinheiro na ida ao supermercado;
- 2. Faça o que demora mais, primeiro, pois você pode ir adiantando outros processos;
- 3. Você pode fazer preparações de uma panela só ou cozinhar vários ingredientes ao mesmo tempo;
- 4. Higienize os recipientes em que irá armazenar a comida e vede bem a tampa do depósito para evitar a entrada ar;
- 5. Tenha cuidado com as quantidades. Não exagere para não desperdiçar alimentos;
- 6. Armazene as saladas separadas do restante da refeição em outro depósito, pois as folhas devem ser armazenadas na parte de baixo da geladeira (o frio intenso do congelador pode queimá-las)

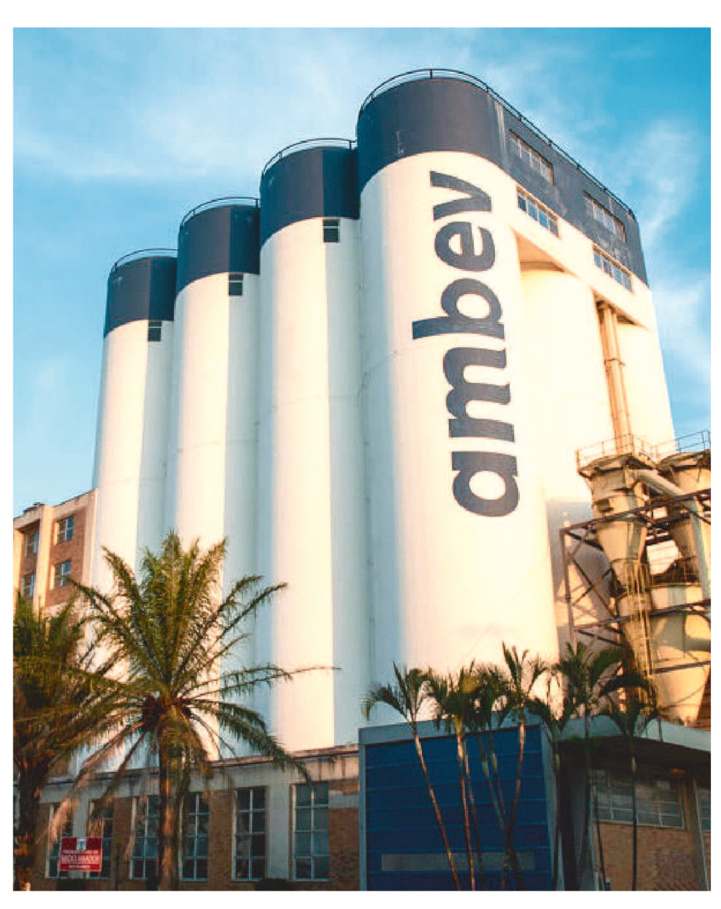
OPORTUNIDADES

Ambev abre inscrições para programa de estágio em São Luís

Estão abertas, para a capital maranhense, as inscrições para vagas destinadas ao programa de estágio da empresa Ambev. As inscrições seguem até o próximo dia 16 de abril e podem ser realizadas neste endereço eletrônico: https://programasambev.gupy.io/jobs/6832406?jobBoardSource=gupy_public_page

Processo seletivo

O processo seletivo será híbrido e o programa de estágio será presencial. Segundo a empresa, poderá participar candidatos de todos os cursos, e o pré-requisito é estar cursando os dois últimos anos de sua graduação, seja ele Bacharelado, Licenciatura ou Tecnólogo.



O programa visa descobrir novos talentos que estejam inclinados a liderar projetos inovadores, participar de mentorias com as lideranças da companhia e se envolver em iniciativas que possam gerar impacto para o negócio e para o ecossistema.

Áreas de atuação

As vagas foram dividas em duas áreas de atuação. Existe a optar do mundo Ambev de acordo com o interesse e região disponível. Confira:

- ***Supply***

Se você se vê trabalhando dentro de uma cervejaria ou refrigeranteira, esse é o mundo ideal para você! Você ainda pode ter a oportunidade de ter papel fundamental na produção do nosso malte, trabalhando nas nossas maltarias. Atuar em Supply é também ter participação na fabricação de rótulos, latas, vidros, tampas, etc. Você poderá ser alocado em nossas unidades fabris atuando em áreas como Processo Cerveja, Processo Não Alcoólicos, Engenharia, Qualidade, Envase, Financeiro, Gente e Gestão, Logística, Segurança e Meio Ambiente.

- ***Business***

Já pensou em trabalhar com o mundo comercial da Ambev? No mundo Vendas, você poderá atuar com os grandes responsáveis por garantir todo o nosso portfólio de bebidas bem gelado, desde o mercadinho de bairro, até o Zé Delivery que chega no seu portão. Temos áreas como Trade Marketing, Apuração de Resultados (APR), Nível de Serviço, Vendas, Gente & Gestão e Logística em todo Brasil, com o objetivo final de trazer a melhor experiência aos nossos clientes nos pontos de venda. E no Centro de Serviço Compartilhado(CSC), você será responsável por operacionalizar funções de apoio a toda empresa. Trabalhará com pessoas responsáveis pela transformação do nosso negócio. Temos áreas como Financeiro, Jurídico, Compras, Gente & Gestão e Logística, com o objetivo final de trazer a melhor experiência aos nossos clientes internos e externos.

DIA NACIONAL DA BIBLIOTECA

Elas estão cada vez mais acessíveis

Muito além de valorizar, essa data nos leva a alguns questionamentos, como por exemplo, como fazer, frente às tecnologias, que as pessoas frequentem esse espaço?

PATRÍCIA CUNHA

Neste 9 de abril , comemora-se o Dia Nacional da Biblioteca, data em que o Decreto n.º 84.631, de 9 de abril de 1980 instituiu a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca e também o Dia do Bibliotecário, para valorizar as bibliotecas, instrumento secular de fundamental importância para a formação de leitores, profissionais, cidadãos
Muito além de valorizar, essa data nos leva a alguns questionamentos, como por exemplo, como fazer, frente às novas tecnologias, que as pessoas frequentem esse espaço? Como cativar novos leitores? Sejam elas públicas, comunitárias ou particulares, esses instrumentos de educação têm papel fundamental para guardar a história de uma nação, armazenar dados e publicizá-los, tornando-os disponíveis ao público em geral.
Os mosteiros tiveram um papel fundamental em começar guardar informações sobre as Civilizações. Eles foram uns dos primeiros a começar a armazenar todos estes dados, e a cultura de muitas sociedades, como a grega e a romana, foram preservadas pelo trabalho dos monges copistas.



A primeira biblioteca pública oficial do Brasil foi a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo acervo original foi trazido com a família real e a corte portuguesa, em 1808, quando Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão. Até então, durante todo o período colonial brasileiro, havia somente bibliotecas particulares e de conventos, destinadas a poucos e usuários (Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo).
No Maranhão, temos a segunda biblioteca mais antiga do Brasil, segundo historiadores, localizada no coração do Centro de São Luís, na Praça Deodoro. A Biblioteca Pública Benedito Leite possui um acervo formado por mais de 140.000 volumes, e tem uma média de 10 mil usuários por mês.



Espaços de fomento à literatura

Diferente do que se pensa, que as bibliotecas, abarrotadas de estantes, são apenas espaços estáticos e de exposição bibliográfica, esses locais tem sido lugares de eventos diversos, espaços de fomento à literatura, e bem utilizando-se das modernas tecnologias, chegando a lugares muito distantes.
Afinal, atrair leitores para a biblioteca, diante de tantas modernas tecnologias é um desafio? A diretora da Casa, Aline Nascimento, afirma que é um desafio diário, principalmente quando se trata de biblioteca pública, que possui uma clientela espontânea e diversa, diferentemente de uma biblioteca universitária e/ou escolar. "Nós, da BPBL, vemos a tecnologia como uma aliada e não como concorrente, tanto que hoje estamos entre as cinco bibliotecas públicas mais modernas do Brasil, sendo 100% informatizada, possuindo biblioteca digital de obras raras e aplicativo próprio de consulta e reserva de acervo. Além da facilidade de acesso à informação através da tecnologia e do seu rico acervo, as atividades desenvolvidas por ela, tem sido o seu maior atrativo, a exemplo de vários projetos, como: Lendo as Férias na Biblioteca; Lendo a Literatura Infantil; Criança lendo, Maranhão vivendo; Terça do Cordel, Saraus diversos, envolvendo a literatura e a música; Quinta do brincar; dentre outros", disse.
Para este ano de 2024, segundo Aline, será iniciado o Projeto Jogos de Tabuleiro, voltado para o público idoso. Ela destaca ainda as exposições temáticas e a forma como os livros estão expostos no balcões da Biblioteca Pública Benedito Leite, o que tem atraído um público leitor bastante significativo.
"Não posso deixar de mencionar o uso das redes sociais, com produção de conteúdo diário. Temos trazido, através das redes sociais, público novo e também trazendo de volta, público que já tinha se afastado", disse Aline.

O papel das bibliotecas

Infelizmente, não é raro encontrar pessoas que nunca entraram em uma biblioteca, ou eu sequer conhece a maior biblioteca pública do Maranhão. Como fazer para atrair esse tipo de público? e qual a importância da biblioteca na vida de uma cidade?
Segundo Aline, as ações desenvolvidas pelas bibliotecas, os serviços oferecidos e um acervo de qualidade são essenciais.
"Precisamos que as bibliotecas sejam vistas e sentidas pela comunidade como pertencentes a ela. É necessário que as ações cheguem à comunidade e que a comunidade chegue até a Biblioteca. O que a Biblioteca oferece e o apoio que ela recebe enquanto equipamento público, são fundamentais para que ela seja vista pela população", disse.
Sobre o papel das bibliotecas, a diretora disse que a mais perigosa enfermidade que uma sociedade pode ter é a ignorância. E que quem pode curar essa enfermidade é a biblioteca, permitindo que a sociedade tenha acesso à informação, e ao conhecimento.
"Como esse acesso acontecerá, dependerá dos recursos e criatividade de cada equipe. O estímulo à leitura e a formação de uma sociedade leitora são funções macros de uma biblioteca. A leitura estimula o raciocínio, ativa o cérebro, melhora o vocabulário, desenvolve o pensamento crítico e ainda possibilita que o leitor fique imune às fake news, um grande mal da época atual. Enfim, bibliotecas públicas acolhem, cuidam e transformam vidas!

Acesso gratuito ao acervo

A BPBL possui o maior acervo de autores maranhenses do país, incluindo obras raras – como as críticas teatrais enviadas a Arthur Azevedo por Machado de Assis – e a mais completa coleção de jornais do estado, além de registros importantes como o Diário Oficial, desde a primeira edição em 1906.
A Biblioteca foi aberta em 3 de maio de 1831 com o nome de Livraria Pública. Ela recebeu o nome atual em 1958 em homenagem ao jornalista Benedito Leite. Antes de ter a sede própria em 1951, funcionou em diversos lugares como o Convento Nossa Senhora do Carmo, na Praça João Lisboa; uma sala da antiga Assembleia Legislativa, na Rua do Egito; uma sala do Liceu Maranhense, na Rua Urbano Santos; e também no prédio que hoje abriga a Academia Maranhense de Letras (AML), na Rua da Paz. Desde 1951 está localizada na Praça Deodoro.
A BPBL funciona de segunda a sexta-feira no horário das 8h30 às 19h. O acesso ao acervo é completamente gratuito na biblioteca e em caso de retirada de livros é preciso fazer um cadastro apresentando a carteira de identidade, CPF, e-mail e comprovante de residência (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar ou Raposa).
O acervo da Benedito Leite pode ser consultado pelo aplicativo APP BPBL, disponível para Android e IOS, que também permite a reserva de livros para retirada na biblioteca.

A VIDA PEDE PASSAGEM!
Campanha de Prevenção de Acidentes e Combate à Violência no Trânsito



Apoio: GLEMA-Grande Loja Maçônica do Maranhão

SOS Vida e IFMA prosseguem nas discussões de educação para o trânsito



A SOS VIDA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) reuniram-se dia 05.04.24 no Centro de Referência de Tecnologia(CERTEC) desta instituição educacional, para prosseguirem as discussões sobre a implementação do Acordo de Cooperação Técnica entre a SOS VIDA e o IFMA, sobre Educação para o Trânsito. assinado em outubro de 2022.
O IFMA foi representando nesta reunião pela pedagoga Carolina, pelo Diretor do CERTEC, Fernando Lima, pela representante da Pró-Reitoria de Extensão (Adriana), da Pró-Reitoria de Ensino (Cíntia); pelos representantes da Secretaria de Edcuação (o pedagogo Luís Câmara e pela advogada especialista em trânsito, Marylícia). O representante da SOS VIDA foi seu presidente, Lourival Cunha.
A reunião foi muito proveitosa e produtiva. Muitos assuntos foram tratados e deliberados em prol do avanço da concretização do projeto.

MORTES NO TRÂNSITO: VEREADORES APOIAM IMPLANTAÇÃO DA FAIXA AZUL EM CURITIBA

Nesta semana, em votação simbólica, os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) declararam apoio à implantação da Faixa Azul na capital do Paraná. A proposta foi apresentada por Alexandre Leprevost (Solidariedade) como uma medida para reduzir os acidentes de trânsito em Curitiba. Inspirada na experiência positiva da cidade de São Paulo, a Faixa Azul é uma área sinalizada, entre as faixas de rolamento das vias mais movimentadas, para tráfego prioritário de motocicletas.
"A sugestão ao Executivo é para que a Prefeitura de Curitiba estude a implantação da Faixa Azul nas vias mais movimentadas da cidade", defendeu Leprevost. Ele recebeu o apoio de outros parlamentares, durante a discussão da indicação (205.00121.2024). O vereador entende que a criação de uma área para motociclistas prevenirá o ziguezague entre os veículos, que "gera atritos entre os motoristas".
Antecipando a discussão do Maio Amarelo, o vereador Jornalista Márcio Barros (PSD) convidou Leprevost a levar o assunto à audiência pública que a CMC promoverá nas próximas semanas. Maria Leticia (PV) incluiu na discussão a necessidade de uma medida deste tipo para os ciclistas. Nesse sentido, recebeu o apoio de Leprevost. Conforme ele, um dos sinais de que o trânsito é perigoso é o fato de que há quem prefere andar de bicicleta nas canaletas dos ônibus biarticulados a dividir as ruas com carros e motos.
Fonte:portaldotransito.com.br

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (lei n. 9.503/97)
Art. 82. É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.
A VIOLÊNCIA DO TRÂNSITO TEM JEITO, é só as autoridades implementarem os remédios eficazes: Educação para o Trânsito, Fiscalização ampla e rigorosa e uma boa Infraestrutura das vias.

- Facebook: campanha Sos Vida
- Instagram: sosvidapaznotransito
- X:@valorizacaovida
- E-mail:valorizacaoavida@gmail.com
- Fones:(98)98114-3707(VIVO-Whatsapp)

CAMPEONATO MARANHENSE

Sampaio x Imperatriz decidem vaga na final

Sampaio e Tuntum te as vantagens sobre Imperatriz e Maranhão Atlético Clube, pois saíram vencedores dos primeiros duelos das semifinais do Estadua

A decisão do Campeonato Maranhense está próxima de ser definida.

Sampaio e Tuntum te as vantagens sobre Imperatriz e Maranhão Atlético Clube, pois saíram vencedores dos primeiros duelos das semifinais do Estadual. Sampaio e Imperatriz se encaram às 19h30, desta terça-feira, no Castelão.

Sampaio x Imperatriz

O Tricolor pode até perder por um gol de diferença que ainda se classifica para a grande final, pois além da vantagem de dois resultados iguais, o Tubarão venceu o Cavalo de Aço por 2 x 0, no último sábado (6), no Estádio Frei Epifânio d'Abadia, em Imperatriz.

Os gols foram marcados por Bruno Baio, artilheiro da competição com 9 gols.

MAC x Tuntum

Já o MAC, que terminou a fase de classificação como líder isolado e time de melhor campanha, com apenas uma derrota, 9 vitórias e quatro empates, sucumbiu mais uma vez para o Tuntum, única equipe que venceu o Bode Gregório na primeira fase.

No último domingo (7), o MAC foi a Tuntum e encarou o Leão dos Cocais, no Estádio Rafael Seabra. O gol da partida foi marcado pelo atacante Cléber Pereira, com apenas um minuto de jogo.

Agora o MAC precisa vencer para conseguir avançar para a final. Caso empate, a vaga fica com o time do interior.

Jogos de volta

As partidas entre Sampaio x Imperatriz e MAC x Tuntum acontecem nesta semana. O Tricolor maranhense recebe o Cavalo de Aço nesta terça-feira (9), às 19h30, no Estádio Castelão.

Já o Bode Gregório encara o Leão dos Cocais, na próxima quinta-feira (11), às 20h15, também no Estádio Castelão.



MUNDIAL DE CLUBES

Fifa vai mudar troféu para o novo torneio

O presidente da Fifa, Gianni Infantino, fez uma publicação em suas redes sociais, parabenizando todas as equipes já classificadas para o novo Mundial de Clubes, que acontecerá em 2025, nos EUA. No pronunciamento, o mandatário da entidade afirma que "vários anúncios" serão feitos sobre o torneio ainda neste ano, entre eles o do novo troféu.

O atual troféu do Mundial foi disputado pela primeira vez em Tóquio, no Japão, durante a primeira edição "reformulada" do torneio, em 2005. Foi projetado em Birmingham, no Reino Unido, pela empresa Thomas Fattorini Ltd. A taça pesa 5,2 kg e tem 50cm de altura. O primeiro detentor foi o São Paulo, campeão e atualmente está nas mãos do Manchester City, vencedor em 2023.

Entre os anúncios que serão feitos pela Fifa ainda em 2023 estão os detalhes sobre os estádios que sediarão o evento, critérios de desempate, calendário dos jogos e lançamento da marca oficial. "Já promete ser um torneio histórico e a corrida para fazer parte dele é emocionante, faltando apenas onze vagas de classificação".

A Juventus foi a equipe mais recente a se classificar para o torneio. Europa tem definidos 10 dos seus 12 representantes. Entre os europeus, quatro equipes ainda disputam as duas últimas vagas: Barcelona, Atlético, Arsenal e RB Salzburg. Barça e Atlético disputam uma vaga, o RB Salzburg vai se o Arsenal não for campeão da atual edição da Champions. Os Gunners só vão se forem campeões.

Palmeiras, Flamengo e Fluminense também já estão garantidos, assim como times como Borussia Dortmund, Chelsea, Bayern de Munique, Inter de Milão, Porto, Manchester City, PSG, Real Madrid e Benfica. O Mundial de Clubes de 2025 tem um limite de dois representantes por país – a não ser que eles tenham conquistado a vaga por terem sido campeões continentais.



O formato do Mundial de Clubes 2025:

- Acontecerá nos Estados Unidos, entre os dias 15 de junho e 13 de julho
- Oito grupos com quatro times cada que se enfrentam em turno único
- Os dois melhores se classificam para as oitavas de final
- Mata-mata em jogo único
- Não haverá disputa de terceiro lugar

Confira os 21 times já classificados para o Mundial de Clubes de 2025 com 32 times:

- Palmeiras (Brasil): campeão da Libertadores 2021
- Flamengo (Brasil): campeão da Libertadores 2022
- Fluminense (Brasil): campeões da Libertadores 2023
- Chelsea (Inglaterra): campeão da Champions League 2020/2021
- Real Madrid (Espanha): campeão da Champions League 2021/2022
- Manchester City (Inglaterra): campeão da Champions League 2022/2023
- Bayern de Munique (Alemanha): via ranking da Europa
- Borussia Dortmund (Alemanha): via ranking da Europa
- Paris Saint-Germain (França): via ranking da Europa
- Inter de Milão (Itália): via ranking da Europa
- Juventus (Itália): via ranking da Europa
- Porto (Portugal): via ranking da Europa
- Benfica (Portugal): via ranking da Europa
- Al-Hilal (Arábia Saudita): campeão da Champions League da Ásia de 2021
- Urawa Red Diamonds (Japão): campeão da Champions League da Ásia de 2022/23
- Al Ahly (Egito): campeão da Liga dos Campeões da África de 2020/2021
- Wydad Casablanca (Marrocos): campeão da Liga dos Campeões da África de 2021/2022
- Monterrey (México): campeão da Concachampions de 2021
- Seattle Sounders (Estados Unidos): campeão da Concachampions de 2022
- León (México): campeão da Concachampions de 2023
- Auckland City (Nova Zelândia): campeão da Champions League da Oceania mais bem ranqueado

CAMPEONATOS

Campeões estaduais de 2024; veja a lista de títulos pelo Brasil

O futebol brasileiro conheceu 15 campeões estaduais nesse último fim de semana. Em vários estados do Brasil, entre novos e velhos vencedores, um time levantou a taça. Abaixo, veja a lista de quem se consagrou e a situação dos campeonatos que ainda estão em andamento.

Lista dos campeões

- Acreano
Primeira fase
- Alagoano – CRB campeão
ASA 0 x 1 CRB | 30.mar | Municipal Arapiraca
CRB 3 x 1 ASA | 6.mar | Rei Pelé
- Amapaense
Semifinal
- Amazonense
Final – a definir
- Baiano – Vitória campeão
Vitória 3 x 2 Bahia | 31.mar | Barradão
Bahia 1 x 1 Vitória | 7.abr | Fonte Nova
- Brasiliense – Ceilândia campeão
Ceilândia 1 x 1 Capital-DF | 31.mar | Mané Garrincha
Capital-DF 0 (3) x (4) Ceilândia | 6.abr | Mané Garrincha
- Capixaba – final
Rio Branco VN 1 x 2 Rio Branco-ES | 7.abr | Kleber Andrade
Rio Branco-ES x Rio Branco VN | 13.abr | Kleber Andrade
- Carioca – Flamengo campeão
Nova Iguaçu 0 x 3 Flamengo | 30.mar | Maracanã
Flamengo 1 x 0 Nova Iguaçu | 7.abr | Maracanã
- Catarinense – Criciúma campeão
Brusque 1 x 2 Criciúma | 30.mar | Gigantão das Avenidas
Criciúma 1 x 1 Brusque | 6.abr | Heriberto Hülse
- Cearense – Ceará campeão
Fortaleza 0 x 0 Ceará | 30.mar | Castelão
Ceará 1 (3) x (2) 1 Fortaleza | 6.abr | Castelão
- Gaúcho – Grêmio campeão
Juventude 0 x 0 Grêmio | 30.mar | Alfredo Jaconi
Grêmio 3 x 1 Juventude | 6.abr | Arena do Grêmio
- Goiano – Atlético-GO campeão
Vila Nova 0 x 2 Atlético-GO | 31.mar | OBA
Atlético-GO 3 x 1 Vila Nova | 7.abr | Antônio Accioly
- Maranhense
semifinal
- Mato-Grossense – Cuiabá campeão
Cuiabá 1 x 0 União Rondonópolis | 30.mar | Arena Pantanal
União Rondonópolis 0 x 1 Cuiabá | 6.abr | Luthero Lopes
- Mineiro – Atlético-MG campeão
Atlético-MG 2 x 2 Cruzeiro | 30.mar | Arena MRV
Cruzeiro 1 x 3 Atlético-MG | 7.abr | Mineirão
- Paraense – a definir
Remo 0 x 2 Paysandu | 7.abr | Mangueirão
Paysandu x Remo | 14.abr | 17h | Mangueirão
- Paraibano – a definir
Sousa 0 x 0 Botafogo-PB | 6.abr | 16h30 | Marizão
Botafogo-PB x Sousa | 13.abr | 16h30 | Almeidão
- Paranaense – Athletico-PR campeão
Maringá 0 x 1 Athletico-PR | 30.mar | Willie Davids
Athletico-PR 3 x 0 Maringá | 6.abr | Ligga Arena
- Paulista – Palmeiras campeão
Santos 1 x 0 Palmeiras | 31.mar | Vila Belmiro
Palmeiras 2 x 0 Santos | 7.abr | Allianz Parque
- Pernambucano – Sport campeão
Náutico 0 x 2 Sport | 30.mar | Estádio dos Aflitos
Sport 0 x 0 Náutico | 6.abr | Arena de Pernambuco
- Piauiense – Altos campeão
Parnahyba 1 x 1 Altos | 30.mar | Pedro Alelaf
Altos 0 (4) x (3) 0 Parnahyba | 6.abr | Albertão
- Potiguar
Final (segundo turno)
- Rondoniense
Primeira fase
- Roraimense
Primeira fase
- Sergipano
Final – Confiança x Sergipe
- Sul-Mato-Grossense
Final – Dourados x Operário
- Tocantinense – União campeão
Tocantinópolis 1 x 2 União-TO | 30.mar | Ribeirão
União-TO 2 x 1 Tocantinópolis | 6.abr | Mirandão



Staff Lacmar: Victor Saraiva, Francilea Rodrigues, Gestora Técnica Susana Viana, Will Assen com o presidente Vinícius Braid

Lacmar anuncia novo exame para diagnóstico de infecções respiratórias

O Laboratório Lacmar promoveu um evento voltado para médicos para apresentar seu mais novo serviço: Uma nova metodologia de sistema de PCR multiplex que permite o teste simultâneo de bactérias, vírus, leveduras, parasitas e/ou genes resistentes a antimicrobianos. É um diagnóstico molecular rápido e preciso. O primeiro painel a ser validado, será abrangente, cobrindo 20 vírus respiratórios e bactérias.

Vinícius Braid, diretor do Lacmar, descreve o exame como revolucionário, enfatizando que o tratamento correto das infecções respiratórias depende da identificação exata do patógeno causador.

O processo permite a identificação de uma vasta gama de patógenos, incluindo vírus como o Influenza A e B, o vírus sincicial respiratório (RSV) e o SARS-CoV-2, além de bactérias como a Mycoplasma pneumoniae. Esses e outros detalhes técnicos foram apresentados aos médicos e parceiros do Laboratório Lacmar e do Hospital e Maternidade Natus Lumine, onde aconteceu o evento, com a presença dos técnicos responsáveis pela metodologia.



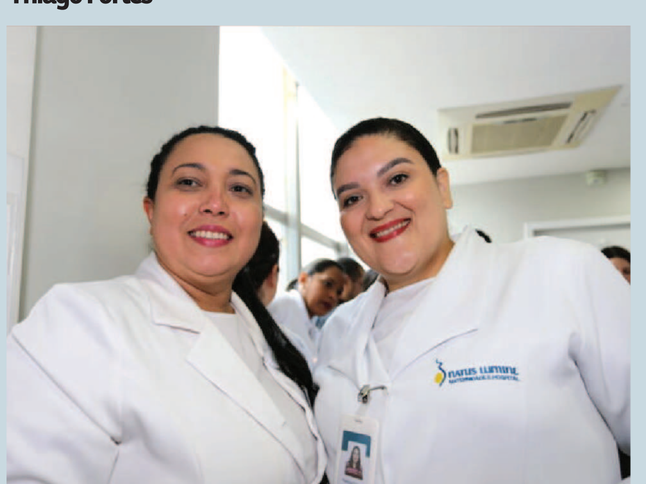
Dr Benedito Mouchereck, Izana Catarina e Raquel Andrade



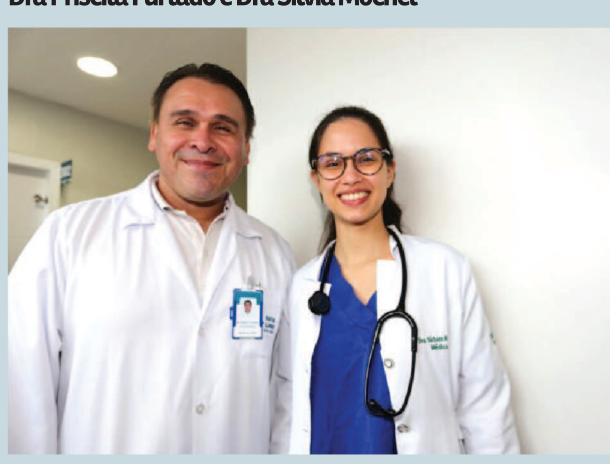
O presidente e a gestora Técnica do Lacmar, Vinícius Braid e Susana Viana, com o diretor do Natus Lumine Hospital Thiago Fortes



Dra Priscila Furtado e Dra Sílvia Mochel



Karina Lago e Patrícia Teixeira



Dr Auriseso Cutrim e Dra Barbara Ribeiro



Francilea Rodrigues, Francisco Chagas e Will Assen





A empresária Eliza Brito com o marido Epitácio Junior, com a equipe de Marketing do Shopping da Ilha

Franquia Pezinho e Cia chega à São Luís

A empresária Eliza Brito recebeu na última terça-feira (2), convidados, influencers e profissionais da imprensa, para inaugurar em São Luís, no Shopping da Ilha, a Pezinho e Cia, franquia multimarcas genuinamente goiana, mais completa de calçados e acessórios infantis e infanto-juvenis. Uma marca que já está no mercado há mais de 40 anos, estando hoje em mais de 10 estados do Brasil, e já foi chancelada pela Associação Brasileira de Franchising com o Selo de Excelência em Franchising. Em São Luís, a Pezinho e Cia esta localizada no Shopping da Ilha, piso L2/ em frente a praça de eventos.





O casal Epitácio Junior com Eliza e a filha Helena/ A assessora de imprensa Beatriz Veras com Eliza Brito





A empresária Eliza Brito com a proprietária da franquia goiana, Walkiria Calixto/ Eliza Gomes com a jornalista Amanda Couto e o filho Guilherme

SAÚDE PÚBLICA

Lançado programa para reduzir filas do SUS

Ao lado do presidente Lula, a ministra da Saúde anunciou uma série de medidas para reduzir a espera por cirurgias, tratamentos e consultas com especialistas

VICTOR CORREIA
CORREIO BRAZILIENSE

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, lançou nesta segunda-feira (8) o programa Mais Acesso a Especialistas, que visa reduzir o tempo de espera por cirurgias, exames e tratamentos no Sistema Único de Saúde (SUS).

O objetivo do programa é usar a integração e a telessaúde para aumentar a eficiência do atendimento no SUS e fornecer caminhos alternativos aos pacientes, que muitas vezes ficam longos períodos aguardando atendimento com um especialista antes de iniciar o tratamento.

"Nós temos filas sem transparência. Nós não vamos acabar com filas, até porque à medida que você aumenta a oferta de atendimento, você aumenta a demanda. A fila tem que andar. Se trata de reduzir o tempo de espera. As pessoas têm que ser tratada com dignidade e os sistemas têm que resolver o problema", declarou a ministra durante coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também estava presente. "Saúde não é só uma política social", diz a ministra Nísia Trindade.

Segundo o governo, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) continuarão sendo a base do SUS, já que a maioria dos casos são resolvidos nesses lugares. Os horários de atendimento serão ampliados, com mais equipes até as 22 horas. A ideia é usar atendimentos em telessaúde, integração nos dados dos pacientes e medicina da família para definir

De acordo com o ministério, a meta é criar por ano até 2026 2.360 Equipes de Saúde da Família, 3.030 Equipes de Saúde Bucal e 1.000 Equipes Multiprofissionais, aumentando para 80% a cobertura de pessoas com acesso à Atenção Primária. No ano passado, foram criadas 2.198 Equipes de Saúde da Família, aumento de 52% em relação aos anos anteriores. Também houve aumento de 16% no número de consultas médicas e 29% mais procedimentos médicos realizados do que em 2022.

Nísia diz que não intervirá em decisão do CFM sobre aborto legal "Nós estamos tendo como referência as melhores práticas em saúde do mundo. É o caso do Reino Unido, Espanha, Canadá, só que o nosso desafio é de um país continental, com um sistema descentralizado e com grande desigualdade", comentou ainda Nísia. "Haverá uma redução do tempo de espera, uma redução do número de lugares que o paciente precisa ir, e ampliação do uso da telessaúde como suporte a esse processo", acrescentou.



CASO ELON MUSK

Empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição

(CRÉDITO: JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL)



SEGUNDO BARROSO, "DECISÕES JUDICIAIS PODEM SER OBJETO DE RECURSOS, MAS JAMAIS DE DESCUMPRIMENTO DELIBERADO"

RENATO SOUZA
CORREIO BRAZILIENSE

Em meio a embates entre o bilionário sul-africano Elon Musk e o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que qualquer empresa que opere em território nacional "está sujeita à Constituição Federal". Musk, dono da rede social X, empresa que tem sede nos Estados Unidos, foi incluído como investigado no inquérito das milícias digitais.

No domingo, Musk fez uma série de ataques ao Supremo e ao ministro Alexandre de Moraes, afirmando que tornaria público decisões anteriores do magistrado, que determinaram o bloqueio de perfis acusados de espalharem fake news, fazer ataques a instituições, ameaças e incitar golpe de Estado.

O bilionário afirmou que não iria cumprir determinações do Supremo. Horas depois, Moraes fixou multa de R$ 100 mil por dia para cada perfil que for desbloqueado no X sem autorização da Justiça.

"Como é público e notório, travou-se recentemente no Brasil uma luta de vida e morte pelo Estado democrático de direito e contra um golpe de Estado, que está sob investigação nesta Corte com observância do devido processo legal. O inconformismo contra a prevalência da democracia continua a se manifestar na instrumentalização criminosa das redes sociais", declarou Barroso, nesta segunda-feira (8). "O Supremo Tribunal Federal atuou e continuará a atuar na proteção das instituições, sendo certo que toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal, às leis e às decisões das autoridades brasileiras", destacou o magistrado.

Barroso completou, afirmando que "decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado", e ressaltou que esta é uma regra global.

NAUFRÁGIO

Número de mortes em naufrágio em Moçambique sobe para 96

AGENCE FRANCE-PRESS

Ao menos 96 pessoas morreram no domingo no naufrágio de um barco de pesca em Moçambique que transportava 130 pessoas, segundo o balanço atualizado divulgado pelas autoridades locais nesta segunda-feira.

"Encontramos mais cinco (corpos) nas últimas horas, o que eleva o balanço a 96 mortos", afirmou Silverio Nauaito, administrador da Ilha de Moçambique, na província de Nampula, onde aconteceu a tragédia.

Os serviços de emergência continuam procurando sobreviventes. "Os últimos corpos identificados são os de três crianças", afirmou Nauaito, administrador da pequena ilha que deu nome ao país.

A embarcação, sobrecarregada e na qual viajavam muitas crianças, seguia para a ilha quando afundou na madrugada de domingo.

A maioria dos passageiros tentava fugir do continente devido ao pânico causado pela desinformação sobre um surto de cólera, afirmou o secretário de Estado de Nampula, Jaime Neto.

"Devido ao fato de o barco estar superlotado e não ser adequado para o transporte de passageiros, acabou afundando", disse.

Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, registrou cerca de 15 mil casos de cólera e 32 mortes desde outubro devido a esta doença, transmitida pela água contaminada.

A província de Nampula é uma das mais afetadas e registrou um terço dos casos.

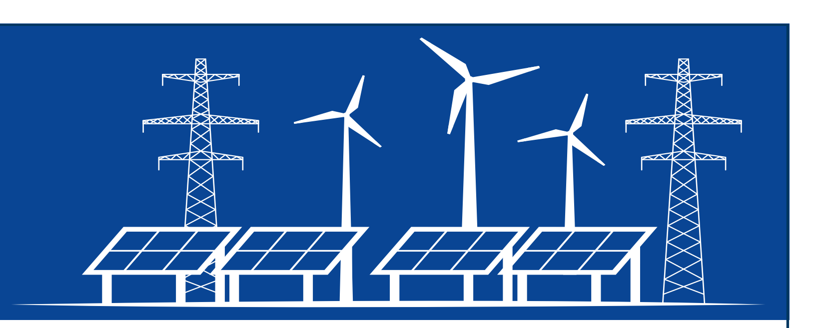




Equatorial Energia Distribuição S.A.

CNPJ: 32.695.147/0001-30





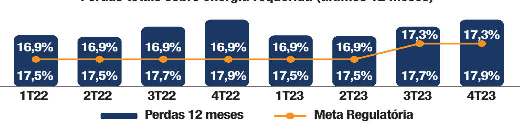
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A Administração da EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate à Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes. **01. Perfil da companhia:Visão geral:** A EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A. é uma *holding* com atuação no setor elétrico, no segmento de Distribuição de energia, a Equatorial Distribuição controla as concessionárias dos Estados do Maranhão e Pará e Piauí. **02. Destaques de 2023:** √ Em 2023, o **EBITDA somou R$5,379 bilhões**, crescimento de 50% em relação ao valor apresentado em 2022. √ **O volume de energia distribuída** consolidada teve alta de 13,71% em relação ao exercício de 2022. √ **Perdas totais aumentaram em comparação a 2022** no estado do **Maranhão** 1,74 e **Piauí** 0,11%, no **Pará as perdas totais caíram 1,23%**. √ Em 2023, **os Investimentos consolidados da Equatorial Distribuição** totalizaram **R$ 4.387 bilhões**, crescimento de 23% comparada a 2022. Pará e Piauí passaram por revisão tarifária. √ **Qualidade da Operação - Redução do DEC** nas três empresas com **Maranhão** reduziu 10,62h , **Pará** 1,89h e **Piauí** 0,45h. √ **Qualidade da Operação - Redução do FEC** nas três empresas com redução no Maranhão de 2,58h, Pará 0,98h e Piauí 1,89h. **03. Mensagem do Presidente:** O exercício de 2023 foi mais um ano de consolidação e crescimento com geração de valor para a Equatorial Distribuição. Tivemos iniciativas importantes para o processo de desalavancagem da Companhia, como a venda de ações em tesouraria, retenção de dividendos, e emissão de ações PN. No âmbito de ESG, em 2023, a Equatorial foi listada no índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. Seguimos com foco em crescimento com geração de valor, excelência na performance operacional e gestão financeira, e contamos com time dedicado e qualificado para perpetuar a história de sucesso da Equatorial. Mantemos o nosso compromisso de melhorar a cada dia a qualidade de serviço prestado para as nossas concessionárias de serviço público sejam alavancas do desenvolvimento das regiões em que atuamos.

Augusto Miranda da Paz Junior - Diretor-Presidente

04. Gestão dos negócios: 4.1 Combate às perdas: **Maranhão:** Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 9.849 GWh, um aumento de 10,4% em relação à 2022, e o faturamento atingiu 8.085 GWh, o que representou incremento de 10,4% também em relação à 2022. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2023 totalizaram 1.763 GWh, equivalente a 17,9% da energia requerida, implicando em um crescimento de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.

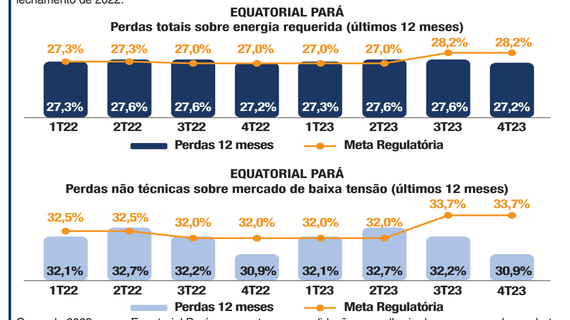
EQUATORIAL MARANHÃO
Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)



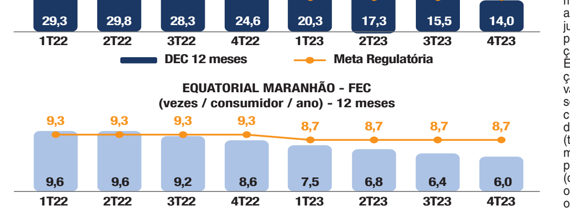
EQUATORIAL MARANHÃO
Perdas não técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)

	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
Meta Regulatória	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%	9,5%
Perdas 12 meses	10,5%	10,5%	10,9%	11,2%	10,5%	10,5%	10,9%	11,2%

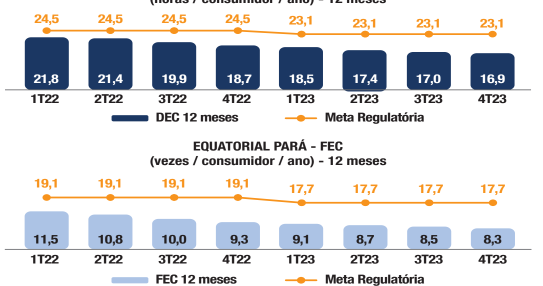
O ano de 2023 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou-se melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores. Entretanto, identificou-se um pequeno crescimento nos patamares de perdas globais da concessão, muito influenciado pelo crescimento da perda técnica. Indicador este que sofre impacto direto de variações climáticas abruptas, entre elas o aumento de temperatura. Em 2023, a partir do segundo semestre, observou-se um crescimento de 8,8 p.p acima da previsão na energia requerida, muito influenciado pelo aumento da temperatura que por sua vez foi impactada diretamente pelo fenômeno natural "el niño", resultando no aumento da perda técnica e consequentemente na perda global da concessão. Por outro lado, observou-se desempenhos relevantes no combate a perdas comerciais no ano de 2023, onde a seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano: • Regularização de 6,3 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,6 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 20,7 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 22 municípios; • Inspeção de 208,0 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 15,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 4,9 mil clientes desligados no sistema e auto-religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 57,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 358 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,3 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que corresponde a 56% do seu mercado de baixa tensão, permitem um direcionamento mais assertivo das suas operações. **Pará:** Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 14.929 GWh, aumento de 7,9% em relação a 2022, e o faturamento com GD atingiu 10.874 GWh, o que representou aumento de 8,4% na comparação com 2022. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 4.055 GWh, equivalente a 27,2% da energia injetada, implicando em redução de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.



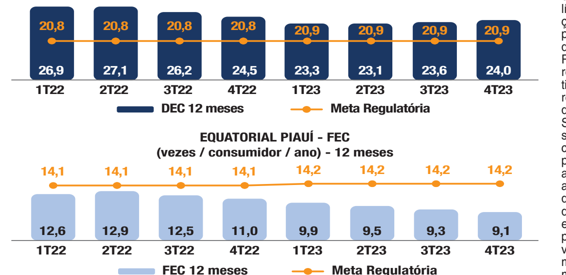
O ano de 2023 para a Equatorial Pará representou a consolidação na melhoria dos processos de combate a perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sendo observado desde ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Podemos destacar que no ano de 2023 a Equatorial Pará alcançou um marco histórico dentro da concessão e com o esforço de todos atingiu o limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel) a partir do 3T23. A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2023: • Regularização de 7,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 4,0 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 56,4 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 24 municípios; • Inspeção de 280,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 24,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 8,2 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 110,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 1,1 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Hoje a Equatorial Pará possui 22,6 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 60% do mercado de baixa tensão. **4.2 Qualidade DEC/FEC: Maranhão:** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade apresentaram uma melhora relevante no ano de 2023 com uma redução de 10,62h no DEC e 2,58x no FEC quando comparado com o ano anterior. Esses resultados foram obtidos através da ampliação dos investimentos na construção de Linhas de Transmissão, Subestações e novos alimentadores, instalação de novos equipamentos automatizados e sensores na rede e do aumento do contingente de equipes para realizar os atendimentos em campo.



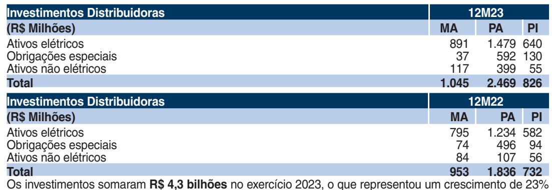
Pará: A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 16,86 horas e 8,30 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.



Piauí: A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de DEC e FEC apresentaram uma redução de 1,85 % e de 16,74 %, respectivamente, em relação ao exercício anterior.



05. Assuntos Regulatórios: Reajuste Tarifário Anual 2023 - Equatorial Maranhão: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Homologatória nº 3.251/2023 homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2023 a 27 de agosto de 2024, com um reajuste de 10,85% (dez vírgula oitenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. **Reajuste Tarifário Anual 2022 - Equatorial Pará:** Em 15 de agosto de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.243/2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará") sendo, em média, reajustadas em 11,07% (onze vírgula zero sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 15 de agosto de 2023 a 6 de agosto de 2024. **Reajuste Tarifário Anual 2022 - Equatorial Piauí:** A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública extraordinária, aprovou o resultado do definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Piauí"), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 14,70%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2023 a 01 de dezembro de 2024. **06. ESG: Equatorial Maranhão:** O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa alavancar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental. No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tonar cada vez mais robusta a gestão desse valor. A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o iDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não-líderes. Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A Política de Saúde e Segurança do Trabalho também passou por atualização, tal qual a Política de Proteção de Dados Pessoais. A Equatorial Energia trabalhou, ainda, na aprovação de sua Política de Segurança Cibernética e da Informação. A Equatorial Energia entende que a gestão das emissões de gases de efeito estufa não só agrega valor às suas operações, acionistas e investidores, mas também proporciona benefícios à comunidade, sociedade e ao meio ambiente. É importante salientar que os GEEs deempenham um papel significativo na criação de cenários mais frequentes e severos de escassez hídrica, ameaçando principalmente a geração de energia e os serviços de saneamento. A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R$ 900 mil reais na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera. **Plataforma E+:** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Esporte e E+ Cultura:** A Equatorial Maranhão acredita no poder de transformação por meio do esporte e por isso investir em projetos que tragam novas perspectivas a crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da Companhia. A distribuidora patrocina diversas iniciativas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, a exemplo da copa de basquete em cadeira de rodas e apoio ao Centro Desportivo Maranhense para Cegos - CEDEMAC. Destaca, ainda, entre os projetos esportivos aprovados em 2023 o apoio ao Sampaio Basquete, time que representa o Maranhão na Liga Nacional de Basquete Feminino, Ações Esportivas do Jaracaty, projeto social que oferece aulas de judô, tênis de mesa e futsal para mais de 150 crianças e adolescentes no bairro do Jaracaty, em São Luís. Já na cidade de São Mateus a Companhia apoia o São Mateus do Amanhã com aulas de Judô. Na área cultural, ao longo do ano de 2023, a distribuidora apoiou diversos eventos culturais, como o Festival de Natal, estímulo aos artistas locais com teatro, música e publicações, além de uma forte presença no São João e no Natal do Maranhão. **E+ Energia Voluntária:** O programa E+ Energia Voluntária realizou ações de Natal em todas as regionais e na sede São Luís. A distribuidora teve um engajamento de mais de 500 pessoas com adoção de cartinhas que foram escritas por crianças para o Papai Noel e adotadas pelos colaboradores. **E+ Reciclagem:** O programa E+ Reciclagem recebeu mais de cinco mil toneladas de resíduos em 2023. A distribuidora possui 12 postos distribuídos em quatro municípios, a maioria deles na capital, São Luís. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de R$ 255 mil em descontos nas faturas de energia de clientes e instituições sociais, além de terem sido trocadas mais de 75 mil lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED. **Equatorial Pará:** O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa alavancar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental. No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tonar cada vez mais robusta a gestão desse valor. A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o iDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não-líderes. Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A Política de Saúde e Segurança do Trabalho também passou por atualização, tal qual a Política de Proteção de Dados Pessoais. A Equatorial Energia trabalhou, ainda, na aprovação de sua Política de Segurança Cibernética e da Informação. A Equatorial Energia entende que a gestão das emissões de gases de efeito estufa não só agrega valor às suas operações, acionistas e investidores, mas também proporciona benefícios à comunidade, sociedade e ao meio ambiente. É importante salientar que os GEEs deempenham um papel significativo na criação de cenários mais frequentes e severos de escassez hídrica, ameaçando principalmente a geração de energia e os serviços de saneamento. A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R$ 900 mil reais na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera. **Plataforma E+:** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade e E+ Geladeira Nova:** A Equatorial Pará, por meio do E+ Comunidade, promoveu ações junto às comunidades da capital e interior do estado em mutirões que envolvem a oferta de diversos serviços gratuitos, como troca de lâmpadas obsoletas por lâmpadas de LED, negociação de débitos com condições diferenciadas de parcelamento e incentivo ao cadastro na Tarifa Social Baixa Renda, beneficiando quase meio milhão de paraenses. Desde o início da gestão, em 2015, a concessionária já beneficiou mais de oitenta mil paraenses com refrigeradores que possuem o selo A Procel de Eficiência Energética. Vale salientar que, somente em 2023, mais de dois mil paraenses foram beneficiados. **E+ Reciclagem:** O projeto, que faz a troca de resíduos recicláveis por descontos na fatura de energia, conta com oito postos fixos de coleta seletiva distribuídos em Belém, Santarém, Castanhal e Altamira, além de dois postos itinerantes. Somente em 2023, o E+ Reciclagem retirou de circulação 4.941,42 toneladas de resíduos, beneficiando 2.144 clientes. Vale ressaltar que o cliente também tem a opção de doar o bônus para uma instituição filantrópica de sua escolha. **E+ Luzes na Cidade:** A concessionária beneficia os municípios paraenses de Moju, Tailândia, Belterra, Ourilândia do Norte, Itupiranga e Santa Izabel do Pará com a modernização da iluminação pública por meio da troca gratuita de luminárias em espaços de convivência, como ruas e praças. Em 2023, aproximadamente mil luminárias foram instaladas, contabilizando mais de R$ 1,7 milhão em investimentos. **Equatorial Piauí:** O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa alavancar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental. No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tornar cada vez mais robusta a gestão desse valor. A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o iDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não líderes. Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R$ 900 mil na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera. **Plataforma E+:** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Profissional:** Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o E+ Profissional oferta cursos profissionalizantes gratuitos para pessoas baixa renda. Ainda em 2023, a Equatorial Piauí lançou a Escola de Eletricistas, formando 99 profissionais para atuação no setor de distribuição de energia elétrica. Executou, também, o E+ Profissional Geração de Renda, formando 229 alunos em diversos cursos profissionalizantes solicitados pelas comunidades, tais como Design de sobrancelhas, atendimento ao cliente e informática básica. **E+ Energia do Bem:** No Piauí, a APAE Campo Maior, Apipa, Lar da Esperança, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Abrigo Manain, LBV Teresina, Abrigo São Lucas, Hospital Universitário e Hospital São Marcos são beneficiadas pelo E+ Energia do Bem desde 2020. O projeto tem como objetivo promover a eficientização de organizações sem fins lucrativos por meio da instalação de energia solar e adequações na rede elétrica. Foram mais de 8 milhões de reais investidos em melhorias que poderão diminuir em até 80% o valor da conta de luz dessas instituições. **E+ Luzes na Cidade:** A Equatorial Piauí por meio do programa E+ Luzes na Cidade já beneficiou mais de 50 municípios piauienses, como Nazária, Guadalupe, Luzilândia, Monsenhor Gil, Fronteiras, Curimatá, Currais, Batalha, Água Branca, Piripiri, Parnaíba, Teresina, dentre vários outros, com a modernização da iluminação pública por meio da troca gratuita de luminárias em espaços públicos, como ruas e praças. Até o momento, mais de 14 mil luminárias foram instaladas, representando um investimento superior a R$ 3,5 milhões. Em 2023, foram realizados retrofit em 708 pontos de iluminação pública nos municípios Alvorada do Gurgueia, Esperantina, São João do Arraial, Esperantina e União. **07. Desempenho Econômico-Financeiro: 8.1.1 Receita Líquida:** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 18,995 bilhões, 40% acima da obtida no ano anterior. **8.1.2 Custos e Despesas Operacionais:** No ano de 2023, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R$ 9,046 bilhões, crescimento de 29,45% na comparação com 2022. **8.1.3 EBITDA:** Em 2023, o EBITDA atingiu R$ 5,312 bilhões, 29% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R$ 4,102 bilhões. **8.1.4 Resultado Financeiro:** Em 2023, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R$ 770 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R$ 489 milhões, registrado no ano de 2022. **8.1.5 Lucro Líquido:** Em 2023, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R$ 3,306 bilhões, crescimento de 51% em relação ao ano anterior **08. Investimentos:**



Investimentos Distribuidoras	12M23		
(R$ Milhões)	MA	PA	PI
Ativos elétricos	891	1.479	640
Obrigações especiais	37	592	130
Ativos não elétricos	117	399	55
Total	**1.045**	**2.469**	**826**

Investimentos Distribuidoras	12M22		
(R$ Milhões)	MA	PA	PI
Ativos elétricos	795	1.234	582
Obrigações especiais	74	496	94
Ativos não elétricos	84	107	56
Total	**953**	**1.836**	**732**

Os investimentos somaram **R$ 4,3 bilhões** no exercício 2023, o que representou um crescimento de 23% em relação ao exercício de 2022. **Equatorial Maranhão:** Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R$ 1,018 bilhão em 2023, crescimento de 16% em relação a 2022. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado. **Equatorial Pará:** Os investimentos da EQTL PA totalizaram R$ 2,4 bilhões em 2023, aumento de 34% em relação a 2022. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede. **Equatorial Pará:** Em 2023, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$ 696 milhões, direcionados principalmente à manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R$ 130 milhões.

Diretoria Executiva
Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor Presidente
José Silva Sobral - Diretor
Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor
Cristiano de Lima Logrado - Diretor
Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor

Relacionamento com auditores externos: Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia, Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Cristiano De Lima Logrado, Diretor, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**241**	349.727	**832.479**	673.916
Aplicações financeiras	6	**6.665**	861	**2.209.995**	2.410.126
Contas a receber de clientes	7	–	–	**4.066.816**	2.848.172
Aquisição de combustível - conta CCC		–	–	**54.402**	72.882
Serviços pedidos		–	–	**383.207**	320.931
Depósitos vinculados	19	–	–	**4.442**	4.511
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	**20.234**	–
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	–	–	–	88.965
Almoxarifado		–	–	**30.017**	111.511
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	**245.340**	190.078
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**2.647**	954	**306.643**	200.086
Dividendos a receber	9	**568.379**	341.257	**19.978**	–
Outras contas a receber		**1**	–	**634.489**	473.336
Total do ativo circulante		**577.933**	692.799	**8.808.042**	7.394.514
Não circulante					
Aplicações financeiras	6	–	–	**19.904**	15.017
Contas a receber de clientes	7	–	–	**457.895**	321.558
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	–	61.921
Depósitos vinculados	19	–	–	**274.098**	226.613
Serviços pedidos		–	–	**50.478**	18.970
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	**453.189**	250.776
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		–	–	**231.273**	82.200
Imposto de renda e contribuições social diferidos	17	–	–	**439.007**	–
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		–	–	**20.444**	85.120
Benefício pós-emprego	27	–	–	**12.708**	11.581
Outras contas a receber		–	–	**24.314**	23.980
Investimentos	10	**9.685.995**	4.911.624	**462.775**	15.848
Ativo financeiro da concessão	11	–	–	**10.779.527**	8.527.432
Intangível	12	–	–	**7.343.160**	3.159.376
Ativo de contrato	13	–	–	**2.112.394**	1.454.816
Direito de uso		–	–	**21.940**	15.432
Total do ativo não circulante		**9.685.995**	4.911.624	**22.703.106**	14.270.640
Total do ativo		**10.263.928**	5.604.423	**31.511.148**	21.665.154

Passivo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	14	**2**	17	**2.025.466**	1.364.079
Fornecedores - Risco sacado	14.1	–	–	**264.194**	145.060
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		–	–	**55.477**	41.881
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	**1.261.594**	679.467
Debêntures	16	–	–	**67.226**	361.002
Impostos e contribuições a recolher		**945**	146	**468.739**	296.165
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		**391**	640	**7.124**	145.729
Dividendos a pagar	9	**242.859**	172.066	**312.435**	224.450
Devolução de capital social a liquidar		–	347.000	–	347.000
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	**227.003**	194.413
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	–	–	**74.869**	52.923
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	–	–	**40.792**	283
Participação nos lucros		–	–	**102.179**	80.779
Encargos setoriais		–	–	**303.511**	193.872
Benefício pós-emprego	27	–	–	**1.336**	862
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	–	–	**58.950**	722.052
Passivo de arrendamento		–	–	**5.658**	3.528
Provisão para riscos judiciais	19	–	–	**95.748**	27.055
Outras contas a pagar		–	2	**651.088**	426.542
Total do passivo circulante		**244.197**	519.871	**6.023.389**	5.307.142
Não circulante					
Fornecedores	14	–	–	**20.774**	10.223
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	**7.809.892**	5.309.942
Debêntures	16	–	–	**2.337.411**	1.681.733
Impostos e contribuições a recolher		–	–	**109.084**	96.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	–	–	**1.122.682**	877.482
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	**322.492**	176.841
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	–	–	**1.005.699**	1.027.434
Provisão para riscos judiciais	19	–	–	**549.426**	500.054
Benefício pós-emprego	27	–	–	**95.689**	72.237
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	–	–	**249.881**	99.503
Encargos setoriais		–	–	**75.325**	28.223
Passivo de arrendamento		–	–	**18.594**	14.029
Outras contas a pagar		–	–	**177.894**	101.960
Total do passivo não circulante		–	–	**13.894.843**	9.995.771
Patrimônio líquido					
Capital social	22	**5.493.218**	3.791.718	**5.493.218**	3.791.718
Reservas de capital		**1.987.710**	190.013	**1.987.710**	190.013
Reservas de lucros	22	**2.483.968**	1.124.316	**2.483.968**	1.124.316
Ajuste de avaliação patrimonial		**54.835**	(21.495)	**54.835**	(21.495)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		**10.019.731**	5.084.552	**10.019.731**	5.084.552
Participação dos acionistas não controladores		–	–	**1.573.185**	1.277.689
Total do patrimônio líquido		**10.019.731**	5.084.552	**11.592.916**	6.362.241
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.263.928**	5.604.423	**31.511.148**	21.665.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	23	–	–	**18.995.511**	13.355.938
Energia elétrica comprada para revenda	25	–	–	**(7.215.157)**	(5.141.135)
Custo de construção		–	–	**(4.240.076)**	(2.789.037)
Custo da operação		–	–	**(1.495.213)**	(1.045.510)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	–	–	**(12.950.446)**	(8.975.682)
Lucro bruto		–	–	**6.045.065**	4.380.256
Despesas com vendas	24	–	–	**(502.255)**	(372.185)
Despesas gerais e administrativas	24	**(462)**	(268)	**(380.385)**	(450.262)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	–	–	**(328.317)**	(135.234)
Resultado da equivalência patrimonial		**2.945.260**	1.907.205	**9.897**	–
Outras despesas operacionais, líquidas	24.2	–	–	**(338.938)**	(471.760)
Total de receitas (despesas) operacionais		**2.944.798**	1.906.937	**(1.539.998)**	(1.429.441)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**2.944.798**	1.906.937	**4.505.067**	2.950.815
Receitas financeiras	26	**8.143**	3.108	**1.441.349**	1.202.585
Despesas financeiras	26	**(10.071)**	(50)	**(2.212.185)**	(1.691.645)
Resultado financeiro		**(1.928)**	3.058	**(770.836)**	(489.060)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		**2.942.870**	1.909.995	**3.734.231**	2.461.755
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17	**(1.615)**	(640)	**(97.248)**	(319.240)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17	–	–	**(330.535)**	47.434
Impostos sobre o lucro		**(1.615)**	(640)	**(427.783)**	(271.806)
Lucro líquido do exercício		**2.941.255**	1.909.355	**3.306.448**	2.189.949
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		**2.452.820**	1.625.174	**2.941.255**	1.909.355
Acionistas não controladores		**488.435**	284.181	**365.193**	280.594
Lucro líquido do exercício		**2.941.255**	1.909.355	**3.306.448**	2.189.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**2.941.255**	1.909.355	**3.306.448**	2.189.949
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultados abrangentes *(hedge* e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	**76.330**	(16.539)	**84.899**	(21.273)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**76.330**	(16.539)	**84.899**	(21.273)
Total dos resultados abrangentes	**3.017.585**	1.892.816	**3.391.347**	2.168.676
Acionistas controladores	**2.529.150**	1.527.623	**3.026.154**	1.892.816
Acionistas não controladores	**488.435**	365.193	**365.193**	275.860
Total resultados abrangentes	**3.017.585**	1.892.816	**3.391.347**	2.168.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**2.941.255**	1.909.355	**3.306.448**	2.189.949
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	–	–	**813.924**	612.035
Amortização do direito de concessão	–	–	**60.811**	15.654
Resultado de equivalência patrimonial	**(2.945.260)**	(1.907.205)	**(9.897)**	–
Baixa de intangível, financeiro e contratual	–	–	**59.703**	135.311
Atualização do ativo financeiro	–	–	**(557.800)**	(290.956)
Encargos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**8.217**	–	**807.859**	590.688
Perdas com instrumentos derivativos	–	–	**383.354**	200.096
Ajuste a valor presente	–	–	**(8.146)**	107.107
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	–	–	**328.317**	137.138
Baixa de recebíveis incobráveis	–	–	**84.261**	–
Provisão e atualização de encargos setoriais	–	–	**147.108**	100.385
Provisão e atualização de riscos judiciais	–	–	**(71.456)**	40.804
Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	–	–	**(643.870)**	(492.596)
Rendimentos de aplicações financeiras	**(8.540)**	(3.260)	**(369.141)**	(344.837)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	–	–	**330.535**	(47.434)
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	**1.615**	–	**97.248**	319.240
Valor justo das opções de compra	–	–	**42.477**	23.782
Provisão da participação nos lucros	–	–	**30.292**	52.426
Provisão para perda de estoque	–	–	**(91.072)**	132.114
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	–	**48.199**	247.141
Benefício pós-emprego	–	–	–	10.802
	(2.713)	(1.110)	**4.789.154**	3.738.849
Variações em:				
Contas a receber de clientes	–	–	**(766.225)**	(173.939)
Aquisição de combustível - conta CCC	–	–	**18.480**	(9.685)
Serviços pedidos	–	–	**65.774**	61.423
Depósitos judiciais	–	–	**(26.079)**	(26.746)
Almoxarifado	–	–	**126.528**	17.791
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	**32.789**	(346.103)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(1.693)**	(854)	**(164.676)**	(34.605)
Outros créditos a receber	**1**	–	**(1.555)**	(74.131)
Sub-rogação da CCC	–	–	**64.676**	–
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	–	**(12.246)**	852.920
Fornecedores	**(15)**	10	**193.916**	(262.022)
Fornecedores - Risco sacado	–	–	**119.134**	
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	–	–	**(181.763)**	(128.003)
Impostos e contribuições a recolher	**799**	144	**164.189**	112.765
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**(1.864)**	640	**(252.257)**	(268.495)
Encargos setoriais	–	–	**(112.859)**	(118.184)
Participação nos lucros	–	–	**(34.817)**	(52.546)
Provisão de riscos judiciais	–	–	**(91.119)**	(50.165)
Outras contas a pagar	**1.151**	2	**47.786**	33.419
Benefício pós-emprego	–	–	**4.391**	966
Devolução de capital social a liquidar	**(347.000)**	–	**(347.000)**	–
Recebimento de dividendos	**663.477**	2.099.882	**857**	–
Caixa proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	**314.856**	2.099.824	**(1.152.076)**	(465.340)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	**(173.933)**	–
Juros recebidos/pagos	**(37.404)**	–	**(783.394)**	(526.414)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**274.739**	2.098.714	**2.679.751**	2.747.095
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo contratual	–	–	**(2.826.103)**	(2.288.218)
Resgate (aplicações) financeiras	**2.736**	3.711	**918.521**	50.544
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**2.736**	3.711	**(1.907.582)**	(2.237.674)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Redução de capital	–	(500.000)	–	**(500.000)**
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(1.786.782)**	–	**(2.639.245)**	**(839.870)**
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	**1.200.456**	**2.359.500**
Captação de debêntures	–	–	**300.000**	**1.642.738**
Amortização de debêntures	**(1.578.983)**	–	**(2.231.380)**	**(1.535.389)**
Amortização do passivo de arrendamento	–	–	**(4.308)**	**(3.896)**
Partes relacionadas - Recebimento de mútuos	–	–	–	**130.000**
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	–	–	**(181.935)**	**108.300**
Dividendos pagos	**(664.196)**	(1.253.150)	**(838.159)**	**(1.437.034)**
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	–	–	**(27.360)**	**(14.293)**
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	–	–	**405.325**	–
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	**3.403.000**	–	**3.403.000**	–
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	**(626.961)**	(1.753.150)	**(613.606)**	**(89.944)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(349.486)**	349.275	**158.563**	419.477
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**349.727**	452	**673.916**	254.439
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**241**	349.727	**832.479**	673.916
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(349.486)**	349.275	**158.563**	419.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

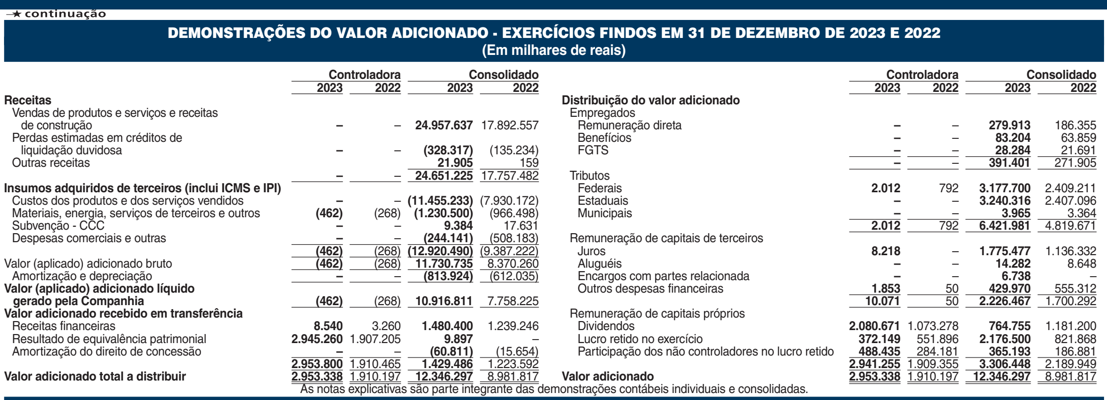
	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reserva para investimento e expansão	Reservas de lucros: Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.638.718	174.459	145.793	–	117.333	(4.956)	–	5.071.347	1.162.781	6.234.128
Valor justo das opções de compra *(Vesting period)*		–	15.554	–	–	–	–	–	15.554	–	15.554
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		–	–	–	–	(117.333)	–	–	(117.333)	(53.030)	(170.363)
Redução de capital social		(847.000)	–	–	–	–	–	–	(847.000)	–	(847.000)
Resultado abrangente do exercício											
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	(15.015)	–	(15.015)	(4.447)	(19.462)
Benefícios pós-emprego - resultados atuariais		–	–	–	–	–	(1.524)	–	(1.524)	(287)	(1.811)
Destinação do lucro											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	1.909.355	1.909.355	280.594	2.189.949
Constituição da reserva legal		–	–	95.468	–	–	–	(95.468)	–	–	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(453.472)	(453.472)	(49.668)	(503.140)
Constituição de dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	142.446	–	(619.806)	(477.360)	(58.254)	(535.614)
Constituição de reserva para investimento e expansão		–	–	–	740.609	–	–	(740.609)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.791.718	190.013	241.261	740.609	142.446	(21.495)	–	5.084.552	1.277.689	6.362.241
Dividendos adicionais 2022 distribuídos	22.2 (c)	–	–	–	–	**(142.446)**	–	–	**(142.446)**	**(121.720)**	**(264.166)**
Valor justo das opções de compra *(Vesting period)*	22.3	–	**8.562**	–	–	–	–	–	**8.562**	–	**8.562**
Dividendos intermediários	21	–	–	–	**(740.609)**	–	–	–	**(740.609)**	–	**(740.609)**
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	**(2.990)**	**(2.990)**
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não controladores	22.1	**1.701.500**	**1.701.500**	–	–	–	–	–	**3.403.000**	–	**3.403.000**
Reorganização societária		–	**87.635**	–	–	–	–	–	**87.635**	**112.651**	**200.286**
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		–	–	–	–	–	**76.330**	–	**76.330**	**8.569**	**84.899**
Destinação do lucro											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**2.941.255**	**2.941.255**	**365.193**	**3.306.448**
Constituição da reserva legal	22.2 (a)	–	–	**147.063**	–	–	–	**(147.063)**	–	–	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios											
Dividendos intermediários		–	–	–	–	–	–	**(471.909)**	**(471.909)**	–	**(471.909)**
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	**(226.639)**	**(226.639)**	**(66.207)**	**(292.846)**
Constituição de dividendos adicionais propostos	22.2 (c)	–	–	–	–	**1.854.032**	–	**(1.854.032)**	–	–	–
Constituição de reserva para investimento e expansão	22.2 (b)	–	–	–	**241.612**	–	–	**(241.612)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.493.218**	**1.987.710**	**388.324**	**241.612**	**1.854.032**	**54.835**	–	**10.019.731**	**1.573.185**	**11.592.916**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

continua

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

→ continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

das é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas da Companhia. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.4 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável):** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas da Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso as controladas da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.5 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas Controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.6 Ativos intangíveis: 3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** As controladas da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas da Companhia. **3.6.2 Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **3.6.3 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das Controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.7 Ativo de contrato:** O ativo de contrato é um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição. **3.8 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.9 Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.9.1 Benefícios fiscais:** A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Empresa	Benefício Fiscal	Emissão	Laudo Constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	08/08/2018	101/2018	2018 a 2027
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	24/09/2018	244/2018	2018 a 2027

3.9.2 Benefícios para reinvestimentos: Equatorial Maranhão e Equatorial Piauí: São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados. **3.10 Benefícios a empregados: 3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10.2 Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas a benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **3.10.3 Planos de benefício definido:** As obrigações líquidas das controladas da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pelas controladas da Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.10.4 Planos de opção de compra de ações:** A Equatorial Energia S.A. (controladora da Equatorial Energia Distribuição S.A.) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos e colaboradores da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas reconhecem os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas reconhecem o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidadas em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia e suas controladas. **3.11.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes, se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.12 Instrumentos financeiros: 3.12.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.12.2 Classificação e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas controladas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **3.12.3 Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.12.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.12.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** As controladas da Companhia mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: ***Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 27.4 - Instrumentos financeiros derivativos. **3.13 Capital Social: 3.13.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.13.2 Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.14 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a norma ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, que determina que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. Os dividendos, em linha com o estabelecido em anos anteriores, seguem a seguinte desproporcionalidade com relação à participação acionária: i) 15% do lucro líquido para as distribuições relativas ao exercício social de 2022, observado que os Dividendos Privilegiados declarados em benefício do titular das Ações Preferenciais antes da emissão das Ações Preferenciais Classe B deverão ser pagos exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe A; ii) 15% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2023; iii) 17,50% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024; iv) 22,50% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025; v) 30% do lucro líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercício e período, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026 e ao primeiro semestre do exercício social de 2027; vi) 35% do lucro líquido auferido pela Companhia nos respectivos períodos e exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2027, ao exercício social de 2028 e ao primeiro semestre do exercício social de 2029; vii) 40% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2029; e viii) 50% do lucro líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas aos exercícios sociais de 2030 (inclusive) em diante. A distribuição de dividendos da Companhia fica condicionada a existência de lucros e da decisão da Assembleia Geral, em propor dividendos acima do percentual de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. **3.15 Redução ao valor recuperável *(impairment)*: 3.15.1 Ativos financeiros não derivativos:** As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativo de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativo de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 27.5 - Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes. As controladas da Companhia consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **3.15.2 Ativos financeiros com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, as controladas da Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem zexpectativa de perda de realização. **3.15.3 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas:** As controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 12 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.15.4 Ativos não financeiros:** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativo de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas investidas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.16 Ajuste a valor presente (AVP): 3.16.1 Parcelamentos de contas a receber:** As controladas da Companhia utilizam uma taxa média de 10,86% de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a valor presente. **3.16.2 Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.17 Provisões para riscos judiciais:** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.18 Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **3.19 Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.19.1 Novas normas, alterações e interpretações vigentes:** O *International Accounting Standards Board (IASB)* e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1° de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 - Contratos de seguro; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e CPC 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	*Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the emporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction*	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Não houve impacto relevantes nas políticas contábeis da Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) - Ativo intangível; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 28 - Propriedade para investimento; CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) -Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; CPC 48 - Instrumentos financeiros; e CPC 50 - Contratos de seguro.				

3.19.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e suas controladas:

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). Em 2023, as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí, tiveram um nível de cobertura contratual de 99,07% (102,29% em 31 de dezembro de 2022), 99,34% (102,63% em 31 de dezembro de 2022) e 101,62% (107,49% em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, permanecendo dentro do limite de repasse para as tarifas. **4.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP) e Reajuste Tarifário Anual (RTA):** Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas e indiretas da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feito atualização da Parcela B (custos gerenciáveis). Neste processo, as Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e indiretas. Foram definidas as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias e os valores da tarifa de aplicação de energia, do que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) onde podem observar na apresentação da NE 4.1.1 - Bandeiras Tarifárias. A ANEEL, em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas distribuidoras da Companhia em 2023:

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Equatorial Maranhão	RTA	23/08/2023	3.251/2023	10,85%
Equatorial Pará	RTP	07/08/2023	3.243/2023	11,07%
Equatorial Piaui	RTP	02/12/2023	3.292/2023	14,70%
Equatorial Alagoas	RTA	23/05/2023	3.203/2023	17,59%

O decreto nº 9.642 de 27 de dezembro de 2018 determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. **4.4 Encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: **• Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** - Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

Até 31/12/2023						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está líquida desses encargos na demonstração do resultado. Veja nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **4.5 Marco Legal - Geração Distribuída:** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/2022, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A Companhia possui dentro de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificados como de micro e minigeração distribuída, que é um sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo em que a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor fica com excedente de energia que fica registrado como um passivo a restituir ao consumidor. O direito de receber do cliente cativo ou do órgão regulador uma possível sobrecontratação ou exposição involuntária a preços de liquidação são registrados em outros ativos a receber. **5 Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e depósitos bancários à vista	92	80	**108.107**	55.353
Equivalentes de caixa (a)				
Investimentos				
Certificado de depósito bancário - CDB	**149**	492	**194.407**	156.735
Operações compromissadas	–	349.155	**360.592**	349.155
Fundo de investimento				
Cotas de fundos de investimentos	–	–	–	26
Operações compromissadas	–	–	**1.345**	39.518
Certificado de depósito bancário - CDB	–	–	**43.961**	53.737
Títulos públicos	–	–	–	11.942
Fundo de investimento aberto	–	–	**124.067**	7.450
Subtotal de equivalentes de caixa	**149**	349.647	**724.372**	618.563
Total (b)	**241**	349.727	**832.479**	673.916

(a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2); e (b) A variação ocorreu, principalmente, devido a resgate de aplicação financeira e efeito da aquisição de participação na controlada Equatorial Piauí. A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 89,83% do CDI (91,41% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6 Aplicações financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento (a)	**6.665**	861	**1.283.539**	1.321.607
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	–	–	**111.844**	342.763
Títulos públicos	–	–	**25.173**	121.289
Letra financeira	–	–	**5.534**	113.581
Fundo de investimento aberto	–	–	**689.216**	432.724
Recursos vinculados (c)	–	–	**94.689**	78.162
Total circulante	**6.665**	861	**2.209.995**	2.410.126
Não circulante				
Recursos vinculados (c)	–	–	**19.904**	15.017
Total não circulante	–	–	**19.904**	15.017
Total	**6.665**	861	**2.229.899**	2.425.143

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras que devem ter *rating* mínimo de br AA-, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 - Fornecedores - Risco sacado; e (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 102,42% do CDI (105,95% do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7 Contas a receber de clientes (Consolidado): 7.1 Composição dos saldos**

	2023 A vencer	2023 Vencidos Até 90 dias	2023 Vencidos Mais de 90 dias	2023 Total	2022 A vencer	2022 Vencidos Até 90 dias	2022 Vencidos Mais de 90 dias	2022 Total
Residencial	**525.649**	**559.973**	**1.810.535**	**2.896.157**	268.032	373.240	1.340.520	1.981.792
Industrial	**103.268**	**16.297**	**123.271**	**242.836**	70.216	9.750	101.251	181.217
Comercial	**239.885**	**64.525**	**272.357**	**576.767**	149.701	40.462	216.103	406.266
Rural	**62.581**	**53.721**	**248.781**	**365.083**	28.813	35.763	188.410	252.986
Poder público	**140.385**	**42.774**	**65.517**	**248.676**	80.709	29.467	42.494	152.670
Iluminação pública	**25.156**	**3.170**	**19.751**	**48.077**	12.215	2.049	9.951	24.215
Serviço publico	**55.884**	**25.227**	**44.852**	**125.963**	35.184	14.402	22.920	72.506
Contas a receber de consumidores faturados (a)	**1.152.808**	**765.687**	**2.585.064**	**4.503.559**	644.870	505.133	1.921.649	3.071.652
Residencial	**588.180**	**53.747**	**817.437**	**1.459.364**	514.119	50.771	626.348	1.191.238
Industrial	**17.707**	**1.666**	**44.536**	**63.909**	12.230	1.411	39.378	53.019
Comercial	**50.526**	**5.137**	**116.436**	**172.099**	45.366	6.523	88.483	140.372
Rural	**32.828**	**3.845**	**53.776**	**90.449**	25.140	3.189	40.795	69.124
Poder público	**192.901**	**5.020**	**23.763**	**221.684**	96.428	1.699	5.900	104.027
Iluminação pública	**58.327**	**967**	**3.042**	**62.336**	24.152	227	1.147	25.526
Serviço publico	**88.111**	**3.215**	**6.627**	**97.953**	43.047	3.181	3.695	49.923
Parcelamentos (b)	**1.028.580**	**73.597**	**1.065.617**	**2.167.794**	760.482	67.001	805.746	1.633.229
Contas a receber de consumidores não faturados (c)	**574.257**	–	–	**574.257**	355.430	–	–	355.430
Baixa renda (d)	**177.393**	–	–	**177.393**	120.960	–	–	120.960
Outras	**255.268**	–	–	**255.268**	281.732	–	–	281.732
Subtotal bruto	**3.188.306**	**839.284**	**3.650.681**	**7.678.271**	2.163.474	572.134	2.727.395	5.463.003
(–) PECLD	**(346.065)**	**(135.682)**	**(2.671.813)**	**(3.153.560)**	(282.429)	(95.013)	(1.915.831)	(2.293.273)
Total contas a receber de clientes	**2.842.241**	**703.602**	**978.868**	**4.524.711**	1.881.045	477.121	811.564	3.169.730
Circulante				**4.066.816**				2.848.172
Não circulante				**457.895**				321.558

(a) O aumento do saldo deve-se, a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, além do reajuste tarifário nas controladas Equatorial Maranhão de 10,85% e de 11,07% na Equatorial Pará, vide maiores detalhes na nota explicativa 4.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP) e Reajuste Tarifário Anual (RTA); (b) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R$ 155.610 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 86.301 em 31 de dezembro de 2022), em contrapartida ao resultado financeiro; (c) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil; e (d) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. **7.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa**

	2022	Reorganização Societária (a)	Provisões/ Reversões	Baixas (b)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(1.328.738)	**(351.962)**	**(229.624)**	**43.713**	**(1.866.611)**
Parcelamentos	(879.081)	**(154.272)**	**(136.895)**	**20.093**	**(1.150.155)**
Contas a receber de consumidores não faturados	(21.717)	**(612)**	**(755)**	–	**(23.084)**
Outras (c)	(63.737)	**(13.011)**	**(42.341)**	**5.379**	**(113.710)**
Total (d)	(2.293.273)	**(519.857)**	**(409.615)**	**69.185**	**(3.153.560)**

	2021	Provisões/ Reversões	Baixas (b)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	1.332.113	(134.342)	130.967	1.328.738
Parcelamentos	908.144	(88.377)	59.314	879.081
Contas a receber de consumidores não faturados	19.163	39	2.515	21.717
Outras	65.207	(2.748)	1.278	63.737
Total	2.324.627	(225.428)	194.074	2.293.273

(a) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piaui e Equatorial Alagoas; (b) Referente ao efeito das reversões da PECLD de títulos vencidos há mais de 10 anos, que foram efetivamente baixados do contas a receber no exercício; (c) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; e (d) A movimentação líquida do exercício, gerou um complemento de provisão, no montante de R$ 340.430, em decorrência da revisão da matriz de provisão conforme detalhado na nota explicativa no 28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros, tópico (a) Risco de crédito (ii) contas a receber de clientes (Consolidado), com impacto no resultado operacional e financeiro de R$ 328.317 e R$ 15.264 respectivamente, conforme notas explicativas nº 24 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 - Resultado financeiro.

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2022	Reorganização societária (f)	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituição com efeito caixa	Transferências/ Reclassificação	2023
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	84.073	**47.425**	**(13.874)**	**(90.334)**	**9.347**	–	–	–	**36.637**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	29.324	**16.753**	**(63)**	**(63.597)**	**(315)**	–	–	–	**(17.898)**
Rede básica	102.272	**59.187**	**(31.606)**	**11.116**	**16.919**	–	–	–	**157.888**
Compra de energia CVA (a)	(10.549)	**(74.390)**	**(87.575)**	**(78.848)**	**(9.348)**	–	–	–	**(260.710)**
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	278.503	**24.446**	**(48.416)**	**(22.369)**	**35.081**	–	–	–	**267.245**
(-) Repasses da Conta-Covid - Parcela A	(15.484)	**16.954**	**84**	**(9.592)**	**(118)**	–	–	**(832)**	**(8.988)**
	468.139	**90.375**	**(181.450)**	**(253.624)**	**51.566**	–	–	**(832)**	**174.174**
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia	(7.053)	**66.068**	**(142.003)**	**74.695**	**3.466**	–	–	–	**(4.827)**
Neutralidade	(48.872)	**25.930**	**(52.948)**	**(53.297)**	**(4.427)**	–	–	–	**(133.614)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(162.963)	**(9.508)**	**(53.992)**	**46.360**	**(15.759)**	–	–	**(9.805)**	**(205.667)**
Acordo bilateral	–	–	–	**(152)**	–	–	–	–	**(152)**
Risco hidrológico (c)	(316.949)	**(67.321)**	**(43.769)**	**88.481**	**(17.337)**	–	–	–	**(356.895)**
(–) Repasses da Conta-Covid - Parcela A	–	**(20.027)**	–	**(3.379)**	–	–	–	**(155)**	**(23.561)**
Compensação créditos PIS/COFINS - Nota explicativa nº 20 (g)	–	–	–	**961.361**	–	**(927.104)**	–	–	**34.257**
Emp. Escassez Hídrica (d)	(94.258)	**(85.238)**	**56.000**	**91.111**	**(3.813)**	–	–	–	**(36.198)**
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo (e)	(141.421)	**(42.754)**	**18.911**	**176.755**	**(8.113)**	–	**(33.979)**	–	**(30.601)**
Outros	(5.956)	**93.535**	**14.958**	**(104.382)**	**(1.349)**	–	**56.030**	**987**	**53.823**
	(777.472)	**(39.315)**	**(202.843)**	**1.277.553**	**(47.332)**	**(927.104)**	**22.051**	**(8.973)**	**(703.435)**
Total	(309.333)	**51.060**	**(384.293)**	**1.023.929**	**4.234**	**(927.104)**	**22.051**	**(9.805)**	**(529.261)**
Circulante									
Valores a receber	–								**20.234**
Valores a devolver	(194.413)								**(227.003)**
Efeito líquido ativo (passivo)	(194.413)								**(206.769)**
Não circulante									
Valores a receber	61.921								–
Valores a devolver	(176.841)								**(322.492)**
Efeito líquido ativo (passivo)	(114.920)								**(322.492)**
Efeito líquido total	(309.333)								**(529.261)**

	2021	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos PIS/COFINS	Transferências/ Reclassificações	2022
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	11.467	17.865	43.736	11.005	–	–	–	84.073
PROINFA - Programa de incentivo	10.233	627	14.256	4.208	–	–	–	29.324
Rede básica	92.288	41.181	(39.676)	8.479	–	–	–	102.272
Compra de energia CVA	410.848	(221.038)	(234.148)	33.789	–	–	–	(10.549)
ESS - Encargos do serviço do sistema	722.633	(499.887)	1.333	54.424	–	–	–	278.503
(-) Repasse da Conta-Covid - Parcela A	(232.972)	–	237.598	(5.948)	–	–	(14.162)	(15.484)
	1.014.497	(661.252)	23.099	105.957	–	–	(14.162)	468.139
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	(153.260)	136.396	13.917	(4.106)	–	–	–	(7.053)
Neutralidade	(33.459)	(8.686)	(4.992)	(1.735)	–	–	–	(48.872)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(200.203)	(42.588)	97.615	(17.787)	–	–	–	(162.963)
Risco hidrológico	(212.991)	101.379	(198.148)	(7.189)	–	–	–	(316.949)
(-) Repasse da Conta-Covid - Parcela A	(14.313)	–	151	–	–	–	14.162	–
Compensação créditos PIS/COFINS	–	–	854.929	–	–	(854.929)	–	–
Empréstimo escassez hídrica	–	71.633	(42.071)	(5.177)	(118.643)	–	–	(94.258)
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo	–	–	85.054	–	(226.475)	–	–	(141.421)
Outros	(1.926)	(11.413)	7.595	15	–	–	(227)	(5.956)
	(616.152)	246.721	814.050	(35.979)	(345.118)	(854.929)	13.935	(777.472)
Total	398.345	(414.531)	837.149	69.978	(345.118)	(854.929)	(227)	(309.333)
Circulante								
Valores a receber	201.647							–
Valores a devolver	–							(194.413)
Efeito líquido ativo/passivo	201.647							(194.413)
Não circulante								
Valores a receber	196.698							61.921
Valores a devolver	–							(176.841)
Efeito líquido ativo/passivo	196.698							(114.920)
Efeito líquido total	398.345							(309.333)

(a) O saldo da CVA de compra de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira, repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R$ 339.949 e constituições negativas, referentes aos custos com os contratos de Energia Leilão, totalizando um montante de R$ 427.524, totalizando um movimento de constituição passiva de R$ 87.575; e (ii) O impacto da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 78.848; (b) ESS - estavam estimados o custo de Encargos de Serviços do Sistema (ESS) acima da cobertura tarifária. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi superior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a conta de Encargos de Serviços do Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R$ 48.416. O impacto da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi negativo de R$ 22.369; (c) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 - demais componentes financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 o impacto da amortização do componente financeiro para esse exercício foi positivo de R$ 74.695; (d) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; 3) Custo da importação de energia em decorrência da Resolução nº 3 da CREG referente às competências de julho a agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL. O prazo para a realização desse recurso é com base no reconhecimento desses valores nos reajustes ou revisões tarifárias de cada controlada e obedece ao ciclo tarifário de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era negativo de R$ 36.198; (e) A Companhia registrou a entrada de recursos provenientes da Eletrobras, conforme estabelecido pela Resolução CNPE nº 15 de 2021. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto positivo de R$ 188.567 no exercício em questão, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. (f) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; e (g) O montante de R$104.382 refere-se ao saldo que será amortizado no próximo ciclo tarifário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí auferiram receita no montante de R$ 60.725 (R$ 713.152 em 31 de dezembro de 2022) de bandeira tarifária, sendo que o valor negativo de R$ 113 (R$ 581.108 em 31 de dezembro de 2022) foi obtido por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R$ 60.611 (R$ 132.042 em 31 de dezembro de 2022) foi repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. **9 Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamento, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Controladora	Notas	2023 Ativo (passivo)	2023 Efeito no resultado (Receita)	2022 Ativo (passivo)	2022 Efeito no resultado (Receita)
Dividendos a receber					
Entidade é controlada direta					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		**92.027**	–	74.630	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		**403.678**	–	266.627	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		**52.696**	–	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia do Piauí S.A.		**19.978**	–	–	–
Total		**568.379**	–	341.257	–
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial Energia S.A.		**(16.220)**	–	(146.256)	–
Outros					
Itaú Unibanco		**(226.639)**	–	(25.810)	–
Total		**(242.859)**	–	(172.066)	–
Devolução de capital social a liquidar					
Controladora					
Equatorial Energia S.A.	(a)	–	–	(312.647)	–
Outros					
Itaú Unibanco	(a)	–	–	(34.353)	–
Total		–	–	(347.000)	–

(a) Conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2022, foi autorizada a redução de capital em R$ 347.000, sendo liquidado em janeiro de 2023.

Consolidado	Notas	2023 Ativo (Passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesa)	2022 Ativo (Passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	–	–	–	543
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	(b)	12	29	–	–
Total		12	29	–	543
Outros Créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	521	–	–	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	8.381	–	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	870	–	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(c)	735	–	–	–
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	(t)	147	147	–	–
Total		10.654	147	–	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	–	–	9.128	20.640
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	5.784	19.559	6.071	14.066
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	6.113	26.633	6.229	6.229
Companhia de Eletricidade do Amapá	(d)	832	3.625	920	848
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	111	461	103	426
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	109	449	101	446
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	163	674	151	547
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	265	1.099	247	1.024
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	121	499	112	429
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	135	562	126	494
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	142	588	132	444
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	187	776	174	661
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(d)	178	737	166	680
Equatorial Serviços S.A.	(d)	2.072	–	1.312	–
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(e)	13	–	13	–
Total		16.225	55.662	24.985	46.934

Consolidado	Notas	2023 Ativo (Passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesa)	2022 Ativo (Passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Empréstimos mútuos ativos					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	–	–	–	4.680
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	–	–	–	925
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(h)	–	–	–	5.665
Total		–	–	–	11.270

Consolidado	Notas	2023 Ativo (Passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesa)	2022 Ativo (Passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	–	–	(1.618)	(16.168)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	**(3.033)**	–	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	**(152)**	–	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(c)	**(4.268)**	–	–	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	**(198)**	–	–	–
Equatorial Serviços S.A.	(i)	**(26.274)**	**(84.310)**	(9.579)	(29.489)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(j)	**(3.502)**	**(26.985)**	(777)	(14.263)
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	(k)	–	**(7.655)**	(107)	(378)
Instituto Equatorial	(l)	**(11.425)**	**(17.138)**	–	(1.546)
Equatorial Engenharia e Construções S.A.		–	–	–	(30)
Equatorial Transmissão S.A.	(m)	–	–	–	(1.443)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(m)	**(367)**	–	(272)	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(m)	**(333)**	–	(256)	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(m)	**(510)**	–	(366)	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(m)	**(871)**	–	(673)	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(m)	**(405)**	–	(310)	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(m)	**(502)**	–	(384)	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(m)	**(3.508)**	–	(3.033)	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(m)	**(2.593)**	–	(2.804)	–
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa	(m)	**(360)**	–	(499)	–
Controladora direta					
Equatorial Energia S.A.	(d)	**(2.789)**	**(2.789)**	–	–
Total		**(61.090)**	**(138.877)**	(12.081)	(63.317)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	–	–	(2.615)	(11.569)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	**(3.988)**	**(16.127)**	(3.871)	(11.693)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	**(5.164)**	**(18.361)**	(100)	(100)
Companhia de Eletricidade do Amapá	(d)	**(933)**	**(2.396)**	(308)	(308)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	**(69)**	**(36)**	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	**(86)**	**(115)**	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	**(82)**	**(16)**	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	**(872)**	**(2.047)**	(7)	(7)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	**(78)**	**(45)**	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	**(71)**	**(15)**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	**(115)**	**(102)**	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	**(121)**	**(72)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa	(d)	**(224)**	**(296)**	(17)	(157)
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	–	–	–	(2.076)
Controladora direta					
Equatorial Energia S.A.	(n)	**(19.037)**	**(63.989)**	(8.125)	(8.125)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(o)	–	**(896)**	–	(3.424)
Total		**(30.840)**	**(104.513)**	(15.043)	(37.459)
Valores a pagar de acordo com recuperação judicial					
Controladora direta					
Equatorial Energia S.A.	(p)	**(129.055)**	**(941)**	(130.785)	(10.864)
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	(q)	**(545.166)**	**(27.110)**	(513.942)	(49.971)
Total		**(674.221)**	**(28.051)**	(644.727)	(60.835)
Dividendos a receber					
Entidade é controlada direta					
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.		**19.978**	–	–	–
		19.978	–	–	–
Dividendos a pagar					
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.		**(16.220)**	–	(146.256)	–
Outras partes relacionadas					
Eletrobras		**(51.865)**	–	(41.686)	–
Outros					
Itaú Unibanco		**(226.639)**		(25.810)	
Outros		**(17.711)**	–	(10.353)	–
Total		**(312.435)**	–	(224.105)	–

Investimentos em serviço - (bens em comodato)	Notas	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		–	–	2.830	(2.830)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(r)	**118**	**(118)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá	(s)	**2.144**	**(2.144)**	2.430	(2.430)
Total		**2.262**	**(2.262)**	5.260	(5.260)

(a) Os valores com a Equatorial Piauí são provenientes do contrato de uso da rede de energia da Equatorial Maranhão pelos municípios do Estado do Piauí; (b) Valor referente a arrendamentos de terrenos entre as controladas e E-nova Geração Distribuída S.A. (c) O valor é proveniente de compra e venda de materiais entre as companhias; (d) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022-SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83; (e) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar; (f) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 3 SPE no montante de R$ 40.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020, liquidado em 01 de novembro de 2022, no montante de R$ 46.864, sendo, R$ 40.000 referente à amortização de principal e R$ 6.864 à pagamento de juros; (g) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 5 SPE no montante de R$ 50.000 a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020, liquidado em 11 de abril de 2022, no montante de R$ 31.553, sendo, R$ 30.000 referente à amortização de principal e R$ 1.553 à pagamento de juros; (h) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 7 SPE no montante de R$ 150.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 17 de setembro de 2020, liquidado em 19 de setembro de 2022, no montante de R$ 68.090, sendo, R$ 60.000 referente à amortização de principal e R$ 8.090 à pagamento de juros; (i) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados; (j) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado; (k) Os valores com a E-Nova Instalação e Manutenção Ltda. são provenientes da compra de material para custeio; (l) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. (m) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico das controladas da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (n) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas da Companhia, (Contratante) e a (Contratada) Equatorial Energia S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (o) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas com sua Fundação de Previdência Complementar; (p) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal; (q) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará; (r) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo de 30 de junho de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (s) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da controlada Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para a Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) meses e da controlada Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A. para a Companhia de Eletricidade do Amapá em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme descrito nos respectivos Termos de Comodato, podendo suas devoluções acontecerem antes a critério das partes; e (t) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária. Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas. **9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Em 28 de abril de 2023, conforme Assembleia Geral Ordinária foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2023 (não fixação da remuneração para o exercício de 2022, conforme Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração. Os benefícios pós-empregos das controladas estão descritos na nota explicativa nº 27 - Benefício pós emprego - e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos das controladas possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.3 - Planos de opção de compra de ações. **9.2 Garantias:** A Equatorial Energia S.A., controladora da Equatorial Distribuição S.A., presta garantia como avalista ou fiadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí, nas apólices de seguros sem ônus e com ônus (remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor) nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. **10 Investimentos:** As principais informações sobre os investimentos nas controladas e coligadas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Avaliados por equivalência patrimonial					
Controladas					
Equatorial Maranhão	65,11%	**2.567.090**	2.383.267	–	–
Equatorial Pará	96,50%	**4.755.630**	2.528.357	–	–
Equatorial Piauí	94,94%	**2.369.037**	–	–	–
		9.783.784	4.911.624	–	–
Coligada					
Equatorial Alagoas	19,00%	**448.599**	–	**448.599**	–
Subtotal		**9.685.995**	4.911.624	**448.599**	–
Outros investimentos (a)		–	–	**14.176**	15.848
Total		**9.685.995**	4.911.624	**462.775**	15.848

(a) O saldo refere-se a outros investimentos das controladas da Companhia, sendo o montante de R$ 9.358 (R$ 11.009 em 31 dezembro de 2022) da controlada Equatorial Pará, R$ 4.700 (R$ 4.839 em 31 dezembro de 2022) da controlada Equatorial Maranhão e R$ 118 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022) da controlada Equatorial Piauí.

10.1 Movimentação dos investimentos em controladas - Controladora

Controladas	2022	Reorganização societária	Dividendos distribuídos	Dividendos adicional proposto	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	*Stock Options*	2023
Equatorial Maranhão	2.383.267	–	**(92.027)**	**(223.889)**	**490.495**	**8.946**	**298**	**2.567.090**
Equatorial Pará	2.528.357	–	**(404.034)**	**(47.887)**	**2.278.028**	**(6.153)**	**5.653**	**4.353.964**
Equatorial Piauí	–	**2.124.622**	**(52.695)**	**(5)**	**166.840**	**74.969**	**2.611**	**2.316.342**
Total	4.911.624	**2.124.622**	**(548.756)**	**(271.781)**	**2.935.363**	**77.762**	**8.562**	**9.237.396**

Controladas	2021	Dividendos distribuídos	Dividendos adicionais	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	*Stock Options*	2022
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.357
Total	5.126.715	(341.258)	(1.780.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624

10.2 Informações das controladas - Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente:

	Participação societária	Balanço patrimonial 2023 Circulante Ativo	Circulante Passivo	Não circulante Ativo	Não circulante Passivo	Patrimônio líquido	Resultado em 2023 Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do período
Equatorial Maranhão S.A.	65,11%	**2.567.345**	**1.789.774**	**6.783.068**	**3.804.173**	**3.756.466**	**5.669.353**	**1.711.673**	**(755.415)**	**(137.252)**	**(41.615)**	**777.391**
Equatorial Pará	96,50%	**4.303.948**	**2.925.100**	**9.969.370**	**6.701.372**	**4.646.847**	**10.378.384**	**3.508.899**	**(624.448)**	**(331.382)**	**(327.258)**	**2.225.811**
Equatorial Piauí	94,94%	**1.939.367**	**1.644.869**	**3.980.397**	**3.179.977**	**1.094.917**	**2.971.158**	**824.493**	**(268.745)**	**(300.274)**	**(32.736)**	**222.738**
		8.810.660	**6.359.743**	**20.732.835**	**13.685.522**	**9.498.230**	**19.018.895**	**6.045.065**	**(1.648.608)**	**(768.908)**	**(401.609)**	**3.225.940**

	Participação societária	Balanço patrimonial 2022 Circulante Ativo	Circulante Passivo	Não circulante Ativo	Não circulante Passivo	Patrimônio líquido	Resultado em 2022 Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do Exercício
Equatorial Maranhão	65,11%	2.636.138	1.885.048	5.776.721	3.077.560	3.450.251	4.842.716	1.455.311	(505.898)	(209.216)	(92.052)	648.145
Equatorial Pará	96,50%	4.422.557	3.259.203	8.367.982	6.641.262	2.890.074	8.513.222	2.924.945	(906.336)	(282.902)	(179.309)	1.556.399
		7.058.695	5.144.251	14.144.703	9.718.822	6.340.325	13.355.938	4.380.256	(1.412.234)	(492.118)	(271.361)	2.204.544

10.3 Conciliação dos investimentos--Controladora

Controladas (2023)	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	*Stock Options*	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	**3.756.466**	**777.391**	**506.149**	**(15.654)**	**2.445.786**	**104.358**	**16.946**	**2.567.090**
Equatorial Pará	96,50%	**4.646.847**	**2.225.811**	**2.278.028**	–	**4.484.170**	**(131.396)**	**1.190**	**4.353.964**
Equatorial Piauí	94,94%	**1.094.917**	**222.738**	**211.997**	**(45.157)**	**1.039.470**	**1.276.088**	**784**	**2.316.342**
		9.498.230	**3.225.940**	**2.996.174**	**(60.811)**	**7.969.426**	**1.249.050**	**18.920**	**9.237.396**

Controladas (2022)	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão	*Stock Options*	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	3.450.251	648.145	421.999	(15.654)	2.246.414	120.011	16.842	2.383.267
Equatorial Pará	96,50%	2.890.074	1.556.399	1.500.860	–	2.788.898	(261.535)	994	2.528.357
		6.340.325	2.204.544	1.922.859	(15.654)	5.035.312	(141.524)	17.836	4.911.624

(a) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R$ 60.811 (R$ 15.654 em 31 de dezembro de 2022), conforme item 23, letra (a), do ICPC 19; e
(b) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA - *Purchase Price Allocation*) na aquisição de suas controladas.

11 Ativo financeiro da concessão (Consolidado): A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2022	Reorganização societária (a)	Atualização do ativo financeiro (b)	Transf. ativos de contrato (c)	Baixas (e)	2023
Ativo financeiro	11.172.307	**458.368**	**802.658**	**2.063.485**	**(14.977)**	**14.481.841**
Obrigações especiais (d)	(2.644.875)	**(355.822)**	**(244.858)**	**(456.759)**	–	**(3.702.314)**
Total	8.527.432	**102.546**	**557.800**	**1.606.726**	**(14.977)**	**10.779.527**

	2021	Atualização do ativo financeiro (b)	Transf. ativo de contrato (c)	Baixas	Outros	2022
Ativo financeiro	9.023.594	502.403	1.694.905	(45.281)	(3.314)	11.172.307
Obrigações especiais	(2.070.944)	(211.447)	(362.487)	–	3	(2.644.875)
Total	6.952.650	290.956	1.332.418	(45.281)	(3.311)	8.527.432

A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. (a) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; (b) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Conforme previsto no contrato de concessão, regido pelo submódulo 2.3 do PRORET (Base de Remuneração Regulatória), nos processos de RTP - Revisão Tarifária Periódica - os ativos são valorados considerando a metodologia de VNR - Valor novo de Reposição; em função da 6ºRTP da Equatorial PA ocorrida em agosto de 2023, houve um reconhecimento de atualização no ativo financeiro de R$ 303.486; (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (d) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (e) Valores correspondem às baixas dos ativos vinculados à infraestrutura. **12 Intangível (Consolidado):** O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

2023	Taxas* anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,17%	**16.506.732**	**(8.897.710)**	**(1.787.534)**	**5.821.488**
Direito de concessão - Equatorial Maranhão (a)		**291.810**	**(187.452)**	–	**104.358**
Direito de concessão - Equatorial Pará (a)		**172.905**	**(168.287)**	–	**4.618**
Direito de concessão - Equatorial Piauí (a)		**1.714.448**	**(301.752)**	–	**1.412.696**
Total		**18.685.895**	**(9.555.201)**	**(1.787.534)**	**7.343.160**

2022	Taxas* anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,83%	11.326.027	(6.838.845)	(1.453.743)	3.033.439
Direito de concessão - Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(171.799)	–	120.011
Direito de concessão - Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(166.979)	–	5.926
Total		11.790.742	(7.177.623)	(1.453.743)	3.159.376

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%).
(a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago - PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 - Ativo intangível. O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até agosto de 2030 na controlada Equatorial Maranhão, até julho de 2028 na controlada Equatorial Pará e até outubro de 2048 na controlada Equatorial Piauí, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível (Consolidado)

	2022	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativo de contrato (e)	Reorganização societária (d)	2023
Em serviço	11.326.027	–	**(239.785)**	**1.682.786**	**3.737.704**	**16.506.732**
(-) Amortização	(6.838.845)	**(1.042.001)**	**190.614**	–	**(1.207.478)**	**(8.897.710)**
Total em serviço	4.487.182	**(1.042.001)**	**(49.171)**	**1.682.786**	**2.530.226**	**7.609.022**
Obrigações especiais em serviço (b)	(3.253.912)	–	–	**99.280**	**(1.007.482)**	**(4.162.114)**
(-) Amortização	1.800.169	**235.588**	–	–	**338.823**	**2.374.580**
Total em obrigações especiais	(1.453.743)	**235.588**	–	**99.280**	**(668.659)**	**(1.787.534)**
Direito de concessão - Distribuição	178.829	–	–	–	**1.714.448**	**1.893.277**
(-) Amortização - Distribuição	(52.892)	**(64.529)**	–	–	**(254.184)**	**(371.605)**
Total em Direito de Concessão	125.937	**(64.529)**	–	–	**1.460.264**	**1.521.672**
Total	3.159.376	**(870.942)**	**(49.171)**	**1.782.066**	**3.321.831**	**7.343.160**

	2021	Adições	Baixas	Transferências(a) Ativo de contrato	Outros	Reclassificação	2022
Em serviço	10.959.129	–	(413.831)	752.771	(1.407)	29.365	11.326.027
(-) Amortização	(6.396.249)	(783.277)	353.564	–	505	(13.388)	(6.838.845)
Total em serviço	4.562.880	(783.277)	(60.267)	752.771	(902)	15.977	4.487.182
Obrigações especiais (b)	(3.068.629)	–	–	(181.655)	(3.628)	–	(3.253.912)
(-) Amortização	1.621.673	178.496	–	–	–	–	1.800.169
Total em obrigações especiais	(1.446.956)	178.496	–	(181.655)	(3.628)	–	(1.453.743)
Direito de concessão	178.829	–	–	–	–	–	178.829
(-) Amortização	(35.930)	(16.962)	–	–	–	–	(52.892)
Total em Direito de Concessão	142.899	(16.962)	–	–	–	–	125.937
Total	3.258.823	(621.743)	(60.267)	571.116	(4.530)	15.977	3.159.376

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (c) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam à direitos de recebimento, via faturamento, através de sua amortização. Os bens foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas; e (d) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; e (e) Do montante líquido de R$ 99.280, está incluído na linha de obrigações especiais o valor de R$ 94.402 que se refere as reclassificações do intangível para o ativo financeiro da concessão, em função da 6ª RTP onde foi realizada a conciliação dos valores recebidos dos contratos oriundos do PLPT e da sub-rogação CCC, onde foi constatado que o avanço físico das obras foi superior aos montantes efetivamente recebidos dos contratos de PLPT e da sub-rogação CCC. As controladas da Companhia avaliaram e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **13 Ativos de contrato (Consolidado):** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (d)	Baixas	Transferências (a) Ativo intangível	Transferências (a) Ativo financeiro	Reorganização societária (c)	2023
Em curso	2.117.423	**4.240.076**	–	**(1.682.786)**	**(2.063.485)**	**810.285**	**3.421.513**
Obrigações especiais (b)	(662.607)	**(982.528)**	**4.513**	**(99.280)**	**456.759**	**(25.976)**	**(1.309.119)**
Total	1.454.816	**3.257.548**	**4.513**	**(1.782.066)**	**(1.606.726)**	**784.309**	**2.112.394**

	2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências (a) Ativo Intangível	Transferências (a) Ativo financeiro	2022
Em curso	1.776.062	2.789.037	–	–	(752.771)	(1.694.905)	2.117.423
Obrigações especiais (b)	(771.865)	(408.655)	4.818	(31.047)	181.655	362.487	(662.607)
Total ativo de contrato	1.004.197	2.380.382	4.818	(31.047)	(571.116)	(1.332.418)	1.454.816

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (c) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas ; e (d) O montante de R$ 3.257.548 refere-se às adições líquidas do ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R$ 2.826.103 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa n° 28.1 - Transações não envolvendo caixa, R$ 105.327 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R$ 186.801 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas, R$ 91.072 refere-se a reversão de provisão para perda de estoque e R$ 48.245 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 - Empréstimos e financiamentos (Consolidado). As controladas da Companhia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada ao ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

14 Fornecedores (Consolidado)

	2023	2022
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	**931.819**	598.531
Encargos de uso da rede elétrica	**120.238**	82.020
Materiais e serviços (b)	**886.404**	662.850
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	**61.090**	20.678
Outros	**25.915**	–
Total	**2.025.466**	1.364.079
Não circulante		
Materiais e serviços (b)	**20.774**	10.223
Total	**20.774**	10.223
Total (c)	**2.046.240**	1.374.302

(a) O saldo refere-se aos custos com os contratos de compra de energia e as despesas operacionalizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a variação ocorreu devido à atualização dos preços de contratos em suprimentos e entrada de novos contratos no portfólio em 2023; (b) A composição deve-se, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência; e (c) O aumento do saldo deve-se, principalmente, à transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas. **14.1 Fornecedores - Risco sacado:** As controladas da Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiram apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 14) os valores relacionados às operações de convênios, apesar de manter a essência de uma transação mercantil. As controladas da Companhia possuem operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente através de um FIDC), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre a instituição financeira e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia apresentaram R$ 264.194[1] (R$ 145.060 em 31 de dezembro de 2022) em valores de Fornecedores - Risco sacado, os quais possuem prazo médio de liquidação de 90 dias. [1] O aumento do saldo deve-se, principalmente, à transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas.

continua →★

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

15 Empréstimos e financiamentos (Consolidado): 15.1 Composição do saldo

	Garantias	Custo da dívida (% a.a.)	2023 Circulante	2023 Não circulante	2023 Total	2022 Circulante	2022 Não circulante	2022 Total
Moeda estrangeira (USD)								
Citibank	–	CDI + 1,29%	3.437	387.304	390.741	340.325	–	340.325
Scotiabank	Aval / Fiança	CDI + 1,35% a 1,77%	165.838	1.385.842	1.551.680	–	–	–
Santander	–	CDI + 1,62 %	591	136.451	137.042	7.612	1.384.598	1.392.210
Bank of America	–	CDI + 1,25% a 1,38%	244.703	338.274	582.977	–	–	–
Total moeda estrangeira			414.569	2.247.871	2.662.440	347.937	1.384.598	1.732.535
Moeda nacional								
Banco do Brasil S.A.	Alienação Fiduciária	6,00%	–	–	–	124	82	206
IBM	Aval / Fiança	CDI - 0,17%	20.042	16.886	36.928	–	–	–
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Aval / Fiança	IPCA+2,98% / CDI + 3,66%	–	–	–	13.015	–	13.015
Caixa Econômica Federal	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	6,00%	10.462	26.318	36.780	10.502	36.639	47.141
Santander	Aval / Fiança	CDI + 1,65 %	205.385	–	205.385	–	–	–
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis	5,00%	44.601	1.062.989	1.107.590	–	–	–
China *Construction Bank*		CDI + 0,97%	6.603	150.000	156.603	–	–	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	IPCA+ 3,93% a 5,96%	561.234	4.879.887	5.441.121	309.478	3.903.426	4.212.904
Subtotal			848.327	6.136.080	6.984.407	333.119	3.940.147	4.273.266
(–) Ajuste a Valor Presente - AVP			–	(557.145)	(557.145)	–	–	–
(–) Custo de captação			(1.302)	(16.914)	(18.216)	(1.589)	(14.803)	(16.392)
Total moeda nacional			847.025	5.562.021	6.409.046	331.530	3.925.344	4.256.874
Total			1.261.594	7.809.892	9.071.486	679.467	5.309.942	5.989.409

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	331.530	3.925.344	347.937	1.384.598	5.989.409
Ingressos	–	222.054	–	981.900	1.203.954
Reorganização Societária (a)	1.873.305	1.925.823	191.361	424.805	4.415.294
Encargos	278.917	43.923	91.892	132	414.864
Variação monetária e cambial	101.084	137.317	(51.298)	(118.564)	68.539
Transferências	688.942	(688.942)	425.000	(425.000)	–
Amortizações de principal	(2.140.125)	–	(499.120)	–	(2.639.245)
Pagamentos de juros	(307.035)	–	(91.203)	–	(398.238)
Custo de captação (b)	1.711	(3.498)	–	–	(1.787)
Ajuste a valor presente	18.696	–	–	–	18.696
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.025	5.562.021	414.569	2.247.871	9.071.486

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo Circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	320.405	2.771.721	559.034	727.506	4.378.666
Ingressos	–	1.290.961	–	1.073.900	2.364.861
Encargos	159.667	–	23.027	–	182.694
Variação monetária e cambial	66.183	133.914	51.913	(170.724)	81.286
Transferências	265.891	(265.891)	246.084	(246.084)	–
Amortizações de principal	(325.511)	–	(514.359)	–	(839.870)
Pagamentos de juros	(156.393)	–	(17.762)	–	(174.155)
Custo de captação (b)	1.288	(5.361)	–	–	(4.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	331.530	3.925.344	347.937	1.384.598	5.989.409

(a) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa nº 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; e (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

15.3 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Maranhão	BNDES	186.381	jun-23	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 5,96%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	IBM	35.673	set-23	Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	CDI - 0,17%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	Banco Citibank	389.600	nov-23	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,79%	CDI + 1,29%
Equatorial Piauí	*Bank Of America*	250.000	out-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,5059%	CDI + 1,25%
Equatorial Piauí	*Bank Of America*	342.300	dez-23	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,0235%	CDI + 1,38%
Total		1.203.954						

15.4 Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	1.261.594	14%
2025	2.598.915	29%
2026	1.014.140	11%
2027	596.431	7%
2028	442.112	5%
Até 2048	3.732.353	40%
Subtotal	8.383.951	92%
Ajuste a valor presente	(557.145)	-6%
Custo de captação/AVP (não circulante)	(16.914)	0%
Não circulante	7.809.892	86%
Total	9.071.486	100%

15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia com período de apuração trimestral na controlada:

• Equatorial Maranhão

***Covenants* Empréstimos**	***Scotiabank***
1ª Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	1,9
2ª EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido >=1,5	9,7

***Covenants* Empréstimos**	***Citibank***
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 3,5	1,9

• Equatorial Pará

***Covenants* Empréstimos**	***Scotiabank***
1ª 1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	1,2

• Equatorial Piauí

***Covenants* Empréstimos**	**Santander**	***BofA***
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,5	3,5

Adicionalmente, abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos com período de apuração trimestral na controladora indireta, Equatorial Energia S.A.:

***Covenants* Empréstimos**	**Santander**	***Scotiabank***
1ª 1ª Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	3,3	3,3

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam, unicamente, dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, as controladas da Companhia possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação delas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais. **16 Debêntures (Consolidado): 16.1 Movimentação das debêntures:** A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	361.002	1.681.733	2.042.735
Aquisição/ Ingressos	–	300.000	300.000
Reorganização societária (a)	1.914.167	400.000	2.314.167
Encargos	315.481	–	315.481
Variação monetária e cambial	23.684	(9.443)	14.241
Transferências	26.405	(26.405)	–
Amortizações de principal (b)	(2.231.380)	–	(2.231.380)
Pagamentos de juros	(345.036)	–	(345.036)
Custo de captação (c)	2.903	(8.474)	(5.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	67.226	2.337.411	2.404.637

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	564.075	1.345.960	1.910.035
Ingressos	–	1.650.000	1.650.000
Encargos	255.644	–	255.644
Variação monetária	86.340	(67.247)	19.093
Transferências	1.239.718	(1.239.718)	
Amortização do principal	(1.535.389)	–	(1.535.389)
Pagamento de juros	(254.311)	–	(254.311)
Custo de captação (c)	4.925	(7.262)	(2.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	361.002	1.681.733	2.042.735

(a) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa nº 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; (b) Saldo proveniente principalmente da Equatorial Energia, emissora da 6ª Emissão Debêntures no valor de R$ 1.578.983, que em 21 de março de 2023, realizou cessão da dívida para a Equatorial Energia Distribuição S.A., cuja dívida foi renomeada para 2ª Emissão de Debêntures, e em 28 de março de 2023, ocorreu o seu resgate facultativo total; e (c) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

16.2 Características das debêntures: Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia, possuem as seguintes emissões vigentes.

Controlada	Emissão	Garantias	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Venc. final	2023 Passivo Circulante	2023 Passivo Não Circulante	2023 Total
Equatorial Pará	2ª	Aval/Fiança/ CF de Recebíveis /AF Imóvel	(2) (3) (6) (7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.962	–	28.962
Equatorial Pará	2ª	Aval/Fiança/ CF de Recebíveis /AF Imóvel	(2) (3) (6) (7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.877	–	10.877
Equatorial Pará	3ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	19.559	1.346.515	1.366.074
Equatorial Maranhão	9ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	4.337	299.193	303.530
Equatorial Maranhão	10ª	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	IPCA + 6,30% a.a.	dez/23	dez/31	291	291.703	291.994
Equatorial Piauí	1ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	3.200	400.000	403.200
									67.226	2.337.411	2.404.637

(1) Emissão pública de debêntures simples;
(2) Emissão privada de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie quirografária;
(5) Debêntures incentivadas;
(6) Garantia adicional fidejussória; e
(7) Garantia adicional real.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim. **16.3 Ingressos**

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Maranhão	10ª Emissão - Série única	300.000	dez-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,30%	Não se aplica
Total		300.000						

16.4 Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	67.226	3%
2026	950.000	40%
2027	550.000	23%
2028	550.000	23%
Até 2031	300.177	12%
Subtotal	2.350.177	98%
Custo de captação/AVP (não circulante)	(12.766)	-1%
Não circulante	2.337.411	97%
Total	2.404.637	100%

16.5 *Covenants* das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nas debêntures das controladas da Companhia com o período de apuração trimestral nas controladas:

• Equatorial Maranhão

***Covenants* debêntures**	**9ª debêntures**	**10ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,9	1,9

• Equatorial Pará

***Covenants* debêntures**	**2ª debêntures**
1ª Dívida Líquida/EBITDA ajustado: < 4,0	1,6
2ª EBITDA/Despesa financeira líquida: >2,0	9,1
***Covenants* debêntures**	**6ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,2

• Equatorial Piauí

***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,5

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos. **17 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado): 17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2023	2022
Prejuízo fiscal (a)	349.001	–
Base negativa (a)	104.893	–
	453.894	–
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	148.360	89.103
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(14.972)	232.538
Provisão atuarial	84.616	20.333
Provisão para participação nos lucros	22.213	13.609
Contingências - aquisição Piauí	35.309	–
Intangível - concessão- Aquisição Equatorial Pará	24.501	48.768
Swap	98.830	(8.042)
AIC Reversível	38.868	–
Atualização do ativo financeiro VNR	(832.157)	(638.899)
Ajuste a valor presente	(238.039)	(51.815)
Depreciação acelerada	(508.742)	(546.593)
Reavaliação bens da concessão	(15.818)	(28.772)
Outras diferenças temporárias	19.462	(7.712)
Imposto diferido líquido	(683.675)	(877.482)
Ativo diferido líquido	439.007	–
Passivo diferido líquido	(1.122.682)	(877.482)

(a) A movimentação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no exercício representa o imposto de renda e contribuição social diferidos na controlada Equatorial Piauí. Os impostos estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovada pela Administração. Existem saldos ativos e passivos por estarem sendo apresentadas companhias diferentes no consolidado.

17.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2022	Reogarnização Societária	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	–	357.507	(8.506)	–	349.001	349.001	–
Base Negativa de CSLL	–	110.044	(5.151)	–	104.893	104.893	–
Provisão para riscos judiciais	89.103	59.725	(468)	–	148.360	148.360	–
PECLD	232.538	(25.709)	(221.801)	–	(14.972)	38.142	(53.114)
Provisão para participação nos lucros	13.609	9.217	(613)	–	22.213	22.213	–
Riscos judiciais - aquisição Equatorial Piauí - PPA	–	35.601	(292)	–	35.309	35.309	–
Variação de SWAP	(8.042)	36.118	52.944	17.810	98.830	98.830	–
Atualização do ativo financeiro VNR	(638.899)	(3.606)	(189.652)	–	(832.157)	–	(832.157)
Ajuste a valor presente AVP	(51.815)	(184.150)	(2.074)	–	(238.039)	1.566	(239.605)
Depreciação acelerada	(546.593)	–	37.851	–	(508.742)	–	(508.742)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição Equatorial Pará- PPA	48.768	–	(24.267)	–	24.501	24.501	–
Aic Ressarcíveis	–	38.868	–	–	38.868	38.868	–
Reavaliação bens da concessão	(28.772)	–	12.954	–	(15.818)	–	(15.818)
Provisão atuarial	20.333	2.863	2.792	58.628	84.616	84.616	–
Outras despesas não dedutíveis	(7.712)	11.426	15.748	–	19.462	43.058	(23.596)
Total	(877.482)	447.904	(330.535)	76.438	(683.675)	989.357	(1.673.032)

	2021	Reconhecimento no resultado	Valor Líquido em 2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	92.300	(3.197)	89.103	89.103	–
PECLD	253.712	(21.174)	232.538	232.538	–
Provisão para participação nos lucros	14.071	(462)	13.609	13.609	
Swap	(94.798)	86.756	(8.042)	8.773	(16.815)
Provisão atuarial	15.373	4.960	20.333	20.333	–
Depreciação acelerada	(583.464)	36.871	(546.593)	–	(546.593)
Atualização do ativo financeiro	(622.569)	(68.145)	(690.714)	1.983	(692.697)
Outras despesas não dedutíveis	(13.854)	6.142	(7.712)	27.942	(35.654)
Intangível - mais-valia concessão - Aquisição EQTL Pará	48.573	195	48.768	48.768	–
Reavaliação bens da concessão	(34.260)	5.488	(28.772)	–	(28.772)
Total	(924.916)	47.434	(877.482)	443.049	(1.320.531)

(a) Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa nº 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas.

17.3 Expectativa de recuperação - Ativo Fiscal Diferido: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**Total**
Equatorial Pará	167.407	–	–	–	–	167.407
Equatorial Maranhão	114.743	–	–	–	–	114.743
Equatorial Piauí	245.521	109.335	109.347	118.976	64.218	647.397
Total do ativo diferido bruto						929.547
PPA - Equatorial Pará e Piauí	–	–	–	–	–	59.810
Total	–	–	–	–	–	989.357

17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	Controladora 2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.942.870	2.942.870	1.909.995	1.909.995
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	735.718	264.858	477.499	171.900
Adições:				
Equivalência patrimonial	16.070	5.785	28.592	10.293
Outras provisões permanentes	2.022	728	–	–
Total adições	18.092	6.513	28.592	10.293
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(752.385)	(270.858)	(505.418)	(181.941)
Outras exclusões permanentes	(25)	–	–	–
Total exclusões	(752.410)	(270.858)	(505.418)	(181.941)
Compensação:				
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(219)	(79)	(210)	(75)
Total compensações	(219)	(79)	(210)	(75)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(1.181)	(434)	(463)	(177)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(1.181)	(434)	(463)	(177)
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

	Consolidado 2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	3.734.231	3.734.231	2.461.755	2.461.755
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	933.558	336.081	615.439	221.558
Adições:				
Provisão para riscos judiciais	11.786	4.244	–	–
PECLD	235.899	84.923	2.098	756
Ajuste a valor presente	12.962	4.667	22.632	8.148
Atualização do ativo financeiro VNR	61.214	22.037	52.861	19.030
Provisão para participação nos lucros	529	191	363	131
Variação *swap*	38.930	14.014	66.791	24.044
Depreciação acelerada	37.851	–	36.871	–
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	9.525	3.429	4.035	1.453
Provisão atuarial	1.954	838	–	–
Provisão para perda de estoque	12.098	4.355	–	–
Outras provisões	7.128	3.845	84	30
Outras provisões permanentes	11.375	2.113	43.409	16.315
Total adições	441.251	144.656	229.144	69.907
Exclusões:				
Reversão de provisão para contingências	(12.131)	(4.367)	–	–
Reversão de PECLD	(395.346)	(142.325)	(17.668)	(6.359)
Ajuste a valor presente	(14.488)	(5.215)	–	–
Variação *swap*	–	–	(2.999)	(1.080)
Atualização do ativo financeiro VNR	(200.664)	(72.239)	(125.600)	(45.216)
Reversão de provisão para perda de estoque	(9.187)	(3.307)	–	–
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(980)	(353)	(703)	(253)
Outras exclusões não dedutíveis	(27.209)	(1.486)	(7.169)	(2.576)
Outras exclusões permanentes	(23.382)	(17.472)	–	–
Total exclusões	(683.387)	(246.764)	(154.139)	(55.484)
Compensação:				
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(8.506)	(5.151)	(30.823)	(14.514)
Incentivos PAT	(4.186)	–	(3.000)	–
Incentivo prorrogação licença maternidade	(425)	–	(296)	–
Total compensações	(13.117)	(5.151)	(34.119)	(14.514)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental	(626.566)	–	(466.382)	–
IRPJ subvenção governamental reinvestimento	(80.024)	–	(92.170)	–
Total deduções	(706.590)	–	(558.552)	–
Outros IRPJ/CSLL correntes (a)	(63.252)	(40.037)	–	–
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	91.537	(188.785)	(97.773)	(221.467)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(238.635)	(91.900)	44.737	2.697
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(147.098)	(280.685)	(53.036)	(218.770)
Alíquota efetiva	4%	8%	2%	9%

(a) Conforme decisão do STF-RE nº 1.063.187, tema nº 962, que julgou inconstitucional a incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização de indébitos tributários restou decidido que os efeitos da decisão abrangem os cinco anos anteriores a data de ajuizamento da ação individual desde que a judicialização tenha ocorrido até 17 de setembro de 2021. Nesse contexto, as controladas ingressaram com ação judicial, decorrente do valor pago indevidamente de IRPJ e CSLL sobre a atualização de indébito tributário e registraram os ativos, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Processo:	IRPJ	CSLL
Equatorial Maranhão	1038635-88.2021.4.01.3700	25.885	18.575
Equatorial Pará	1028718-27.2021.4.01.3900	37.367	21.462
Total		63.252	40.037

18 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará: Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral. A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa, exclusivamente, sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano. Em função da matéria, a Equatorial Pará estima que chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado. **18.1 Composição da dívida**

	2023	2022
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	30.560	28.527
Partes relacionadas	38.614	18.701
	74.869	52.923
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	344.821	382.433
Partes relacionadas	782.435	787.383
(–) Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(146.829)	(161.357)
(–) Ajuste a valor presente	(58.581)	(64.878)
	1.005.699	1.027.434
Total	1.080.568	1.080.357

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis. **18.2 Cronograma de amortização:** O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	74.869	7%
2025	27.454	3%
2026	27.077	3%
2027	66.500	6%
2028	90.485	8%
Até 2034	999.593	92%
Subtotal	1.211.109	112%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(205.410)	-19%
Não circulante	1.005.699	93%
Total	1.080.568	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial

	Saldo em 2022	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2023
Outras concessionárias	71.775	5.029	–	–	(5.028)	1.512	73.288
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	644.727	40.395	(3.721)	(1.039)	(20.669)	14.528	674.221
Credores financeiros	363.855	12.713	(9.098)	(26.321)	(12.876)	4.786	333.059
Total	1.080.357	58.137	(12.819)	(27.360)	(38.573)	20.826	1.080.568

	Saldo em 2021	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2022
Outras concessionárias	70.262	5.029	–	–	(5.028)	1.512	71.775
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	625.272	40.262	6.046	(1.133)	(40.246)	14.526	644.727
Credores financeiros	356.666	15.396	14.521	(13.160)	(14.336)	4.768	363.855
Total	1.052.200	60.687	20.567	(14.293)	(59.610)	20.806	1.080.357

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado): As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2023 Provisão	2023 Depósitos judiciais	2022 Provisão	2022 Depósitos judiciais
Cíveis	455.395	131.522	245.540	102.667
Fiscais	93.753	75.504	235.726	75.118
Trabalhistas	87.679	71.514	38.458	53.339
Regulatórios	8.347	–	7.385	–
Total (a)	645.174	278.540	527.109	231.124
Circulante	95.748	4.442	27.055	4.511
Não circulante	549.426	274.098	500.054	226.613

(a) O aumento é proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa nº 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas.

19.1 Movimentação dos riscos judiciais no exercício

	2022 Saldo	2023 Reorganização Societária (5)	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Saldo
Cíveis (a)	245.540	226.132	66.036	(76.489)	(39.609)	33.785	455.395
Fiscais (b)	235.726	6.437	7	–	(146.865)	(1.552)	93.753
Trabalhistas (c)	38.458	48.071	12.958	(14.630)	(9.229)	12.051	87.679
Regulatórios (d)	7.385	–	–	–	–	962	8.347
Total	527.109	280.640	79.001	(91.119)	(195.703)	45.246	645.174

	2021 Saldo	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	2022 Saldo
Cíveis	251.804	48.990	(44.462)	(18.682)	7.890	245.540
Fiscais	235.702	–	–	(2)	26	235.726
Trabalhistas	27.862	14.751	(5.703)	(5.185)	6.733	38.458
Regulatórios	21.102	–	–	(14.533)	816	7.385
Total	536.470	63.741	(50.165)	(38.402)	15.465	527.109

(1) Contingências provisionadas no exercício; **(2)** Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; **(3)** Reversões realizadas no exercício; **(4)** Atualizações monetárias; e **(5)** Saldo proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. No exercício de 31 de dezembro de 2023, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem passivos contingentes que correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, conforme segue:

	2023	2022
Cíveis (a)	848.130	672.727
Fiscais (b)	34.845	28.450
Trabalhistas (c)	149.785	47.872
Total (i)	1.032.760	749.049

(i) O aumento é proveniente da transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa nº 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas. ***a.* Cíveis:** As controladas da Companhia figuram como rés em 30.286 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (24.144 processos em 31 de dezembro de 2022), sendo que 10.387 tramitam em Juizados Especiais (11.527 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, em sua maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Contingências cíveis (prognóstico provável)	**2023**	**2022**
Falha no Fornecimento	48.611	42.196
Morte por Eletroplessão	43.126	25.416
Cobrança indevida	168.229	14.911
Fraude Questionada	26.404	23.331
Corte Indevido	5.807	4.463
Acidente com Terceiros	13.011	12.346
Falha no Atendimento	8.761	6.501
Quebra de Contrato	22.715	2.181
SPC/SERASA	1.234	–
Acidente de Trabalho	34	–
Incêndio	4.196	3.857
Portaria do DNAEE	347	–
Acidente com Animais	190	–
Servidão de Passagem	835	–
Regulatório	88.075	88.073
Outras	23.820	22.265
Total	455.395	245.540

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 848.130 (R$ 672.727 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foram constituídas provisões. Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

Contingências cíveis (prognóstico possível)	**2023**	**2022**
Falha no Fornecimento	55.886	74.551
Morte por Eletroplessão	30.363	24.713
Cobrança indevida	11.915	–
Fraude questionada	794	–
Corte indevido	2.303	–
Acidente com terceiros	8.412	8.124
Falha no atendimento	596	–
Quebra de contrato (a)	282.068	337.374
SPC/SERASA	7	–
Acidente de trabalho	140	–
Incêndio	65.329	60.512
Portaria do DNAEE	397	–
Acidente com animais	–	–
Servidão de passagem	13.258	–
Regulatório	119.221	122.645
Outras (b)	257.441	44.808
Total	848.130	672.727

(a) A controlada Equatorial Pará figura como parte nos processos nº 0026675-52.2013.8.14.0301 relacionado a ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New* Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. por quebra de contrato, no montante de R$ 216.000 (R$ 199.344 em 31 de dezembro de 2022); e o processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública, no montante de R$ 90.640 (R$ 90.669 em 31 de dezembro de 2022); além disso, a controlada Equatorial Piauí figura como parte nos processos nº 0000196-96.2001.4.01.4000 (Quebra de Contrato) que tem como autor Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R$ 20.867 (R$ 19.837 em 31 de dezembro de 2022); e (b) A controlada Equatorial Piauí figura como parte nos processos: (i) nº 0037357-09.2015.4.01.3400 (Benefício Previdenciário) que tem como autor Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí (SINTEPI) e como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R$ 204.625 (R$ 191.216 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento. ***b.* Fiscais:** As controladas da Companhia figuram como rés em 665 processos fiscais 31 de dezembro de 2023 (514 processos em 31 de dezembro de 2022).

Contingências fiscais (prognóstico provável)	**2023**	**2022**
PLANOS ECONÔMICOS (a)	–	146.745
ICMS	19.838	16.165
PIS/COFINS (b)	73.540	70.256
Outras	375	2.560
Total	93.753	235.726

a) A Variação deve-se pela baixa do processo n° 0000151-28.2006.4.01.3900 junto a União Federal; e b) A controlada Equatorial Maranhão figura como parte no processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R$ 70.257, onde a controlada obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo, não havendo assim a necessidade de provisioná-los. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a empresa depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação. Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 34.845 (R$ 28.450 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico possível)	**2023**	**2022**
PIS/COFINS	24.222	22.841
INSS	2	–
ICMS	4.315	–
CIP	64	–
Outras	6.242	5.609
Total	34.845	28.450

***c.* Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia possuem 2.171 reclamações ajuizadas (882 processos em 31 de dezembro de 2022) por ex-empregados contra as controladas da Companhia.

Contingências trabalhista (prognóstico provável)	**2023**	**2022**
Hora Extra	9.298	1.967
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	5.186	–
Responsabilidade subsidiária	11.535	8.558
Acidente de trabalho	12.782	4.115
Doença ocupacional/profissional	2.006	1.579
Gratificação	1.846	–
Reintegração no emprego	1.683	1.170
Diferença salarial	3.179	–
Terceirização	164	–
FGTS	928	–
Desligamento voluntário	5.361	–
Verbas rescisórias	5.257	–
Periculosidade	1.595	–
Assédio moral	260	–
Danos morais	450	482
Equiparação salarial	899	–
Responsabilidade solidária	191	–
Outras	25.059	20.587
Total	87.679	38.458

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 149.785 (R$ 47.872 em 31 de dezembro de 2022), para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhista (prognóstico possível)	**2023**	**2022**
Diferença Plano Bresser		
Hora extra	5.213	1.160
Responsabilidade subsidiária	56.273	39.170
Acidente de trabalho	6.885	2.208
Doença ocupacional/profissional	400	–
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	57.922	–
Reintegração no emprego	2.532	1.008
Equiparação salarial	47	–
Verbas rescisórias	568	–
Gratificação	1.301	–
Justa causa	987	–
Danos morais	1.307	1.543
Outras	16.350	2.783
Total	149.785	47.872

***d.* Regulatórios:** Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 8.347 (R$ 7.385 em 31 de dezembro de 2022) corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE. **20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado):** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, Equatorial Pará em fevereiro de 2018, Equatorial Piauí em outubro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2018 as distribuidoras controladas da Companhia, constituíram saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo das controladas diretas e indiretas da Companhia contemplam créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas da Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021- FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.1.3 - Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, ainda há saldos, classificados no passivo não circulante das controladas, cujos critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes movimentações: A controlada indireta Equatorial Maranhão reconheceu um complemento de ativo e passivo e realizou compensação total no montante de R$ 3.222, com os tributos federais PIS e COFINS, através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R$ 486.354. A controlada indireta Equatorial Pará reconheceu um complemento de ativo e passivo de R$ 9.654, e realizou compensação total, com os tributos federais PIS e COFINS, através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R$ 220.507. A controlada indireta Equatorial Piauí realizou compensação de débitos tributários de R$ 60.920 com os tributos federais, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R$ 263.431. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

2023	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Consolidado
Passivo				
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	9.654	49.296	58.950
	–	9.654	49.296	58.950

2022	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Consolidado
Passivo			
Circulante	488.834	233.218	722.052
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	488.834	233.218	722.052

21 Dividendos a pagar (Controladora): Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.941.255	1.909.355
(–) Reserva legal	(147.063)	(95.468)
Lucro líquido ajustado	2.794.192	1.813.887
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	698.548	453.472
Dividendos adicionais propostos	1.854.032	619.806
Dividendos intermediários	740.609	–
Total dividendos	3.293.189	1.073.278

A Administração aprovou proposta de distribuição de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 25 de março de 2024. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377.051	452.367
Dividendos adicionais 2021	117.333	170.361
Pagamento de dividendos	(1.253.150)	(1.437.030)
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	–	58.253
Dividendos mínimos obrigatórios - antecipados	281.406	281.406
Dividendos mínimos - propostos de 2022	172.066	221.733
Dividendos adicionais propostos - antecipados	477.360	477.360
Saldo em 31 de dezembro de 2022	172.066	224.450
Reorganização societária	–	2.647
Dividendos adicionais 2022	142.446	264.166
Pagamento de dividendos	(664.196)	(838.159)
Constituição do acervo líquido - Equatorial Alagoas (a)	(846.614)	(846.614)
Dividendos intermediários (b)	740.609	740.609
Dividendos mínimos obrigatórios - antecipados (b)	471.909	471.909
Dividendos mínimos obrigatórios	226.639	292.846
Juros sobre capital próprio	–	87
Realização da reserva de lucro a realizar	–	494
Saldo em 31 de dezembro de 2023	242.859	312.435

(a) Em 21 de dezembro de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a absorção do Acervo Líquido pela Companhia, que passará a ser titular direta de 19% das ações da Equatorial Alagoas; e (b) Em 20 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado a distribuição de dividendos intermediários suplementares aos acionistas no montante de R$ 1.212.518, sendo R$740.609 da reserva para expansão e investimento e R$471.909 do lucro do exercício apurado de janeiro a março de 2023. **22 Patrimônio líquido: 22.1 Capital social:** O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 5.493.218 (R$ 3.791.718 em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe C	Total	%
Equatorial Energia	3.637.513.057	–	–	–	3.637.513.057	74,21%
Itaú Unibanco	–	397.661.749	630.230.497	236.406.620	1.264.298.866	25,79%
Total	3.637.513.057	397.661.749	630.230.497	236.406.620	4.901.811.923	100%

Em 21 de março de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital, no valor de R$ 1,52 reais, sendo esse aumento realizado mediante a emissão de 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, e a integralização da nova ação ordinária é feita mediante a absorção do Acervo Líquido pela Companhia, que passará a ser titular direta de 19% das ações da Equatorial Piauí e assumirá a qualidade de emitente das notas comerciais escriturais e emissora das debêntures. Em 23 de março de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a emissão de 559.308.511 ações preferenciais, não conversíveis, de classe B, de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 3,76 reais por ação ("ações preferenciais classe B"), totalizando um preço de emissão total de R$ 2.103.000, sendo R$ 1.051.500, destinado ao capital social e R$ 1.051.500 destinado à reserva de capital da Companhia. Em 21 de dezembro de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital, no valor de R$ 1,83 reais, sendo esse aumento realizado mediante a emissão de 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, e a integralização da nova ação ordinária é feita mediante a absorção do Acervo Líquido pela Companhia, que passará a ser titular direta de 19% das ações da Equatorial Alagoas e assumirá a qualidade de emitente das notas comerciais escriturais. Em 22 de dezembro de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a emissão de 70.921.986 ações preferenciais, não conversíveis, de classe B, de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal e 236.406.620 ações preferenciais, não conversíveis, de classe C de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ambas pelo preço de R$ 4,23 reais totalizando um preço de emissão R$ 1.300.000, sendo R$ 650.000, destinado ao capital social e R$ 650.000 destinado à reserva de capital da Companhia. **22.2 Reserva de lucros**

	2023	2022
Reserva legal (a)	388.324	241.261
Reserva para investimento e expansão (b)	233.169	740.609
Reserva de dividendos adicionais (c)	1.862.475	142.446
Total de reservas de lucros	2.483.968	1.124.316

(a) Reserva legal: Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R$ 388.324 (R$ 241.261 em 31 de dezembro de 2022). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, ele reduz a base de cálculo da reserva legal. **(b) Reserva para investimento e expansão:** A reserva estatutária prevista ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R$ 233.169 (R$740.609 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação do exercício reflete a distribuição de dividendos de R$ 740.609 deliberado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 20 de dezembro de 2023 e a constituição do exercício de R$ 233.169. **(c) Reserva de dividendos adicionais propostos:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R$ 1.862.475 (R$ 142.446 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação do exercício é referente a aprovação de dividendos adicionais de R$ 142.446, oriundos do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023 e a constituição de dividendos adicionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R$ 1.862.475. **22.3 Planos de opção de compra de ações (Consolidado):** O Grupo possui planos para outorga de opções de ações aos seus executivos e colaboradores. Estes planos visam a integrar os profissionais no processo de desenvolvimento das controladas a médio e longo prazo. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **22.3.1 Quinto Plano de remuneração baseado em ações:** No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

1ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	2ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	3ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	4ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
17/12/2020	2.618.750	14/12/2021	43.750	05/08/2022	207.050	11/03/2023	136.700
17/12/2021	2.618.750	14/12/2022	43.750	05/08/2023	207.050	11/03/2024	136.700
17/12/2022	2.618.750	14/12/2023	43.750	05/08/2024	207.050	11/03/2025	136.700
17/12/2023	2.618.750	14/12/2024	43.750	05/08/2025	207.050	11/03/2026	136.700
	10.475.000		175.000		828.200		546.800

5ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	6ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	7ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
26/07/2023	60.000	02/04/2024	182.500	02/08/2024	51.250
26/07/2024	60.000	02/04/2025	182.500	02/08/2025	51.250
26/07/2025	60.000	02/04/2026	182.500	02/08/2026	51.250
26/07/2026	60.000	02/04/2027	182.500	02/08/2027	51.250
	240.000		730.000		205.000

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

2023	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga
Valor justo na data de outorga	6,78	6,83	9,34	11,71
Data da outorga:	17/12/2019	14/12/2020	14/08/2021	11/03/2022
Quantidade outorgada	10.745.000	175.000	1.153.200	571.800
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,5	24,23	25,34
Valor justo ponderado do *vesting period*	19,38	20,71	24,78	23,59
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	29,05%	30,30%	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,01%	10,36%	12,26%

2023	5ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga
Valor justo na data de outorga	10,33	12,15	15,24
Data da outorga:	26/07/2022	03/04/2023	02/08/2023
Quantidade outorgada	265.000	730.000	205.000
Preço da ação na data de outorga	23,48	26,88	33,05
Valor justo ponderado do *vesting period*	23,58	26,38	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,58%	31,53%	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	13,11%	12,16%	11,25%

a. Forma de determinação da volatilidade esperada: Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Controladas: Em opções	Número de opções 2023	Valor justo ponderado do preço do exercício 2023	Número de opções 2022	Valor justo ponderado do preço do exercício 2022
Existentes em 1° de janeiro	10.925.000	–	10.138.200	–
Outorgadas durante o exercício	935.000	–	786.800	–
Reorganização societária	1.985.000	–	–	–
Existentes ao fim do exercício	13.845.000	–	10.925.000	–
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	10.745.000	18,9	9.135.000	17,32
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	175.000	24,14	175.000	19,99
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	1.153.200	24,19	828.200	24,11
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	571.800	23,28	546.800	23,59
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	265.000	23,58	240.000	23,58
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	730.000	26,38	–	–
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	205.000	30,79	–	–
Existentes ao fim do exercício	13.845.000	–	10.925.000	–

A despesa reconhecida nas controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$8.562 (R$ 15.554 em 31 de dezembro de 2022), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data- base. **22.3.2 Plano de outorga de "*Phantom Shares*" - Contrato 2019:** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia. ***a.* Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço do exercício 2023	Número de ações 2022	Valor justo ponderado do preço do exercício 2022
Existentes em 1° de janeiro	1.345.000	24,77	1.345.000	24,79
Reorganização societária	100.000	24,77		
Canceladas durante o exercício	(150.000)	–	–	–
Outorgadas durante o exercício	145.000	33,35	–	–
Existentes ao fim do exercício	1.440.000	–	1.345.000	–

A despesa reconhecida nas controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi

continua →★

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

R$ 25.208 (R$ 8.228 em 31 de dezembro de 2022) e o valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi R$ 33,35 (R$ 24,77 em 31 de dezembro de 2022). Este plano de opção é classificado como instrumento passivo liquidável em caixa. **22.3.3 Plano de outorga de "Phantom Shares" - Contrato 2023:** Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1° Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2° Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2° Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3° Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3° Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4° Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4° Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até o final do respectivo Período de Carência com relação ao número de *Phantom Shares* Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. **a. Dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões imediatamente anteriores que antecederem a cada período de carência: (i) até 1° (primeiro) aniversário da Data de Outorga ("1° Período de Carência"); (ii) até o 2° (segundo) aniversário da Data de Outorga ("2° Período de Carência"); (iii) até o 3° (terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3° Período de Carência"); e (iv) até o 4° (quarto) aniversário da Data de Outorga (4° Período de Carência"). **b. Forma de cálculo da despesa do programa:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Valor justo ponderado do preço
	2023	2023
Em opções		
Outorgadas durante o exercício	959.399	33,28
Existentes ao fim do exercício	**959.399**	

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 8.707 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 33,28 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem pagas em um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **23 Receita operacional líquida (Consolidado):** A conciliação da receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2023	2022
Receita de distribuição	16.368.660	11.812.990
Remuneração financeira WACC	965.860	1.045.843
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	639.636	422.618
Subvenção CDE - Outros	725.772	544.210
Fornecimento de energia elétrica	18.699.928	13.825.661
Suprimento de energia elétrica	56.151	56.241
Receita pela disponibilidade - uso da rede	744.311	536.944
Receita de construção (b)	4.240.076	2.789.037
Atualização do ativo financeiro (c)	557.800	290.956
Outras receitas	659.371	393.718
	6.257.709	4.066.896
Receita operacional bruta	**24.957.637**	**17.892.557**
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica (d)	(3.240.316)	(2.407.096)
PIS e COFINS	(1.453.929)	(1.083.175)
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	–	(79.049)
Encargos do consumidor	(167.947)	(113.106)
ISS	(3.965)	(3.364)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.010.584)	(765.948)
Penalidades DIC/FIC e outras	(85.385)	(84.881)
Deduções da receita operacional	**(5.962.126)**	**(4.536.619)**
Receita operacional líquida (e)	**18.995.511**	**13.355.938**

(a) A variação do ativo e passivo regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid a menor que o exercício anterior; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste, estar maior do que os custos efetivamente pagos, gerando uma previsão de constituição de passivo, quando comparado com o mesmo período em 2022; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste; (iv) variação entre os valores da ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) efeito da CVA da Bandeira Tarifária; (b) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa n° 24 - Custos do serviço e despesas operacionais; (c) A variação decorre, principalmente, em decorrência da 6a RTP ocorrida em agosto de 2023 na Equatorial Pará, dentre as variáveis de atualização considera-se o IPCA, banco médio de preços onde os ativos são atualizados e valores considerando a metodologia de VNR - Valor novo de Reposição; (d) A variação se deve principalmente pelo aumento na receita de fornecimento, resultando em contrapartida no aumento proporcional do ICMS. Ademais, variação relacionada ao aumento das alíquotas de ICMS nos Estados de Maranhão, Pará e Piauí, através das leis estaduais n°11.667/ 2022, n° 9.755/2022 e lei complementar n° 269/2022, respectivamente, que haviam sido reduzidas em junho de 2022 através das leis estaduais n° 11.792/2022, decreto 2.476/2022, n° 7.846/2022 e decreto n° 83.840 respectivamente. O aumento foi aplicado a partir de março de 2023; (e) A variação deve-se, principalmente, a transferência da titularidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas.

24 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado): 24.1 Custos do serviço (Consolidado)

	2023					2022				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(109.366)	(72.321)	(288.120)	–	(469.807)	(76.339)	(58.669)	(196.362)	–	(331.370)
Material	(32.804)	(32.956)	(88)	–	(65.848)	(31.498)	(16.813)	(1.114)	–	(49.425)
Serviços de terceiros	(647.340)	(382.608)	(54.056)	–	(1.084.004)	(440.575)	(286.286)	(109.363)	–	(836.224)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(7.215.157)	–	–	–	(7.215.157)	(5.141.135)	–	–	–	(5.141.135)
Custo de construção (b)	(4.240.076)	–	–	–	(4.240.076)	(2.789.037)	–	–	–	(2.789.037)
PECLD de contas a receber de clientes	–	–	–	(325.166)	(325.166)	–	–	–	(135.234)	(135.234)
Provisão para riscos judiciais (d)	–	–	116.702	–	116.702	–	–	(36.264)	–	(36.264)
Amortização	(717.130)	–	(157.605)	–	(874.735)	(514.651)	–	(113.038)	–	(627.689)
Subvenção CCC	9.384	–	–	–	9.384	17.631	–	–	–	17.631
Outros	2.043	(14.370)	2.782	(3.151)	(12.696)	(78)	(10.417)	5.879	–	(4.616)
Total (c)	**(12.950.446)**	**(502.255)**	**(380.385)**	**(328.317)**	**(14.161.403)**	**(8.975.682)**	**(372.185)**	**(450.262)**	**(135.234)**	**(9.933.363)**

(a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa n° 25 - Energia elétrica comprada para revenda; (b) Esse custo foi impactado fortemente pelo processo de revisão tarifária, onde ocorreu maior volume de capitalizadas no período incremental, onde os investimentos foram relevantes, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na base de remuneração das controladas da Companhia; (c) O aumento é proveniente, principalmente, da transferência da titularidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas; e (d) A variação deve-se, principalmente, ao processo n° 0000151-28.2006.4.01.3900 junto a União Federal no valor de R$ 145.745. **24.2 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)**

	2023	2022
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	21.905	158
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	94.591	22.002
Outras receitas operacionais	5.346	20.435
Total de outras receitas operacionais	**121.842**	**42.595**
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(327.432)	(289.038)
Indenização por danos a terceiros	(8.956)	(9.253)
Baixa de recebíveis incobráveis	(84.261)	–
Provisão para perda de estoque (a)	(3.519)	(154.116)
Outras despesas operacionais	(36.612)	(61.948)
Total de outras despesas operacionais	**(460.780)**	**(514.355)**
Total outras despesas operacionais, líquidas	**(338.938)**	**(471.760)**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve, principalmente, na controlada indireta Equatorial Pará o reconhecimento de uma reversão de provisão, e consequente baixa para perdas de estoques no valor de R$ 77.152, referente a sobras contábeis, resultantes de perdas dos custos de materiais e serviços de obras, apuradas no processo de Revisão Tarifária, no qual todas as obras encerradas foram devidamente encerradas fisicamente, conciliadas e capitalizadas contabilmente; **25 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)**

	2023		2022	
	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$
Energia de leilão (a)	19.396	(4.050.189)	14.957	(2.867.730)
Contratos Eletronuclear	695	(238.959)	565	(195.780)
Contratos cotas de garantias	3.755	(652.857)	3.984	(489.747)
ESS/ Energia reserva (b)	–	(573.666)	–	(467.708)
Energia bilateral	226	(97.146)	226	(92.946)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	–	(352.176)	–	(222.133)
PROINFA	384	(192.518)	318	(186.735)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	–	687.714	–	543.916
Outros	–	(121.554)	–	–
Subtotal	**24.456**	**(5.591.351)**	**20.050**	[illegible]
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	–	(1.623.806)	–	(1.162.272)
Total (e)	**24.456**	**(7.215.157)**	**20.050**	**(5.141.135)**

(*) não auditado.

(a) Compreende os custos com os contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de aumento de 21,98% no volume contratado para atendimento do mercado; acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação de 11,90%; (b) O aumento nas despesas associada ao ESS-EER deve-se ao aumento no pagamento do encargo de energia de reserva, devido ao preço baixo do PLD, que ocasiona redução da receita dos geradores contratos, fazendo com que as distribuidoras contribuam com o fundo que paga esses geradores; e (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R$ 130.043 no período de janeiro a dezembro, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2022; (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Reajuste Tarifário Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2023, as tarifas praticadas foram aprovadas nas Resoluções Homologatória n° 3.066 de 12 de julho de 2022, com vigência a partir de julho/2022 até junho/2023 e Resolução Homologatória n°3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho/2023 até junho/2024 as quais são estabelecidas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão); e (e) O aumento é proveniente, principalmente, da transferência da titularidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas. **26 Resultado financeiro (Consolidado)**

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	369.141	344.837
PIS/COFINS sobre receita financeira de aplicações financeiras	(39.051)	(36.661)
Valores a receber/devolver parcela A	125.713	191.129
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	87.030	108.300
Acréscimo moratório de energia vendida	219.381	307.338
Variação monetária e cambial da dívida (b)	495.532	232.216
Receita financeira de AVP	59.991	5.536
Outras receitas financeiras	123.612	49.890
Total de receitas financeiras	**1.441.349**	**1.202.585**
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(121.479)	(121.151)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	(470.384)	(308.396)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(565.494)	(353.161)
Encargos de dívida (c)	(744.246)	(475.760)
Atualização de contingências	(44.942)	(19.834)
Encargos financeiros de AVP	(51.746)	(107.107)
Descontos concedidos	(74.878)	(54.910)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	(168.092)
Juros de mora sobre PCLD	(15.264)	–
Outras despesas financeiras	(123.752)	(83.234)
Total de despesas financeiras	**(2.212.185)**	**(1.691.645)**
Resultado financeiro líquido (d)	**(770.836)**	**(489.060)**

(a) Refere-se, principalmente, à contratação de operações de swap, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, contra uma despesa inferior com a queda do dólar em 6,50% saindo de R$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, contribuindo com o crescimento da despesa, houve um crescimento do CDI em 5% em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022, aumentando o resultado da ponta passiva; (b) A variação monetária e cambial líquida da dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representa redução da despesa, originada pela combinação da variação do IPCA, indexador com participação relevante na dívida, que em 2023, fechou em 4,62%, contra 5,79%, em 2022, e da variação cambial em 2023, devido à desvalorização do dólar frente ao real em 7,21%; (c) O impacto no crescimento dos encargos da dívida foi devido ao CDI, indexador com 39,3% de participação na dívida, que passou de 12,39%, em 2022, para 13,04% em 2023; e (d) A variação deve-se, principalmente, a transferência da titularidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia para a Companhia, conforme nota explicativa 1.2 - Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas. **27 Benefício pós emprego (Consolidado): 27.1 Características do plano de aposentadoria:** As controladas disponibilizam aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, e planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir: Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas controladas estão descritos a seguir: **27.1.1 Plano Equatorial CD:** O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de riscos, administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadorias: normal e por incapacidade para o trabalho; e • Pensão por Morte de participante Ativo e Assistido. **27.1.2 Planos de Benefícios Definidos:** O Plano Equatorial BD é estruturado na modalidade "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos aposentados e pensionistas) e está fechado para novas adesões. O Plano é administrado pela EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Pensão por Morte; • Abono Anual; • Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de contribuição, tempo de serviço, tempo de serviço proporcional e especial; • Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. **27.1.3 Plano de Contribuição Variável:** O Plano Contribuição Variável Equatorial é estruturado na modalidade de "Contribuição Variável", existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes, administrado EQTPREV e patrocinado pela controlada Equatorial Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadorias: normal, programada e por invalidez; • Pensão por Morte; e • Auxílio-Enfermidade e Auxílio-Funeral. **27.1.4 Plano Celpa OP:** O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) na forma de benefícios estruturados na modalidade "Benefício Definido" (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é fechado para novas adesões. [illegible] **27.1.5 Plano Celpa R:** [illegible] **27.1.6** [illegible] **27.1.7 Planos de Saúde e Odontológico: a) Unimed Nacional:** A Controlada Equatorial Pará oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. Este plano é oferecido para os colaboradores da Equatorial Pará, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. **b) UNIODONTO:** A Controlada Equatorial Pará oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. **c) Bradesco Saúde:** A Controlada Equatorial Maranhão oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Bradesco Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Maranhão, bem como a seus dependentes. **d) Odontoprev:** A Controlada Equatorial Maranhão oferece um plano odontológico administrado pela OdontoPrev S/A a seus empregados, bem como para seus dependentes. **e) Assistência Médica Humana:** A Controlada Equatorial Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Piauí, bem como a seus dependentes. **27.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido:** A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, o que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Passivo ou Ativo Atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2023.

2023

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Consolidado
	CD	BD1	Planos de Saúde	CD	BD	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Déficit/(Superávit) apurado														
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	583	157.571	13.030	382	195.699	1.926	10.870	17.183	57.447	63	453.491	3.243	4.093	915.581
Valor justo dos ativos do plano	(9.515)	(204.157)	–	(10.718)	(330.978)	(4.749)	(5.971)	–	–	(784)	(516.257)	(4.521)	–	(1.087.650)
Déficit/(Superávit) apurado	(8.932)	(46.586)	13.030	(10.336)	(135.279)	(2.823)	4.899	17.183	57.447	(721)	(62.766)	(1.278)	4.093	(172.069)
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto do Ativo	4.703	46.586	–	3.084	135.279	1.810	373	–	–	507	62.766	1.278	–	256.386
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	4.703	46.586	–	3.084	135.279	1.810	373	–	–	507	62.766	1.278	–	256.386
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)														
Ativo líquido apurado	(4.229)	–	13.030	(7.252)	–	(1.013)	5.272	17.183	57.447	(214)	–	–	4.093	84.317

2022

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Consolidado
	CD	BD1	Planos de saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total
Déficit/(Superávit) apurado										
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.095	148.916	8.908	889	185.769	1.766	9.538	16.642	42.624	416.147
Valor justo dos ativos do plano	(7.917)	(196.875)	–	(10.481)	(314.144)	(4.550)	(5.436)	–	–	(539.403)
Déficit/(Superávit) apurado	(6.822)	(47.959)	8.908	(9.592)	(128.375)	(2.784)	4.102	16.642	42.624	(123.256)
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais										
Efeito do Teto do Ativo	3.152	47.959	–	2.560	128.375	1.905	823	–	–	184.774
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	3.152	47.959	–	2.560	128.375	1.905	823	–	–	184.774
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)										
Ativo líquido apurado	(3.670)	–	8.908	(7.032)	–	(879)	4.925	16.642	42.624	61.518

27.3 Resultado da avaliação atuarial
Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará							Equatorial Piauí				
	CD	BD1	Plano de Saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Resultado do Exercício 2023																
Custo do serviço corrente líquido	140	1	–	141	96	3	9	–	–	1.330	1.438	14	–	–	–	14
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	454	454	–	–	–	–	–
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	111	16.805	1.024	17.940	86	21.004	1.081	200	1.870	4.921	29.162	10	47.471	284	469	48.234
Rendimento esperado dos ativos do plano	(935)	(22.515)	–	(23.450)	(1.238)	(36.377)	(605)	(530)	–	–	(38.750)	(70)	(56.866)	(450)	–	(57.386)
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	375	5.708	–	6.083	305	15.373	98	226	–	–	16.002	37	9.395	166	–	9.598
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	(309)	(1)	1.024	714	(751)	3	583	(104)	1.870	6.705	8.306	(9)	–	–	469	460
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(569)	(1.441)	–	(2.010)	1.136	(2.280)	(176)	165	–	–	(1.155)	(90)	(3.866)	(322)	–	(4.278)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(684)	8.531	3.449	11.296	(690)	10.746	1.001	127	677	10.602	22.463	(70)	29.362	593	(383)	29.502
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.175	(7.080)	–	(5.905)	219	(8.469)	(548)	(322)	–	–	(9.120)	157	(25.496)	(271)	–	(25.610)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(78)	10	3.449	3.381	665	(3)	277	(30)	677	10.602	12.188	(3)	–	–	(383)	(386)

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará						
	CD	BD1	Plano de Saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total
Resultado do Exercício 2022											
Custo do serviço corrente líquido	113	2	–	115	87	5	8	–	–	1.185	1.285
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	–	–	1.831	1.831	–	–	61	–	–	1.978	2.039
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	84	16.115	605	16.804	69	20.299	976	189	1.737	3.870	27.140
Rendimento esperado dos ativos do plano	(727)	(21.100)	–	(21.827)	(1.012)	(31.097)	(568)	(451)	–	–	(33.128)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	318	4.984	–	5.302	262	10.798	–	181	–	–	11.241
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(212)	1	2.436	2.225	(594)	5	477	(81)	1.737	7.033	8.577
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício											
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(324)	15.955	–	15.631	210	1.390	289	60	–	–	1.949
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	264	(11.746)	965	(10.517)	116	(16.559)	(314)	(111)	(552)	763	(16.657)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(201)	(4.201)	–	(4.402)	(206)	15.164	823	25	–	–	15.806
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(261)	8	965	712	120	(5)	798	(26)	(552)	763	1.098

27.4 Ativos do plano

2023

	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí		
	CD	BD1	CD	BD	OP	R	CD	BD	Plano CV
Títulos Públicos	124.898	196.191	124.898	304.725	8.185	3.759	124.898	452.165	40.625
Fundos de Investimento	229.798	3.707	229.798	18.679	2.045	2.066	229.798	51.882	29.437
Outros	70.640	7.428	70.640	16.732	362	6.103	70.640	39.831	4.272
(=) Ativo Total	425.336	207.326	425.336	340.136	10.592	11.928	425.336	543.878	74.334

2022

	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará			
	CD	BD1	CD	BD	OP	R
Títulos Públicos	180.473	180.769	180.473	261.903	8.630	4.128
Fundos de Investimento	151.919	10.881	151.919	19.685	1.672	1.847
Outros	49.004	7.965	49.054	36.837	644	2.707
(=) Ativo Total	381.396	199.615	381.446	318.425	10.946	8.682

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

27.5 Obrigação do benefício definido: (a) Premissas atuariais

Premissas em 31 de dezembro de 2023	Equatorial Maranhão CD	Equatorial Maranhão BD1	Equatorial Maranhão Plano de saúde	Equatorial Pará CD	Equatorial Pará BD	Equatorial Pará CELPA R	Equatorial Pará CELPA OP	Equatorial Pará Resoliução 10/1989	Equatorial Pará Plano de saúde	Equatorial Piauí BD	Equatorial Piauí Plano CV	Equatorial Piauí Plano de saúde	Equatorial Piauí CD
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,41%	9,78%	9,90%	9,41%	9,66%	9,71%	9,63%	9,72%	9,72%	9,59%	9,71%	9,59%	9,41%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

Premissas em 31 de dezembro de 2022	Equatorial Maranhão CD	Equatorial Maranhão BD1	Equatorial Maranhão Plano de saúde	Equatorial Pará CD	Equatorial Pará BD	Equatorial Pará CELPA R	Equatorial Pará CELPA OP	Equatorial Pará Resolução 10/1989	Equatorial Pará Plano de saúde
Taxa de inflação	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	11,91%	11,90%	11,76%	11,91%	11,98%	11,92%	11,87%	11,96%	11,88%
Futuros aumentos salariais	5,23%	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%	5,23%	Não aplicável	5,23%	5,23%
Futuros aumentos de pensão	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%	5,23	5,23%	5,23%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb 2015 M/F

(b) Análise de sensibilidade
Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissas 2023	Análise de sensibilidade	Equatorial Maranhão CD Impacto R$	Equatorial Maranhão BD1 Impacto R$	Equatorial Maranhão Plano de Saúde Impacto R$	Equatorial Pará CD Impacto R$	Equatorial Pará BD Impacto R$	Equatorial Pará Equatorial OP Impacto R$	Equatorial Pará Equatorial R Impacto R$	Equatorial Pará Resolução 10/1989 Impacto R$	Equatorial Pará Plano de saúde Impacto R$	Piauí BD Impacto R$	Piauí CD Impacto R$	Piauí Plano CV Impacto R$	Piauí Plano de saúde Impacto R$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(5.767)	(14)	(844)	(8)	(6.865)	(80)	(582)	(549)	(3.411)	(1)	(18.949)	(335)	(247)
	Redução de 0,5%	6.182	15	941	9	7.351	86	642	584	3.788	2	20.496	379	275
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	4.488	(29)	453	(19)	6.114	43	125	582	1.300	(3)	10.653	215	187
	Redução de 1 ano	4.530	32	(450)	21	6.135	(45)	(130)	(581)	(1.318)	4	(10.833)	(212)	(184)
HCCTR	Aumento de 0,5%	–	–	918	–	–	–	–	–	3.679	–	–	–	288
	Redução de 0,5%	–	–	(831)	–	–	–	–	–	(3.342)	–	–	–	(260)

Premissas 2022	Análise de sensibilidade	Equatorial Maranhão CD Impacto R$	Equatorial Maranhão BD1 Impacto R$	Equatorial Maranhão Plano de Saúde Impacto R$	Equatorial Pará BD Impacto R$	Equatorial Pará CD Impacto R$	Equatorial Pará Equatorial OP Impacto R$	Equatorial Pará Equatorial R Impacto R$	Equatorial Pará Resolução 10/1989 Impacto R$	Equatorial Pará Plano de saúde Impacto R$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(27)	(5.341)	(549)	(6.288)	(19)	(71)	(487)	(518)	(2.430)
	Redução de 0,5%	28	5.707	609	6.719	20	77	535	551	2.694
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	(26)	3.882	300	5.320	(22)	35	91	524	796
	Redução de 1 ano	29	(3.949)	(298)	(5.369)	24	(36)	(96)	(525)	(722)
HCCTR	Aumento de 0,5%	–	–	–	–	–	–	–	–	2.562
	Redução de 0,5%	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.329)

Embora a análise não tenha levado em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.
O método de avaliação da análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 das controladas da Companhia, não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

27.6 Fluxo de caixa

2023

	Equatorial Maranhão CD	Equatorial Maranhão BD1	Equatorial Maranhão Plano de Saúde	Equatorial Pará CD	Equatorial Pará BD	Equatorial Pará Equatorial OP	Equatorial Pará Equatorial R	Equatorial Pará Resolução 10/1989	Equatorial Pará Plano de saúde	Equatorial Piauí CD	Equatorial Piauí BD	Equatorial Piauí Plano CV	Equatorial Piauí Plano de saúde
1 Fluxo de caixa no exercício													
Contribuições do empregador	171	9	351	134	–	–	513	–	2.485	21	–	–	87
Contribuições de participante	–	9	–	–	21.822	167	760	–	2.485	–	–	–	–
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	78	16.690	351	–	–	–	–	2.006	–	–	40.885	–	87
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte													
Contribuições do empregador	204	11	319	152	–	–	627	–	2.870	26	–	–	106
Contribuições de participante	–	11	–	159	21.581	177	751	–	2.870	–	–	–	–
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	233	16.346	319	–	–	–	–	2.087	–	29	40.108	–	106

2022

	Equatorial Maranhão CD	Equatorial Maranhão BD1	Equatorial Maranhão Plano de Saúde	Equatorial Pará CD	Equatorial Pará BD	Equatorial Pará Equatorial OP	Equatorial Pará Equatorial R	Equatorial Pará Resolução 10/1989	Equatorial Pará Plano de saúde
1 Fluxo de caixa no exercício									
Contribuições do empregador	185	9	257	142	–	–	228	–	2.388
Contribuições de participante	–	9	–	173	20.706	161	708	–	2.388
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	326	15.502	257	–	–	–	–	1.983	–
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte									
Contribuições do empregador	200	11	409	159	–	–	222	–	2.485
Contribuições de participante	–	11	–	336	21.358	171	960	–	2.485
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	336	15.881	409	–	–	–	–	2.082	–

28 Instrumentos financeiros: 28.1 Considerações gerais: A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA (DL/EBITDA) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL). **28.2 Política de utilização de derivativos:** As controladas da Companhia utilizam operações com derivativos *swap* para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as controladas da Companhia possuíam operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. **(i)...Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Controladora

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**92**	**92**	80	80
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	**149**	**149**	349.647	349.647
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**6.665**	**6.665**	861	861
Total ativo			**6.906**	**6.906**	350.588	350.588

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	**2**	**2**	17	17
Total do passivo			**2**	**2**	17	17

Consolidado

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**108.107**	**108.107**	55.353	55.353
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	**724.372**	**724.372**	618.563	618.563
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**2.229.899**	**2.229.899**	2.425.143	2.425.143
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**4.524.711**	**4.524.711**	3.169.730	3.169.730
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	**20.234**	**20.234**	61.921	61.921
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	–	Custo amortizado	**20.444**	**20.444**	85.120	85.120
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	88.965	88.965
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	**10.779.527**	**10.779.527**	8.527.432	8.527.432
Total ativo			**18.407.294**	**18.407.294**	15.032.227	15.032.227

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	**2.046.240**	**2.046.240**	1.374.302	1.374.302
Fornecedores - risco sacado	–	Custo amortizado	**264.194**	**264.194**	145.060	145.060
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	**9.071.486**	**9.649.808**	5.989.409	6.023.076
Debêntures	–	Custo amortizado	**2.404.637**	**2.444.767**	2.042.735	2.034.242
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	–	Custo amortizado	**1.080.568**	**1.285.977**	1.080.357	1.306.592
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	**549.495**	**549.495**	371.254	371.254
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**290.673**	**290.673**	99.786	99.786
Passivo de arrendamento	–	Custo amortizado	**24.252**	**24.252**	17.557	17.361
AICs Ressarcíveis	2	Valor justo por meio do resultado	**10.502**	**10.502**	–	–
Total do passivo			**15.742.047**	**16.565.908**	11.120.460	11.371.673

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Aplicações financeiras (ativo circulante) -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI; **Aplicações financeiras (ativo não circulante) -** referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo; **Contas a receber de clientes -** decorrem diretamente das operações das suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros -** são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; **Sub-rogação da CCC** - **valores aplicados -** valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN; **Ativo financeiro de concessão -** são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo; **Fornecedores -** decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como custo amortizado; **Fornecedores risco sacado -** decorrem de transações entre as controladas da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado; **Empréstimos e financiamentos -** tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); **Debêntures -** são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial -** decorrente do plano de recuperação judicial da controlada Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado; **Passivo de arrendamento -** composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o exercício de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; **Instrumentos financeiros derivativos -** são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e **AICs Ressarcíveis -** são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R$ 9.406 em 31 de dezembro de 2023. Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás. **28.4 Instrumentos financeiros derivativos:** A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa, em que na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa estão moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as controladas da Companhia possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	2023 Valor justo Ponta ativa	2023 Valor justo Ponta passiva	2023 Valor justo Total	2022 Valor justo Ponta ativa	2022 Valor justo Ponta passiva	2022 Valor justo Total
Equatorial Maranhão	*Scotiabank*	19/02/2021	19/02/2025	US$ 66.500	R$350.000	Anual	Câmbio	Semestral	US$ + 1,48% a.a/ CDI + 1,65% a.a	**310.031**	**(370.584)**	**(60.553)**	325.350	(377.412)	(52.062)
Equatorial Maranhão	*Citibank*	17/11/2023	09/05/2025	US$ 80.000	R$389.600	Bullet	Câmbio	Semestral	US$ + Sofr + 0,79% a.a./ CDI + 1,29% a.a.	**394.328**	**(401.783)**	**(7.455)**	–	–	–
Equatorial Pará	*Citibank*	11/06/2018	12/06/2023	US$ 100.000	R$390.000	Anual	Câmbio	Trimestral	US$ + Libor + 0,99% a.a. / 111,8% do CDI	**–**	**–**	**–**	346.425	(257.190)	89.235
Equatorial Pará	*Scotiabank*	25/11/2022	25/11/2025	US$ 186.237	R$1.000.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US$ + 5,67% a.a/ CDI + 1,35% a.a	**914.752**	**(1.035.602)**	**(120.850)**	1.003.369	(1.048.060)	(44.691)
Equatorial Pará	*Scotiabank*	25/11/2022	25/11/2025	US$ 13.763	R$73.900	Bullet	Câmbio	Semestral	US$ + 5,67% a.a/ CDI + 1,35% a.a	**67.600**	**(76.531)**	**(8.931)**	74.149	(77.452)	(3.303)
Equatorial Piauí	*Scotiabank*	10/10/2020	16/10/2023	US$ 35.778	R$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US$ + 1,68% a.a. / CDI + 1,58%	**–**	**–**	**–**	–	–	–
Equatorial Piauí	*Scotiabank*	26/04/2021	26/04/2026	US$ 53.571	R$300.000	Anual	Câmbio	Semestral	US$ + 2,27% a.a./ CDI + 1,77%	**247.435**	**(315.807)**	**(68.372)**	–	–	–
Equatorial Piauí	*Santander*	07/12/2022	16/11/2026	US$ 28.184	R$146.000	Bullet	Câmbio	Trimestral	US$ + 6,24% a.a./ CDI + 1,62% a.a.	**142.411**	**(153.329)**	**(10.918)**	–	–	–
Equatorial Piauí	*Bank of America*	27/10/2023	25/10/2024	US$ 50.000	R$250.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US$ + 7,5059% a.a./ CDI + 1,25% a.a.	**248.558**	**(257.876)**	**(9.318)**	–	–	–
Equatorial Piauí	*Bank of America*	27/12/2023	27/01/2025	US$ 70.000	R$342.300	Bullet	Câmbio	Bullet	US$ + 7,0235% a.a./ CDI + 1,38% a.a.	**343.448**	**(347.724)**	**(4.276)**	–	–	–
Total										**2.668.563**	**(2.959.236)**	**(290.673)**	1.749.293	(1.760.114)	(10.821)
Ativo (passivo) circulante												**(40.792)**			88.682
Passivo não circulante												**(249.881)**			(99.503)
Efeito líquido total												**(290.673)**			(10.821)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, nas controladas da Companhia, foram os seguintes:

Controlada	Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Valor contábil 2023 Valor Nominal	Valor contábil 2023 Ativo	Valor contábil 2023 Passivo	Valor contábil 2022 Valor Nominal	Valor contábil 2022 Ativo	Valor contábil 2022 Passivo	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA 2023	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA 2022
Equatorial Maranhão	Contrato de *swap Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**739.600**	**–**	**(68.008)**	350.000	–	(52.062)	**11.639**	(11.996)
Equatorial Pará	Contrato de *swap Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**1.073.900**	**–**	**(129.781)**	1.073.900	88.965	(47.724)	**(8.367)**	(7.466)
Equatorial Piauí (a)	Contrato de *swap Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**1.038.000**	**–**	**(92.884)**	646.000	–	–	**21.082**	–
Total			**2.851.500**	**–**	**(290.673)**	2.069.900	88.965	(99.786)	**24.354**	(19.462)

(a) As alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA da Equatorial Piauí é referente ao período de março de 2023 a dezembro de 2023. **28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas, tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia e de suas controladas monitoram a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco das controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas. **(i) Caixa e equivalente de caixa:** A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R$ 241 e R$ 832.479, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (R$ 349.727 e R$ 673.916 em 31 de dezembro de 2021). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber (Consolidado):** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. As controladas estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa n° 1000/2021, emitida pela ANEEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

2023

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	2.896.157	423.786	1.459.364	4.779.307	66%
Industrial	242.836	3.911	63.909	310.656	4%
Comercial	576.767	77.014	172.099	825.880	11%
Rural	365.083	25.838	90.449	481.370	7%
Poder público	248.676	30.765	221.684	501.125	7%
Iluminação pública	48.077	6.250	62.336	116.663	2%
Serviço público	125.963	6.693	97.953	230.609	3%
	4.503.559	**574.257**	**2.167.794**	**7.245.610**	**100%**

2022

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	1.981.792	265.179	1.191.238	3.438.209	68%
Industrial	181.217	2.557	53.019	236.793	5%
Comercial	406.266	45.614	140.372	592.252	12%
Rural	252.986	15.485	69.124	337.595	7%
Poder público	152.670	19.245	104.027	275.942	5%
Iluminação pública	24.215	487	25.526	50.228	1%
Serviço público	72.506	6.863	49.923	129.292	2%
Total	3.071.652	355.430	1.633.229	5.060.311	100%

As controladas da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes a contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa n° 7.2 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). **Avaliação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** As controladas adotam o modelo de provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* de não recebimento de faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise. A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia no decorrer do período. A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos. **Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:**

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	495.732	19,60%	97.176	1.152.807	4,10%	47.249
A vencer individualizada	532.847	32,85%	175.040	–	–	–
Vencido 1 a 30	31.698	34,03%	10.788	494.026	7,43%	36.712
Vencido 31 a 60	22.736	43,41%	9.869	174.803	19,83%	34.670
Vencido 61 a 90	19.163	49,31%	9.450	96.859	30,43%	29.478
Vencido 91 a 120	17.235	52,24%	9.004	71.147	35,92%	25.557
Vencido 121 a 150	17.818	54,81%	9.766	57.828	38,39%	22.202
Vencido 151 a 180	18.019	55,65%	10.027	52.018	40,26%	20.941
Vencido 181 a 210	16.784	57,02%	9.570	46.910	43,14%	20.238
Vencido 211 a 240	17.036	57,23%	9.749	44.118	44,49%	19.628
Vencido 241 a 270	15.943	58,06%	9.257	39.007	46,34%	18.075
Vencido 271 a 300	16.977	59,50%	10.102	40.208	48,00%	19.300
Vencido 301 a 330	16.391	61,13%	10.020	34.627	49,83%	17.255
Vencido 331 a 360	17.392	62,49%	10.868	42.638	51,09%	21.782
Vencido 361 a 390	16.033	63,44%	10.171	40.452	51,69%	20.910
Vencido 391 a 420	16.275	64,43%	10.486	41.783	52,16%	21.796
Vencido 421 a 450	14.975	65,41%	9.795	37.483	52,28%	19.596
Vencido 451 a 630	100.312	67,61%	67.817	204.331	53,15%	108.595
Vencido 631 a 720	47.301	69,89%	33.060	102.701	56,21%	57.728
Vencido 721 a 810	45.596	73,06%	33.311	109.977	57,90%	63.676
Vencido 811 a 990	88.329	79,42%	70.153	161.525	60,43%	97.608
Vencido 991 a 1080	42.943	83,13%	35.699	72.566	63,36%	45.977
Vencido 1081 a 1170	40.219	84,31%	33.908	74.102	65,36%	48.435
Vencido 1171 a 1350	72.725	86,31%	62.768	106.615	68,69%	73.239

continua ★

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
Vencido 1351 a 1530	69.510	88,76%	61.697	133.426	68,82%	91.822
Vencido 1531 a 1710	60.926	89,42%	54.482	127.419	71,84%	91.543
Vencido 1711 a 1890	55.540	92,48%	51.362	132.834	78,88%	104.781
Maior 1890	241.339	93,13%	224.760	811.349	84,77%	687.818
Total	2.167.794		1.150.155	4.503.559		1.866.611

Aging parcelamento saldos a vencer

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Residencial	286.796	139.385	85.424	76.575	588.180
Industrial	8.337	3.929	2.850	2.591	17.707
Comercial	28.384	11.404	6.233	4.505	50.526
Rural	18.019	7.341	4.268	3.200	32.828
Poder público	56.393	32.613	25.418	78.477	192.901
Iluminação pública	17.528	11.285	8.588	20.926	58.327
Serviço público	56.224	14.428	9.541	7.918	88.111
Total a vencer	471.681	220.385	142.322	194.192	1.028.580

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	124.341	159.836	143.956	142.823	246.481	817.437
Industrial	2.893	3.611	3.378	4.966	29.688	44.536
Comercial	11.681	16.276	16.014	18.997	53.468	116.436
Rural	7.872	9.453	8.929	9.696	17.826	53.776
Poder Público	4.694	4.130	3.098	3.555	8.286	23.763
Iluminação Pública	459	465	396	601	1.121	3.042
Serviço Público	1.654	1.129	1.099	1.813	932	6.627
Total de parcelamentos	153.594	194.900	176.870	182.451	357.802	1.065.617

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD outros
A Vencer	77.328	4,55%	3.517
Vencido 1 a 30	22.011	7,56%	1.663
Vencido 31 a 60	8.408	19,67%	1.654
Vencido 61 a 90	4.609	30,33%	1.398
Vencido 91 a 120	3.012	36,12%	1.088
Vencido 121 a 150	3.138	38,53%	1.209
Vencido 151 a 180	2.560	39,92%	1.022
Vencido 181 a 210	1.306	42,65%	557
Vencido 211 a 240	1.245	43,61%	543
Vencido 241 a 270	1.093	45,93%	502
Vencido 271 a 300	1.142	47,81%	546
Vencido 301 a 330	1.013	50,15%	508
Vencido 331 a 360	1.794	51,34%	921
Vencido 361 a 390	3.266	51,96%	1.697
Vencido 391 a 420	3.385	52,29%	1.770
Vencido 421 a 450	3.934	52,47%	2.064
Vencido 451 a 630	16.500	53,15%	8.769
Vencido 631 a 720	6.102	56,70%	3.460
Vencido 721 a 810	6.534	58,20%	3.803
Vencido 811 a 990	14.790	60,97%	9.018
Vencido 991 a 1080	7.408	64,42%	4.772
Vencido 1081 a 1170	7.426	66,07%	4.906
Vencido 1171 a 1350	9.130	69,68%	6.362
Vencido 1351 a 1530	9.201	70,39%	6.477
Vencido 1531 a 1710	9.017	72,56%	6.543
Vencido 1711 a 1890	8.249	79,34%	6.545
Vencido Maior 1890	41.315	78,41%	32.396
Total	274.916		113.710

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A vencer	574.257	4,02%	23.084

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **(iv) Derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com melhor detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos, nº 16 - Debêntures e nº 18 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial - Equatorial Pará. A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano permitem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,3 em 31 de dezembro de 2023 (2,8 em 31 dezembro de 2022). **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado

2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários sem garantia	2.589.283	2.994.959	199.282	468.772	2.169.605	157.300	–
Empréstimos bancários com garantia	6.482.203	11.634.367	145.470	1.036.624	1.089.743	2.781.171	6.581.359
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	9.071.486	14.629.326	344.752	1.505.396	3.259.348	2.938.471	6.581.359
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.961.598	2.769.238	–	208.420	180.981	1.946.552	433.285
Títulos de dívida emitidos com garantia	443.039	565.809	39.960	47.385	39.978	438.486	–
Subtotal - Debêntures	2.404.637	3.335.047	39.960	255.805	220.959	2.385.038	433.285
Títulos de dívida emitidos sem garantia	987.686	2.094.644	284	50.254	50.308	288.722	1.705.076
Títulos de dívida emitidos com garantia	92.882	98.966	6.686	35.059	35.337	21.884	–
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	1.080.568	2.193.610	6.970	85.313	85.645	310.606	1.705.076
Passivo de arrendamento financeiro	24.252	23.957	3.376	5.256	5.749	9.576	–
Fornecedores	2.046.240	2.046.240	1.218.930	830.366	–	–	–
Fornecedores - risco sacado	264.194	264.194	–	264.194	–	–	–
Total	14.891.377	22.492.374	1.613.988	2.946.330	3.571.701	5.643.691	8.719.720

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, as controladas da Companhia possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não geram qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os riscos de preços sobre as commodities. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. As controladas da Companhia utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, as controladas da Companhia buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição de câmbio da controlada direta Equatorial Maranhão era de 22,5% (13,9% em 31 de dezembro de 2022), da controlada direta Equatorial Pará era de 16,3% (21,5% em 31 de dezembro de 2022) da controlada direta Equatorial Piauí era de 28,5% (18,7% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos e valor presente de credores financeiros de recuperação judicial). A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
				Impacto no resultado			
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(2.662.440)	(2.766.957)	(3.458.696)	(4.150.436)	(2.075.218)	(1.383.478)
Impacto no resultado				(691.739)	(1.383.479)	691.739	1.383.479
Swap - Ponta Ativa	US$	2.668.563	2.773.321	3.466.651	4.159.982	2.079.991	1.386.660
Impacto no resultado (swap)				693.330	1.386.661	(693.330)	(1.386.661)
Impacto em outros resultados abrangentes				1.591	3.182	(1.591)	(3.182)
Impacto no resultado				691.739	1.383.479	(691.739)	(1.383.479)
Efeito líquido no resultado				–	–	–	–

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	25%	50%	-25%	-50%
Dólar US$ R$ (% 12 meses)	5,03	4,84	6,29	7,55	3,77	2,52

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade das controladas da Companhia virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. As controladas da Companhia monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional das controladas da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Controladora

Operação	Risco	Saldo em R$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	6.814	7.498	7.669	7.840	7.327	7.156
Impacto no resultado do exercício				171	342	(171)	(342)

Consolidado

Operação	Risco	Saldo em R$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	2.954.271	3.250.880	3.325.032	3.399.184	3.176.728	3.102.576
Impacto no resultado do exercício				74.152	148.304	(74.152)	(148.304)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(2.477.268)	(2.725.986)	(2.788.165)	(2.850.345)	(2.663.807)	(2.601.627)
	IGP-M	(273.913)	(282.103)	(284.150)	(286.198)	(280.056)	(278.008)
	IPCA	(5.781.434)	(6.146.821)	(6.238.168)	(6.329.514)	(6.055.474)	(5.964.128)
Total de passivos financeiros		(8.532.615)	(9.154.910)	(9.310.483)	(9.466.057)	(8.999.337)	(8.843.763)
Impacto no resultado do exercício				(155.573)	(311.147)	155.573	311.147
Swap - Ponta Passiva	CDI	(2.959.236)	(3.256.343)	(3.330.620)	(3.404.897)	(3.182.066)	(3.107.789)
Impacto em outros resultados abrangentes				(1.469)	(2.937)	1.469	2.937
Impacto no resultado do exercício				(72.808)	(145.617)	72.808	145.617
Impacto líquido no resultado do exercício total				(154.229)	(308.460)	154.229	308.460

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 2023	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IGP-M (% 12 meses)	2,99%	-3,18%	3,74%	4,49%	2,24%	1,50%
IPCA (%12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3 e Santander

(f) Risco de vencimento antecipado: As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incluiu a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderão as controladas justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando a reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **28.6 Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **29 Demonstração dos fluxos de caixa: 29.1 Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Reorganização societária	**2.095.809**
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais distribuídos 2022	**142.446**
Dividendos distribuídos	**698.548**
Total atividades de financiamento	**2.238.255**
Total	**4.334.064**

Consolidado	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	**1.606.726**
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	**1.782.066**
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	**105.327**
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	**186.801**
Reorganização societária	**2.095.809**
Total atividades de investimentos	**5.776.729**
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais distribuídos 2022	**264.166**
Dividendos distribuídos	**765.336**
Capitalização de juros de empréstimos (c)	**48.245**
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	**10.622**
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	**24.820**
Total atividades de financiamento	**1.113.189**
Total	**6.889.918**

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Referem-se as adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 13 - Ativos de contrato; (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Reorganização societária	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	5.989.409	**4.415.294**	**(1.435.291)**	**(398.238)**	**–**	**18.696**	**481.616**	**9.071.486**
Debêntures	2.042.735	**2.314.167**	**(1.931.380)**	**(345.036)**	**–**	**–**	**324.151**	**2.404.637**
Instrumentos financeiros derivativos	99.786	**102.787**	**–**	**–**	**–**	**(24.354)**	**112.454**	**290.673**
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.080.357	**–**	**(27.360)**	**(38.573)**	**–**	**20.826**	**45.318**	**1.080.568**
Passivos de arrendamento	17.557	**407**	**(4.308)**	**(1.547)**	**10.622**	**–**	**1.521**	**24.252**
Dividendos a pagar	224.450	**51.874**	**(838.159)**	**–**	**–**	**–**	**874.270**	**312.435**
Total	9.454.294	**6.884.529**	**(4.236.498)**	**(783.394)**	**10.622**	**15.168**	**1.839.330**	**13.184.051**

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. **30 Compromissos futuros (Consolidado):** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada	2024 a 2035	5.755.314	6.080.694	6.377.093	74.387.251
Energia contratada (em MhW)	2024 a 2035	25.577.896	25.907.586	26.070.418	248.526.636

(*) estimado em 9 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026(*)
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2028	4.472	4.687	4.730	10.363
Sistema isolado	2024 a 2027	415.450	166.939	49.711	19.138
Sistema isolado (MhW)	2024 a 2027	242.426	192.072	53.678	23.704

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

31 Eventos subsequentes: Controladora: • Distribuição de dividendos adicionais: Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da diretoria, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 1.854.032, decorrentes do resultado do exercício. **Equatorial Pará: • Amortização de principal:** Em 15 de janeiro de 2024, a companhia efetuou o pagamento da última parcela de principal da 2ª Emissão de debêntures 1ª Série e 2ª Série. Sendo a 1ª Série no volume de R$ 29.121 e a 2ª Série no volume de R$ 10.934. **• Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 1.260.206, sendo R$ 1.235.059 decorrentes do resultado do exercício e R$ 25.147 proveniente de realização de reservas de reavaliação. **• Programa Luz Para Todos - Meio Rural - Equatorial Pará (8ª Tranche):** Em 22 de março de 2024, foi assinado contrato específico de operacionalização, no âmbito do Programa Luz Para Todos, Meio Rural, entre a Equatorial Pará como agente executor e a Eletrobras, prevendo um custo total do programa de obras, dentro da área de concessão da Companhia, conforme aprovado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), no valor de R$ 1.575.311, cujo prazo para operacionalização será até 31 de julho de 2026, em etapas. **Equatorial Maranhão: • Aumento de capital social:** Em 25 março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 212.013, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R$ 29.757, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 182.256, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia. **• Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 249.413 decorrentes do resultado do exercício. **Equatorial Piauí: • Aumento de capital social:** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 71.732, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R$ 9.634, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 62.098, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia. **• Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de dividendos adicionais de R$ 117.806, decorrentes do resultado do exercício.

DIRETORIA EXECUTIVA

Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor-presidente | **Humberto Luis Queiroz Nogueira** - Diretor | **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima** - Diretor | **Cristiano De Lima Logrado** - Diretor | **Marcos Antônio Souza de Almeida** - Diretor | **José Silva Sobral Neto** - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Equatorial Distribuição de Energia S.A.** São Luís - MA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Distribuição de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada: As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 574.257 mil em 31 de dezembro de 2023 e está divulgado na nota explicativa no 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) estimativa independente da alocação do volume de energia entre as diferentes categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pelas controladas da Companhia; (iii) teste de detalhe com base amostral dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pelas controladas da Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia e controladas, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação: A Companhia e suas controladas, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria das Companhias; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Fortaleza, 25 de março de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 – SRP A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e suas alterações posteriores que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item , em regime de Empreitada por preço unitário e fornecimento, tendo por objeto **Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de refeições prontas, lanches e prestação de serviços de buffet para atender as necessidades das secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA. A realização do certame está prevista para o dia 22 de abril de 2024 às 09h00min (nove horas) – horário local de Bom Jardim**. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: **www.licitabomjardinense.com.br**. O edital completo está à disposição dos interessados no site: **www.bomjardim.ma.gov.br**. No sistema do TCE/SINC (**https://apps.tce.ma.gov.br/sincsite/contrata**). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: **prefeiturabomjardimcpl@gmail.com**. Bom Jardim/ MA, 05 de abril de 2024. Margareth Tatcher de Sousa Oliveira. Agente de Contratação. Portaria Nº 017/2024.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 – CSL/SEGOV-MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEGOV/00003/2024

OBJETO: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) – botijões de 13kg e de 45kg para suprir as demandas da Secretaria de Estado do Governo – SEGOV e dos órgãos que compõem sua estrutura.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA ABERTURA: às **10h00min** do dia **22/04/2024**, horário de Brasília/DF.
MOTIVO DA REMARCAÇÃO: indisponibilidade de acesso ao sistema.
Local de Realização: Portal de Compras do Estado do Maranhão: **https://www.compras.ma.gov.br**
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: **https://www.segov.ma.gov.br** ou **https://www.gov.br/pncp** ou **https://www.compras.ma.gov.br**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail **csl@segov.ma.gov.br**.

São Luís (MA), 08 de abril de 2024.
André Ricardo Borges Oliveira
Pregoeiro da CSL/SEGOV



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
AVISO DE EDITAL N.º 16/2024-GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA torna público para conhecimento dos interessados que se encontrará disponível no site <concursoseseletivos.uema.br>, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, o Edital referente à Realização do Concurso Público destinado ao provimento de Cargos da Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital n.º 121/2023-GR/UEMA, Edital de Prorrogação n.º 01/2024-SUCONS/UEMA e do Edital de Retificação n.º 01/2024-GR/UEMA (Processo n.º 154592/2023), nos termos das Resoluções n.º 1564/2022-CEPE/UEMA e n.º 1756/2023-CEPE/UEMA, a ser divulgado no dia 5 de abril de 2024, conforme especificado a seguir.

- ✓ **Campus Itapecuru Mirim**
- ✓ **Edital n.º 26/2024-GR/UEMA** - Curso de Fisioterapia.

São Luís - MA, 5 de abril de 2024.
Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana
Reitor

ARTE EM LUTO

Ziraldo | O adeus à lenda dos quadrinhos nacionais

Ziraldo morreu neste fim de semana, em seu apartamento, no Rio de Janeiro. O legado do cartunista está impresso no imaginário de milhões de brasileiros

Foi com a dimensão da popular figura presente nos quadrinhos e no imaginário infantil, a de um gigante, que o múltiplo e amado artista Ziraldo partiu, aos 91 anos, num apartamento do bairro da Lagoa, no Rio de Janeiro. Ilustrador de relevância internacional, Ziraldo encantou mesmo os olhos e aguçou as mentes de milhões de brasileiros no campo das charges, do cartum, da pintura, do jornalismo, do teatro, da literatura e ainda do cinema.

Um fenômeno indissociável de Ziraldo veio pela publicação do livro O Menino Maluquinho, personagem que circulou em mais de 130 edições, tendo sido publicado em várias línguas. Formado em direito, desde 1957, Ziraldo se deu ao direito de advogar tão somente a favor de sua expressão artística, assumindo incontestável legado pop. A morte, ontem, se deu por volta das 15h, na tranquilidade do sono.



UM FENÔMENO INDISSOCIÁVEL DE ZIRALDO É A TURMA DO MENINO MALUQUINHO

Uma galeria de mais de 80 personagens foi criada a partir da imaginação do mineiro de Caratinga, primogênito em prole de oito irmãos. O pontapé na carreira foi dado quando, ainda criança, teve desenho publicado no A Folha de Minas. Com o gosto herdado pelas artes em geral, Ziraldo Alves Pinto repassou a paixão pelas artes para os filhos: as cineastas Fabrízia Alves Pinto e Daniela Thomas, além do filho, compositor, Antonio Pinto.

Grande legado

Com livros cujas vendas ultrapassaram a marca dos 10 milhões, dialogou com todos os tipos de leitores. Fundador da crítica e irreverente revista O Pasquim, fundada em 1969, exerceu influência política nos idos de 1960, tendo, inclusive, sido preso um dia após a promulgação do Ato Institucional nº 5. Mas sua capacidade brincante foi igualmente celebrada em reconhecimentos como a atribuição da Medalha de Honra da Universidade Federal de Minas Gerais (2016) e a titulação como Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Foi consagrado ainda pelo Instituto Nacional do Livro pelo prêmio Jabuti, assim como pela Associação Nacional de Imprensa, pela Associação Paulista dos Críticos de Arte, além da vitória no Salão Internacional de Caricaturas de Bruxelas e o Prêmio Ibero-Americano de Humor Gráfico.

Foi consagrado ainda pelo Instituto Nacional do Livro pelo prêmio Jabuti, assim como pela Associação Nacional de Imprensa, pela Associação Paulista dos Críticos de Arte, além da vitória no Salão Internacional de Caricaturas de Bruxelas e o Prêmio Ibero-Americano de Humor Gráfico.

Com o traçado singular, o humorista cravou na memória dos brasileiros tipos inconfundíveis como O Bichinho da Maçã, demonstrou a força maternal que muitas vezes sufoca em Supermãe, compartilhou a acidentada estrada de O joelho Juvenal e evocou a bondade em primeiro plano do tranquilo e, por vezes, apático Jeremias, o bom. A exploração da coletividade e de mensagens com teores sociais e ambientais foi unificada em A turma do Pererê, que tinha por cenário a Mata do Fundão e rendeu a Ziraldo o título, entre os anos de 1960 e 1964, de autor único para a revista que circulou no país naquele período.

Dono de impacto que atravessa gerações, Ziraldo integrou a frente de publicações como o Jornal o Brasil e as revistas O Cruzeiro, A Cigarra e Visão. O quadrinista que fortaleceu a diversidade obteve uma apoteótica homenagem, com a itinerante exposição Mundo Zira — Ziraldo interativo, montada sob a curadoria da sobrinha Adriana Lins e da filha Daniela Thomas. Há dois anos, na passagem por Brasília, levantou a curiosidade de 65 mil visitantes. Montada há mais de mês no Rio de Janeiro, a exposição permite que composições digitais acoplem as impressões de toques pessoais dos visitantes.

O tato afiado, dado o grafismo marcante, frutificou em experiências ímpares no cinema. Garota de Ipanema (1967), no cinema, juntou a porção ator de Ziraldo num filme de Leon Hirszman, enquanto o cômico global Chico Total (1981) contou com sua arte de roteirista.

Os mais jovens vão lembrar das pitadas de Ziraldo perpetuadas em títulos como Menino Maluquinho: O filme (1995), de Helvecio Ratton; Menino Maluquinho 2: A aventura (1998), de Fernando Meirelles e Fabrízia Pinto; e Uma professora muito maluquinha (2011), estrelado por Paolla Oliveira e com participação de Chico Anysio.

A multifacetada e lúdica inquietude do mundo de Ziraldo ainda rendeu para o audiovisual a série de tevê comandada por Anna Muylaert e Cao Hamburguer, Um Menino Maluquinho, em 2006.